A EXTENSÃO RURAL E O PEQUENO PRODUTOR NO ESTADO DO MARANHÃO

IRLENE MENEZES GRAÇA

Orientador: JOSÉ ALBERTINO R. RODRIGUES

Dissertação apresentada à Escola Superior
de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Uni-
versidade de São Paulo, para obtenção do
título de Mestre em Sociologia Rural.

Estado de São Paulo — Brasil

PIRACICABA

Novembro, 1978

A G R A D E C I M E N T O S

Ao Departamento de Economia e Sociologia Rural da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" representado pelo Prof. Dr. Joaquim José de Camargo Engler.

À Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão (EMATER-MA) representada por sua Diretoria Executiva.

Aos técnicos da EMATER-MA, especialmente aos extensionistas rurais que atuam na área da pesquisa e assessores do Escritório Regional de Presidente Dutra-Ma.

Aos Professores do Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural da ESALQ/USP, especialmente ao *Prof. Dr. JOSÉ ALBERTINO ROSÁRIO RODRIGUES*, pela orientação dada na elaboração deste trabalho.

À Fundação Ford, pela publicação deste trabalho.

Í N D I C E

	<u>Página</u>
RESUMO	1
1. INTRODUÇÃO	3
2. ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA EXTENSÃO RURAL	7
2.1. A Extensão Rural como Processo de Inter- venção	8
2.2. A Extensão Rural como Instrumento de In- tervenção do Estado	11
2.3. A Extensão Rural como Técnica Social	18
2.4. O Objeto da Extensão Rural: O Agricul- tor de Baixa Renda	22
3. A PESQUISA	27
3.1. Área da Pesquisa	28
3.2. Fonte dos Dados Secundários	30
3.3. Pesquisa de Campo	30
3.4. Conhecimento Anterior do Problema	34
4. A INSTITUIÇÃO EXTENSIONISTA	40
4.1. Origem da Extensão Rural no Brasil	40
4.2. Extensão Rural e o Projeto "Promoção de Produtores de Baixa Renda INAN / EM- BRATER" no Estado do Maranhão	49
4.2.1. Justificativa e Objetivos	51
4.2.2. Diretrizes para Ação	55
4.2.3. Critérios para Seleção de Área e do Público	59
4.2.4. Estratégia de Ação	60

5. A AÇÃO EXTENSIONISTA NA CONCEPÇÃO DOS AGENTES TÉCNICOS	62
5.1. Conceção da Extensão Rural	63
5.2. Conceção dos Objetivos do Projeto	65
5.3. Conceção Quanto ao Público-Beneficiário	69
5.4. Conteúdo Programático	72
5.5. Estratégia de Ação	87
5.6. Obstáculos à Ação	90
6. A EXTENSÃO RURAL E O AGRICULTOR DE BAIXA RENDA	97
6.1. Características da Amostra	98
6.2. Características da Propriedade e da Produ ção	100
6.2.1. Posse e Uso da Terra	100
6.2.2. Produção Agropecuária	103
6.2.3. Condições de Produção	107
6.3. A Auto-Concepção do Agricultor	111
6.4. A Conceção do Agricultor sobre a Exten- são Rural	127
7. CONCLUSÕES	138
8. SUMMARY	144
9. BIBLIOGRAFIA	146
10. APÊNDICE	151

LISTA DE TABELAS

<u>TABELA</u>	<u>Página</u>
1 Estratificação Fundiária da Região de Estudos	152
2 Estabelecimentos rurais da Região de Estudos segundo as condições de exploração	153
3 Origem da População residente na Região de Estudos	154
4 Tamanho das Famílias Pesquisadas	155
5 Composição das Famílias Pesquisadas por Idade e Sexo	155
6 Local de Nascimento dos Membros das Famílias Pesquisadas	156
7 Grau de Instrução por Idade e Sexo da População Pesquisada (%)	157
8 Proporção da Área Cultivada por Estrato de Área	158
9 Receita Anual Proveniente da Venda por Setor de Atividade - Safra 1976/77	159
10 Receita Proveniente da Venda da Produção Agrícola - Safra 1976/1977	159

R E S U M O

Neste trabalho procedeu-se uma análise sociológica da Extensão Rural como processo e instrumento de intervenção junto ao pequeno produtor no Estado do Maranhão. Sob essa perspectiva, buscou-se apreender as orientações político-ideológicas que informam esse processo no desempenho dos propósitos de transferência de tecnologia agropecuária e promoção social dessa categoria específica.

A pesquisa realizou-se pois, em dois planos empíricos — da instituição extensionista e do público-beneficiário, mediante o acompanhamento do Projeto "Promoção de Produtores de Baixa Renda INAN/EMBRATER", em execução pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão (EMATER-MA). Procedeu-se assim a uma análise ao nível das formulações contidas no documento do referido Projeto e ao nível da interpretação e execução dos agentes técnicos, complementada num segundo momento, pela concepção do público atingido, expressa em depoimentos pessoais.

A formulação do trabalho foi orientada segundo o pressuposto de que a ação extensionista possui além dos propósitos intervencionistas claramente dirigidos para fins de transferência de tecnologia, outros objetivos mais amplos, mediante interferência nos mecanismos de controle social.

Conclui-se que os objetivos de natureza humanista — de "promoção social do agricultor de baixa renda", envolvem interesses contraditórios, diante dos quais a Extensão Rural como processo de intervenção junto a esse público, assume um caráter ambíguo: os propósitos humanistas estão mais orientados pelos interesses políticos e econômicos do sistema urbano-industrial do que pelo bem-estar do público-beneficiário. Concluiu-se também, que os mecanismos de intervenção postos em prática pela instituição extensionista mostram-se ineficazes para superar o sistema de controle que envolve os diferentes grupos sociais, uma vez que as ações desencadeadas permanecem ao nível dos processos psico-sociais dos indivíduos envolvidos e não penetram na cadeia das relações sociais que ocorrem ao nível da estrutura e organização sociais do meio rural.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de uma preocupação em explorar algumas lacunas existentes no tratamento sociológico dado às análises sobre a Extensão Rural.

Os estudos geralmente levados a efeito sobre essa instituição têm ressaltado sobretudo seus aspectos organizacionais ou operacionais, mediante tentativas de avaliação específica de uma parcela da atividade extensionista, segundo modelos técnicos previstos pela própria instituição.

Nesse sentido, o interesse maior que informa o estudo do tema reside na tentativa de ampliação da análise da instituição, mediante recurso às técnicas de investigação sociológica, que levam em conta as motivações sócio-culturais e políticas da instituição em estudo, bem como as expectativas e os interesses dos grupos sociais atingidos pela ação extensionista. Em tais condições não se limita a uma análise formal dos objetos declarados, procurando pois penetrar nos elementos

subjacentes, e, captando os próprios elementos subjetivos desencadeados no processo extensionista. Julga-se que dessa maneira será possível compreender a ação extensionista como orientações de sentido que podem ser percebidas em profundidade pela análise sociológica.

Além disso, o interesse despertado pelo tema tem suas razões de ordem pessoal, calcadas na experiência da autora nesse campo de atuação, diante do que procura incorporar a vivência cotidiana de pessoas que são responsáveis direta ou indiretamente pelo trabalho da instituição junto a vários segmentos da população rural do Estado do Maranhão. O insight assim alcançado facilitou o retorno à realidade, agora ampliado por uma visão do processo, permitindo pois que se compreenda a intervenção não como um fato isolado em si mesmo, mas como formulações perceptíveis à luz de elementos estruturais da sociedade inclusiva.

Propõe-se assim no presente estudo a apreender as articulações e o desempenho da Extensão Rural no processo que desencadeia ao nível da realidade rural em que se prevê a concretização dos objetivos, de um lado pela transferência de tecnologia agropecuária e de outro, pela promoção social dos agricultores denominados de baixa renda. Procura-se, portanto, entender o processo desde suas origens, captando as orientações político-ideológicas e tecnológicas que informam a entidade como instrumento de intervenção do Estado, especificamente junto a essa categoria de agricultor, tendo como referência empírica um Projeto em execução no Estado do Maranhão. Mas não se trata de uma avaliação do Projeto e sim de uma análise sociológica da Extensão Rural, em seus propósitos de promoção social da pobreza rural e transferência de tecnologia, dirigidos para um grupo social bem delimitado — o pequeno produtor.

Sabe-se que os objetivos de intervenção que integram o novo modelo empresarial da Extensão Rural, foram elaborados em consonância com a política de desenvolvimento do Se

tor Agrícola do país, explicitada no IIº Plano Nacional de Desenvolvimento (IIº PND), especificamente no que se refere às necessidades de crescimento da produção. A agricultura é ali definida como setor prioritário, tendo a modernização como motivação propulsora. A Extensão Rural se apresenta nesse contexto como instrumento de desenvolvimento rural, que se efetivaria mediante a transferência de tecnologia moderna para a agropecuária. Assim, como instituição vinculada ao Ministério da Agricultura, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foi estruturada segundo padrões funcionais adequados principalmente aos objetivos do Estado como órgão centralizador do setor produtivo.

No quadro assim delineado, este trabalho tem um duplo objetivo. Por um lado, visa a Extensão Rural, como parte integrante do complexo institucional, procurando compreender as funções que lhes são atribuídas no conjunto de medidas governamentais voltadas para a promoção social do agricultor de baixa renda. Não se trata de um estudo organizacional, mas pretende-se apreendê-la no desempenho efetivo ao nível do sistema de produção e das relações sociais que ocorrem numa estrutura sócio-econômica definida. No plano institucional serão analisadas as orientações básicas subjacentes à ação extensionista, implícitas ou não nos documentos oficiais e transmitidas por seus agentes técnicos em depoimentos pessoais.

Por outro lado, objetiva-se conhecer a realidade rural definida como alvo da ação extensionista, através de dados coletados in loco sobre o sistema produtivo do agricultor de baixa renda e sobre essa própria condição aprioristicamente definida. O significado desses dados assume uma conotação especial com a auto-explicitação dos agricultores mediante as manifestações que eles próprios apresentam a respeito da instituição que os tem como objeto de ação.

Dessa forma, o objetivo do trabalho é atingido pelo duplo enfoque da instituição e do agricultor, que se com-

pletam numa realidade cujos elementos de caracterização econômica, social e cultural foram igualmente investigados. A totalidade do objeto de pesquisa é garantida pois pela análise dos seguintes elementos: a) conteúdo de documentos oficiais pertinentes ao Projeto em estudo; b) discurso dos seus agentes técnicos na própria interpretação das ações concretas, captando as motivações que as movem; c) visão do público objeto dessas ações, mediante o registro de seus depoimentos pessoais.

Os pressupostos que orientaram a formulação do trabalho — que constituem sua hipótese central — são os de que a ação extensionista possui, além dos propósitos intervencionistas claramente dirigidos para as atividades econômicas do setor agrícola, outros propósitos mais amplos. Estes dizem respeito aos processos de interação social e visariam, portanto, uma certa interferência nos mecanismos de controle social. Nesse contexto, a tecnologia é o instrumento básico da ação, que busca transformar as práticas agropecuárias e os hábitos de alimentação e de higiene do homem do campo. A justificativa da ação assim desencadeada é a de que as condições de pobreza e o tradicionalismo geram uma carência social que o próprio meio local não teria condições de superar por suas próprias forças. O problema básico do setor rural estaria portanto, no seu atraso face a outros setores dinâmicos. Sob essa perspectiva, as barreiras tradicionalistas deveriam ser rompidas pela ação sustentada pela aura tecnológica, tendo como instrumento a ação extensionista, que provocaria a mudança via modernização.

Para isso, desencadeariam não apenas um processo de interferência nas atividades produtivas, mas também um processo complementar da resocialização do homem rural com vistas a mudanças comportamentais. Assim, ele se tornaria apto para desenvolver formas de comportamento originais, motivadas pelo anseio de superação do referido atraso. A ação extensionista, além das funções explícitas de transferência de tecnologia, se concretizaria como uma nova agência de controle social que, em integração com as demais existentes, difundiria no meio rural padrões de comportamento adequados aos objetivos do sistema produtivo.

2. ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA EXTENSÃO RURAL

Este estudo da Extensão Rural consiste numa proposta de análise qualitativa dos aspectos que a caracterizam, fundamentalmente como processo de intervenção no meio rural. Para fins de análise, a Extensão Rural será tratada a partir de três enfoques básicos que identificam os componentes ideológicos e políticos subjacentes àquele processo, voltado para uma categoria específica de público — o pequeno produtor.

Nesse esquema analítico, concebe-se a Extensão Rural em 1º lugar como um processo de intervenção orientado por princípios de ordem política e ideológica, sob o rótulo de prática educativa e de mudança social, com vistas à modernização do meio rural. Em 2º lugar, como instrumento de intervenção, entende-se que aquele processo se realiza dentro de limites institucionais específicos e segundo objetivos estabelecidos pelo poder central. Em 3º lugar, como técnica social, entende-se que o processo se concretiza na prática mediante orientações técnicas informadas pela teoria da modernização.

2.1. A Extensão Rural como Processo de Intervenção

A Extensão Rural como um processo deliberado de intervenção na vida social rural, tem por base uma interpretação construída do processo social, mediante o qual lhe atribui um significado específico. Assim, as situações de "pobreza rural" e de "tradicionalismo" são submetidas ao rótulo de necessidade social de modernização. Nesse contexto, a modernização constitui o objetivo a ser atingido como resposta à situação de "atraso" do meio rural. O processo a ser desencadeado tem como alvo o homem rural carente de orientações que provoquem mudanças comportamentais. Dessa forma, no conteúdo programático da Extensão Rural estão implícitas práticas de natureza educativa e de mudança social. Tais práticas, evidentemente, se realizam dentro de limites institucionais definidos, atendendo a determinados objetivos e concretizando-se ao nível dos processos sociais que ocorrem no conjunto da sociedade. Constituem, uma interferência deliberada nos mecanismos de controle social, patrocinado e acionado pelo Estado, compondo o elo básico a partir do qual se desencadeia todo o processo de modernização-inovação, fim último da Extensão Rural.

Em termos formais, suas ações de natureza educativa, se realizam segundo princípios pedagógicos que orientam na transmissão de conhecimentos técnicos e organizacionais feita por agentes especializados, para uma população carente desses conhecimentos. O pressuposto básico consiste que o meio rural necessita de ações significativas que produzam impacto, com vistas ao rompimento do "círculo vicioso" que, em processo cumulativo gera a pobreza, a doença, falta de capacitação para o trabalho, enfim, o baixo nível de vida de grande parte das populações aí concentradas. Segundo tal concepção, os fatores propulsores da modernização e do desenvolvimento, encontram-se ao nível de valores sociais, de atitudes e comportamentos considerados propícios à mudança e criatividade.

Nesse contexto, a educação é acionada como técnica social de intervenção e considerada fundamental para que seja engendrado o processo de mudança social, segundo os padrões e critérios da Extensão Rural. "Representa o impacto cumulativo de experiências, que promovem a modificação dos padrões de conduta e contribui eficazmente para condicionar e predispor à mudança, fator essencial à inovação, (LOPES, 1976, p. 12-13).

Sob esse ângulo, a educação assume a característica do que FREIRE (1975, p. 178) denomina de "invasão cultural", ou seja, "a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão de mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão. (...) No fundo a invasão é uma forma de dominar econômica e culturalmente ao invadido".

Na verdade, o agente técnico-extensionista penetra no meio rural tendo como respaldo a estrutura administrativa-institucional da Extensão, com base em que assume uma "autoridade funcional" identificada como a "autoridade do saber", diante do que a população atingida tem que se submeter e acomodar às suas determinações e ao seu programa de ação. Nesse sentido, FREIRE (1975, p. 69) desenvolve e critica a concepção "bancária" da educação, como sendo o "ato de depositar, de transmitir valores e conhecimentos" visando promover mudanças ao nível da consciência e da prática da população objeto de ação.

MANNHEIM (1972, p. 24) concebe a educação como técnica social, ou seja, "todos os métodos que influem o comportamento humano para que este se encaixe nos padrões de interação e organização social existentes". Segundo o autor, "a educação não modela o homem abstratamente, porém dentro e tendo em mira uma determinada sociedade" (MANNHEIM, 1976, p. 96). Sob essa perspectiva entende-se que cada sociedade possui seus objetivos educacionais formulados de acordo com as situações específicas a cada momento histórico e dentro de uma determinada ordem social. Nesse contexto a educação atua como técnica social

que influencia o comportamento humano.

À luz desses ensinamentos de MANNHEIM, alcança-se um nível mais abstrato e geral com respeito à educação, em sua relação direta com a sociedade para a qual está servindo e onde se concretiza como técnica social que controla e dirige a mudança, para que esta ocorra de forma adequada aos interesses e necessidades da ordem política e econômica, gerados ao nível da estrutura social global. É nesse sentido, portanto, que se concebe o componente educativo da ação extensionista.

Além disso, essas ações de natureza educativa não se desenvolvem de forma isolada, mas articuladas e servindo de suporte às práticas de mudança social que também possuem seus pressupostos. Assim, em termos operacionais, o processo de mudança social, que a Extensão Rural se propõe a desencadear se fundamenta segundo alguns autores, na teoria do equilíbrio. Segundo SAMANIEGO (1971, p. 44) essa teoria, "busca descobrir as condições gerais para a manutenção do equilíbrio estável, e especificar os mecanismos através dos quais a estabilidade é preservada ou reestabelecida, depois da ação de uma perturbação externa". De acordo com essa teoria só se encontram dois tipos de mudança dentro de um sistema: "mudanças compatíveis com a estabilidade social e mudanças que são necessárias para o sustento da estabilidade social".

Aqui encontram-se explicitados os pressupostos que informam as práticas extensionistas com vistas à mudança do meio rural. Com base nessa concepção a Extensão Rural utiliza conhecimentos que explicam como engendrar o processo de mudança de forma a manter o equilíbrio social, segundo a forma dominante de organização e poder vigentes. De acordo com SAMANIEGO, (1971) a Extensão Rural utiliza a teoria "funcionalista-inovadora" para explicar as mudanças que ocorrem dentro de grupos sociais de uma sociedade, a nível regional e local. Tal teoria informa que os grupos sociais obtêm o desenvolvimento através da adoção de elementos ou sistemas culturais de gru-

pos externos. Esse processo denominado de "efeito demonstração", explica mecanicamente que a dinâmica das sociedades subdesenvolvidas decorre da influência de fatores exógenos ao seu sistema, que imitam e adotam como bons.

Assim, concretamente, as mudanças propostas pela Extensão Rural consistem na introdução de práticas agropecuárias consideradas modernas em substituição às atrasadas ou tradicionais utilizadas pelo agricultor objeto de intervenção. Tais práticas modernizantes, constam de conhecimentos técnicos elaborados por pessoal especializado, com base em critérios de eficiência e utilidade, muitas vezes relegando a um segundo plano as condições econômicas, culturais, etc, do pequeno produtor. Segundo interpretações difusionistas, a tecnologia moderna é fator básico para a promoção desse segmento social que se encontra em nível tecnológico tradicional e improdutivo, à margem portanto das vantagens do progresso técnico.

Essa concepção está informada por componentes ideológicos típicos de uma visão urbana do rural, segundo a qual o meio rural encontra-se em estado de "inércia doentia". Dessa forma, "a 'terapêutica' fundada na ideologia indicada, de ação exterior ao meio rural, de preeminência do meio e das concepções urbanas na definição do modo como a sociedade agrária deve integrar a totalidade do sistema social; como compradora e consumidora de mercadorias, como mercado", (MARTINS, 1954, p. 4).

2.2. A Extensão Rural como Instrumento de Intervenção do Estado

Todo o aparato institucional da Extensão Rural, estruturado para intervir nas relações sociais de uma população atrasada, tem suas diretrizes traçadas em consonância com a política econômica governamental dirigida para o setor agrícola. Com efeito, "os objetivos dos processos de intervenção

social nunca se definem ao nível das situações concretas e imediatas, mas serão sempre determinados pelo processo social mais amplo, a partir da evolução dos conflitos e contradições entre os grupos e classes no conjunto da sociedade, (MOURÃO, 1976, p. 10). Entende-se melhor esse mecanismo, na medida em que se desenvolve a análise da instituição vinculada às condições sociais globais que dão origem a tais processos de intervenção.

Assim em documento oficial do Governo Federal, onde focaliza a importância econômica e social dos produtores de baixa renda, está explícito que, "a preocupação com os grupos de baixa renda na agricultura brasileira não decorre simplesmente de considerações humanitárias. Na verdade esses grupos correspondem a mais de 80% da população economicamente ativa do setor primário, dedicando-se predominantemente ao cultivo de produtos que compõem a dieta básica, tais como o arroz, feijão, milho e mandioca. (...) Na realidade, se tal produção não fosse produzida pelos pequenos agricultores, teria de ser importada ou realizada pelos estratos de produtores detentores de mais área, capital e capacitação em detrimento da produção para exportação", (SUPLAN, 1975, p. 18-19).

Nesse contexto, verifica-se como o Estado desempenha o papel de articulador e controlador das forças e interesses de natureza política e econômica, utilizando para isso seu aparelho institucional criado para desempenhar as funções tecnológicas e educacionais com vistas à reprodução da forma dominante de organização da sociedade.

Segundo o IIº PND essas funções se realizarão mediante uma estratégia agropecuária fundamentada num modelo que define a modernização da agricultura como o fator básico para a consecução do desenvolvimento integrado. De acordo com essas diretrizes governamentais a Extensão Rural é definida e acionada como "instrumento de desenvolvimento rural que introduzirá a modernização".

Para atender a essa função a Extensão Rural sofreu alterações em seu modelo operacional. Tais modificações compreendem diretrizes técnicas a partir de duas linhas de ação — a produtivista e a humanista. Na verdade a Extensão Rural sempre desenvolveu ações que poderiam ser consideradas nessas duas linhas. Essas atividades consistiam o fomento e a promoção humana. Nesse sentido, enquanto o fomento levava a uma maior produção, a promoção humana visava o bem-estar da população rural. O primeiro, se realizaria mediante a assistência técnica e incentivo ao aumento da área plantada, enquanto a segunda, pela educação. Enfim, o fomento visando menores preços dos produtos agrícolas para beneficiar o consumidor final, outro visando o próprio produtor rural.

Sob a ótica do modelo empresarial — a produtivista/humanista, há uma vinculação com o modelo de desenvolvimento nacional. A característica marcante desse novo modelo é a equiparação da educação com a produtividade. Em outras palavras, os objetivos da educação implícitos na ação extensionista não são qualitativamente diferentes daqueles contemplados para a produção e produtividade. Ambos visam a uma diminuição de preços dos produtos agrícolas, pois a educação não é considerada com um fim humanista, mas visa criar condições para aceitação e prática de nova tecnologia. A educação assim como a assistência técnica terá um retorno em termos econômicos. Enfim, o conteúdo educacional presente no modelo extensionista reflete a visão ideológica do modelo de desenvolvimento que busca agilizar a integração do pequeno produtor ao sistema sócio-econômico urbano-industrial.

Em termos operacionais, a Extensão se propõe a desenvolver uma ação interdisciplinar e integrada com outros órgãos afins, através dos "Projetos Integrados" como um tipo específico de ação com vistas a atingir os pontos que obstaculizam o pequeno produtor a adotar tecnologia produtiva. O objetivo primordial dessa ação governamental consiste na "promo

ção econômica e social da população rural de baixa renda, historicamente marginalizada do processo de desenvolvimento nacional, SUPLAN (1975, p. 40). Para isso a Extensão Rural considera que a eficácia desse programa especial depende basicamente de sua "capacidade de promover a integração dessa população, através de respostas adequadas a seus problemas reais", (SUPLAN, 1975, p. 40).

Nesse sentido, a integração proposta assume uma conotação específica, na medida em que os "problemas reais" do pequeno produtor são considerados como carência de nova tecnologia.

Sob a perspectiva sociológica, a integração está conceitualmente relacionada à organização social, entendida como "o conjunto de atividades, de ações e relações sociais dos seres humanos em condições determinadas de existência social", (FERNANDES, 1970, p. 160). Abrange, segundo o autor, todas as formas de comportamento subordinados aos mecanismos de controle e ajustamento de caráter adaptativo ou integrativo que se realizam no conjunto da sociedade.

Com efeito, o processo de intervenção desencadeado pela Extensão Rural, representa uma proposição de reorientar as relações dos homens com a natureza e por conseguinte as relações sociais. Esse tipo de interferência só se realiza com base no poder político que o Estado, como tal, representa e centraliza. Não obstante a Extensão Rural tentar assumir um caráter eminentemente técnico, suas ações têm respaldo no poder político diante do que seus objetivos de integrar a população pobre do meio rural são entendidos a partir dos interesses econômicos dos grupos dominantes, tanto nacionais como estrangeiros, que exercem de alguma forma influência e controle sobre o Estado.

Dessa forma, os objetivos da Extensão Rural representam na perspectiva ideológica os interesses de manutenção da forma de organização social vigente, na medida em que se propõe a introduzir as modificações adequadas às necessida-

des de manutenção do equilíbrio no conjunto da sociedade. Com efeito, a eficácia da Extensão Rural, como todo processo de intervenção social, se verifica "na medida de sua capacidade de realizar adequadamente os ajustes necessários para que as formas de consciência e prática se transformem dentro de certos limites, superando ou amortecendo as tensões e garantindo a permanência da forma dominante de organização da sociedade (as relações econômicas e de poder entre as classes)", (MOURÃO 1976, p. 8).

Essa dinâmica se realiza na ordem social do país de acordo com as normas, valores e instituições vigentes, ao nível da estrutura e da organização do próprio sistema social. Situando o Brasil no bloco dos países capitalistas, logicamente, tanto a organização como a estrutura da sociedade estão reguladas sob a égide do sistema de produção capitalista. Para os objetivos da presente discussão, dispensam-se maiores considerações a respeito do desenvolvimento do capitalismo no país. Importa salientar que, essa forma dominante de produção, regula e determina a forma básica de integração da ordem social, a partir das relações sociais de produção, das condições materiais de existência e divisão da riqueza.

Nesse contexto, o processo de intervenção da Extensão Rural se realiza segundo padrões econômicos, políticos e sociais das classes dominantes no país, tendo o Estado como mediador e controlador de interesses e forças para garantir o equilíbrio socialmente necessário à reprodução da forma atual de organização e estrutura social. Parte desse controle, é atribuído à Extensão como componente implícito de suas ações de transferência de tecnologia.

Segundo MANNHEIM (1962) o controle social só é entendido se integrado aos processos sociais gerais, ou sejam, a integração e a organização social. Portanto, para compreender sua natureza é necessário que os aspectos econômico, político, administrativo e educacional sejam vistos em sua interrelação e, considerados como "técnicas sociais" que influenciam

o comportamento das pessoas e no sentido da manutenção da ordem social, mediante o uso de métodos, diretos e indiretos.

Pelas características próprias do processo de intervenção, a Extensão Rural situa-se como método de natureza indireta. Segundo MANNHEIM, (1962, p. 284) esse método se caracteriza pela propriedade de "influenciar a ação, perspectiva e hábitos do indivíduo pelo controle consciente ou inconsciente do meio natural, social ou cultural". Embora se reconheça que a ação extensionista seja exercida, em última instância, diretamente por agentes técnicos junto a uma população determinada, as orientações básicas que a fundamentam são definidas ao nível dos centros de decisão e poder que compõem as forças sociais no conjunto da sociedade. Dessa forma, tais ações correspondem aos intentos de controle do meio social, com vistas a garantir o equilíbrio necessário à ordem social vigente.

No entanto, ao nível imediato da prática, a influência exercida sobre o homem rural assume um caráter educativo mediante a transmissão de conhecimentos técnicos ou novas formas de organização grupal.

Nesse contexto, as técnicas de dinâmica de grupo compõem a estratégia operacional da Extensão Rural, orientadas para a manipulação da dinâmica natural do meio rural, com base nos princípios que regem a interação social.

Ao nível da prática extensionista, a interação é considerada como "mecanismo que ordenará e dinamizará as ações de ensino e motivação dos beneficiários", (EMATER-MA, 1977, p. 8). Nesse sentido, o princípio reside na dinâmica psicosocial do processo interativo, mediante o envolvimento de pessoas, com vistas a incentivar as influências recíprocas favoráveis à mudança de comportamento.

Por outro lado, numa perspectiva sociológica, a interação é entendida por suas funções sócio-dinâmicas que regulam a estabilidade e a transformação dos processos sociais.

A primeira, se caracteriza por regular a graduação das formas de sociabilidade e ao mesmo tempo de renovar as condições de equilíbrio estrutural e funcional da associação humana. Enquanto que, a segunda função se caracteriza por estabelecer de forma diferenciada uma dinâmica entre os componentes psico-sociais que envolvem o processo interativo. FERNANDES (1970).

Segundo o mesmo autor, essas funções compreendem as propriedades da interação que concorrem para manter a sociedade como ela é, assim como as que contribuem para impulsionar a sociedade no sentido do que ela "deve" ou "precisa ser", segundo os interesses dominantes no conjunto da sociedade.

Como processo exógeno, a intervenção extensionista desencadeia-se mediante as formas de sociabilidade existente no meio rural e utiliza a dinâmica psico-social do processo interativo em função de seus objetivos. Para isso prevê a organização de "grupos de influência" que atuarão ao nível das comunidades rurais. Nesse contexto, a Extensão Rural atua criando novas formas de associações e grupos, aproveitando as vantagens dos contatos de tipo primário, predominantes no meio, para incentivar os efeitos de influência e motivação pessoal favoráveis ao processo de transferência de tecnologia.

A partir dessas considerações, compreende-se como a Extensão Rural pretende realizar o controle social junto a um segmento da população rural. Com vistas à modernização, procura atingir o homem rural não apenas nos aspectos cognitivos, mas também mediante os componentes valorativos e emocionais de forma a criar uma relação favorável à mudança de comportamento.

Para isso, o agente extensionista é capacitado na utilização de técnicas de dinâmica de grupo, no sentido de criar impactos emocionais que produzam no indivíduo ou grupo uma atitude favorável à inovação segundo os planos da ação. Nesse procedimento encontram-se todas as formas sutis ou decla

radas de persuasão que a Extensão Rural engendra para que os grupos sociais atingidos respondam dentro dos padrões adequados à inovação tecnológica. Esses padrões de mudança, como foram vistos anteriormente, são definidos a partir das necessidades geradas na dinâmica global da sociedade tendo como determinante as exigências de eficiência e produtividade do setor econômico. O controle se concretizará na medida em que as ações desencadeadas produzam os efeitos necessários à mudança e, ao mesmo tempo, à manutenção de determinados aspectos da realidade rural, desde que atendam aos interesses das forças sociais dominantes no conjunto da sociedade.

2.3. A Extensão Rural como Técnica Social

Ao se caracterizar a Extensão Rural como conhecimento técnico aplicado a uma realidade, importa para os objetivos desta discussão, apreender numa perspectiva sociológica, os aspectos teóricos que, estando subjacentes ao conteúdo técnico propriamente dito, interpretam a realidade social e orientam o processo de intervenção.

Nas considerações feitas até então, encontram-se permeados parte desses aspectos teóricos que informam o processo de intervenção extensionista. O ponto central desse processo está no objetivo de transferir tecnologia moderna para o meio rural "atrasado". Em torno desse objetivo existe uma construção teórica que orienta na apreensão e explicação das diferentes realidades sociais, dimensionando ou localizando os obstáculos e estabelecendo diretrizes técnicas com vistas à mudança para a modernização.

Nesse contexto, ganham relevo as teorias da modernização que, como ponto de partida explicativo, consideram a existência de apenas dois tipos de sociedade humana: a sociedade tradicional e a moderna.

Sob esse enfoque, cada sociedade possui características específicas, constituindo tipo-polares. A característica básica da sociedade tradicional é a estabilidade, pouca variedade nas atividades econômicas, a baixa produtividade das mesmas e o baixo nível tecnológico como são realizadas. Enquanto que, na sociedade moderna, a característica básica é a mudança contínua, as atividades econômicas diversificadas, de alta produtividade e com emprego de tecnologia moderna em grande escala.

Esse enfoque dicotômico da realidade orienta a concepção desses "tipos de sociedade como estados em que a sociedade tradicional é considerada o estado inicial de uma evolução social cujo ponto de chegada é a sociedade moderna.(...) Definidos como estados de evolução social, essa tipologia não está vinculada a um momento e à sua singularidade", (PINHEIRO MACHADO, 1975, p. 188).

A partir dessa concepção ahistórica dos tipos de sociedade, os teóricos da modernização têm como objeto central de estudo o processo evolutivo de uma forma de organização social tradicional para a moderna. Essa perspectiva teórica é encontrada entre cientistas sociais norte-americanos que se preocupam em estudar o processo de mudança social e do desenvolvimento econômico. FRANK (1975) discute uma classificação desses estudos, proposta por Manning Nash, segundo o qual se destacam três abordagens teóricas, ou sejam: o método de índice, o método difusionista e a abordagem psicológica.

O método de índices consiste em considerar as características gerais de uma economia desenvolvida como um tipo-ideal que se contrapõe com traços igualmente típicos-ideais de uma sociedade pobre. De acordo com essa concepção, o desenvolvimento e a mudança social são considerados como a transformação de um tipo em outro.

O segundo método consiste numa perspectiva de aculturação do processo de desenvolvimento, em que as na-

ções desenvolvidas transmitem conhecimentos, formas de organização, tecnologia, etc, para as nações pobres, até que estas atinjam um estado característico das economias desenvolvidas.

Finalmente, a abordagem psicológica que se caracteriza por situar os problemas da mudança e do desenvolvimento a partir das variáveis típicas das sociedades consideradas tradicionais e dos fatores psico-sociais que atuam como fontes de resistências e os que favorecem a mudança.

Além disso, consideram de modo especial a dimensão psico-social como elemento-chave no processo de mudança tecnológica. Neste sentido, encontram-se diversos estudos onde esse aspecto é focalizado, como fator de mudança. Dentre os teóricos da modernização que enfatizam o componente psico-social, destacam-se os seguintes: para McClelland a "motivação para o desempenho" constitui o fator básico para que ocorra o crescimento econômico. Hagen considera então, a "criatividade" como o elemento responsável pela inovação e por conseguinte o desenvolvimento tecnológico e o econômico. Enquanto que, para Lerner, o elemento dinâmico responsável pelo crescimento consiste na "personalidade empática", ou seja, capacidade de agir e de se colocar na situação do outro em processo de mudança, PINHEIRO MACHADO (1975).

Tais considerações evidenciam a relevância que os teóricos da modernização atribuem às variáveis de natureza psico-social como "fatores antecedentes causais" sem os quais o desenvolvimento não ocorrerá.

Como se vê tais abordagens têm como premissa uma tipologia dualista que isola a perspectiva histórica e a interdependência dos aspectos econômicos, sociais e políticos existentes entre os tipos — tradicional/moderno de determinados países, regiões, etc. O conceito de modernização subjacente às mesmas implica num processo evolutivo de uma forma de organização social tradicional para uma moderna. Consideran

do nesse contexto teórico o processo de intervenção desencadeada pela Extensão Rural com vistas à modernização do meio rural, verifica-se que tais concepções de evolução e difusão, constituem os pressupostos básicos que orientam suas ações. Neste caso, a dicotomia é feita entre o meio rural e o meio urbano.

Com efeito, a perspectiva histórica referente às relações econômicas, políticas e sociais que se estabeleceram nos diversos períodos entre a sociedade rural e a urbana, não é considerada para interpretar a situação de desnível existente entre as diferentes sociedades. Sob essa perspectiva, o meio rural precisa sofrer um impacto mediante a penetração de agentes técnicos com fim de transferir conhecimentos diversos com ênfase na transferência de tecnologia agropecuária e inclusive orientações relacionadas aos aspectos de saúde e nutrição, quanto a formas de associativismo, etc, como vistas ao rompimento do estado de inércia, para que se desencadeie um processo evolutivo em direção ao desenvolvimento.

Explica-se então, a ênfase que a Extensão Rural dá em sua estratégia de ação às técnicas de dinâmica de grupo para que atuem como mecanismos motivacionais e exerçam influência pessoal para que se estabeleça uma relação psico-dinâmica positiva, entre técnicos e agricultores atingidos, e propicie a mudança de atitudes na adoção de novos padrões técnicos e comportamentais. O mecanismo acionado para ordenar e dinamizar as ações de ensino e motivação do homem rural consiste basicamente na interação contínua de grupos e comissões de Assistência Técnica, a nível das comunidades locais, formados para esse fim. Essa forma de utilização do princípio de interação social, associada ao uso das vantagens que os contatos do tipo primário, predominantes no meio rural oferecem, reafirma ao nível da prática, a importância dada às características psico-sociais como elementos impulsionadores do processo de mudança, segundo uma concepção teórica da modernização, subjacente ao conteúdo programático da Extensão Rural como processo de inter

venção e como técnica social.

Assim, a promoção dos agricultores de baixa renda preconizada segundo o modelo de intervenção é desencadeada dentro de um esquema mecânico que prevê a introdução de determinados estímulos com vistas à obtenção de respostas pré-estabelecidas. Aqui estão implícitas orientações behavioristas que visam a mudança de comportamento através do binômio estímulo - resposta. O estímulo, no caso, consiste no conjunto de orientações tecnológicas com demonstrações práticas, visando provocar um impacto que produza reações favoráveis à adoção das novas técnicas transmitidas, ou seja, estimular a mudança do comportamento face à forma tradicional de produção. De acordo com essa concepção, uma vez adotadas as novas técnicas, ocorrerá naturalmente, o aumento de produção e produtividade, havendo por conseguinte, aumento na renda do agricultor. Nesse esquema, tem-se um processo linear e mecânico que, pode ser assim entendido.

2.4. O Objeto da Extensão Rural: O Agricultor de Baixa Renda

A Extensão Rural concebe seu público objeto de ação, a partir de uma caracterização que usa o nível de renda como variável fundamental para estabelecer a diferenciação entre as camadas que compõem a sociedade rural. Em termos teóricos, essa concepção da sociedade em categorias de alta, média e baixa rendas, tem seus fundamentos nas teorias de estratificação social. Neste caso, são utilizados critérios quantitativos na seleção de variáveis para caracterizar cada unidade de estratificação, tendo o nível de renda como o ponto básico de demarcação dos estratos. Segundo tal concepção, a sociedade encontra-se dividida em estratos de renda monetária, junto aos quais a Extensão Rural desencadeia uma intervenção específica, conforme interpretações feitas à luz desse sistema

de estratificação utilizado.

Segundo STAVENHAGEN, (1973, p. 134-140) nesse tipo de teoria, "os indivíduos que integram essas categorias possuem em comum certos índices da estratificação ou indicadores da posição social. (...) Geralmente, trata-se apenas de categorias estatísticas (isto é, de uma série de pessoas que têm em comum um número determinado de características mensuráveis, ou seja, um status comum) ou de agrupamentos de pessoas caracterizadas por uma conduta semelhante, ou por atitudes e opiniões comuns, ou por um certo grau de interação e associação mútuas".

Na verdade, os critérios adotados para enquadrar um segmento da população rural na categoria de agricultor de baixa renda, levaram em consideração tanto características mensuráveis como aspectos qualitativos. Os critérios qualitativos segundo STAVENHAGEN (1973) conduzem a uma "hierarquia escalada", enquanto que os critérios quantitativos reproduzem a estratificação em forma de um "continuum". A combinação do uso desses critérios pode levar a qualquer uma das duas formas. Assim, embora o sistema de estratificação adotado pela Extensão Rural manipule tanto critérios quantitativos como qualitativos, observa-se que aos primeiros é dado maior peso, considerando-se que o nível de renda constitui a linha divisória que determina a posição dos indivíduos nos diferentes planos da realidade social, de acordo com uma escala de gradações composta pelos níveis alto, médio e baixo.

De modo geral, as "críticas principais feitas aos estudos da estratificação argumentam que a estratificação não vai além do nível da experiência, que se trata de simples descrições estáticas, que conduzem aos estereótipos e não à compreensão das estruturas.", (STAVENHAGEN, 1973, p. 143). Essa teoria nos conduz, portanto, a uma concepção da realidade dividida em "agrupamentos discretos hierarquizados em sistema de estratificação", limitando por conseguinte, a observação da realidade social em sua dinâmica natural que ocorre através dos

processos interativos entre grupos e forças sociais ao nível das relações de produção. Anula portanto, a apreensão das tensões e conflitos gerados nesses processos e que se realizam a partir das oposições e contradições existentes entre as diferentes classes sociais.

Os efeitos dessa concepção estática da realidade social têm seus reflexos, evidentemente, ao nível da prática da Extensão Rural, pois essa concepção da realidade rural estratificada em camadas de alta, média e baixa rendas, constitui um recurso operacional. Com efeito, o conceito de agricultor de baixa renda atende portanto, a uma lógica voltada para os objetivos da intervenção — a modernização. Assim, de acordo com o nível de renda do agricultor, são programadas diferentes estratégias de intervenção contendo os respectivos "pacotes" tecnológicos a serem transmitidos de acordo com as graduações correspondentes em que se encontra estratificada a população rural. O interesse primordial, no caso, é de natureza estritamente tecnicista e burocrática, diante do que os aspectos histórico-regionais assim como as raízes culturais da população não são considerados na caracterização, assim como as diferenças e contradições existentes a partir das vinculações que se verificam ao nível das relações sociais de produção. A intervenção, no caso, se rotula de "neutra" por não considerar nesse contexto social as divergências e contradições de interesses políticos e econômicos que são geradas a partir dessas relações de oposição produzidas na realidade socialmente diferenciada. Com isso, perde a visão das forças motrizes que dão origem ao próprio processo de intervenção, que existe como tal, para atender aos interesses dos grupos dominantes da sociedade inclusiva.

Contrapondo a essa concepção mecânica e estática que a teoria da estratificação conduz, existe outra abordagem sociológica que parte de uma análise estrutural da sociedade em sua relação dinâmica com as classes sociais que a compõem. Com isso, entende-se esse segmento da população rural, denomi-

nado pela Extensão Rural de agricultor de baixa renda, como parte integrante de uma estrutura social com a qual mantém relações específicas. Tal abordagem nos possibilita passar do nível de descrição à explicação da sociedade e da dinâmica social numa perspectiva diferenciada, sobretudo considerando-se o predomínio do modo de produção capitalista na sociedade inclusiva. Nesse contexto, a situação desse segmento da população rural se compreende numa visão estrutural em sua relação com partes diferenciadas da sociedade. Sob essa perspectiva teórica, portanto, não é o nível de renda, ou o tamanho da propriedade que constituem critérios fundamentais para determinação das classes sociais no meio rural, mas a posição específica que cada uma ocupa no processo produtivo e, consequentemente, na relação específica que possuem com os meios de produção. Somente a partir dessa concepção é possível uma compreensão do sistema de diferenciação existente no meio rural e, de como se configuram as relações que se estabelecem entre os diferentes grupos num regime determinado de economia social.

Nesse esquema analítico, importa portanto, apreender a complexidade da dinâmica social a partir das diferentes posições que as classes ocupam na estrutura sócio-econômica, que por sua vez dão origem às relações específicas entre si.

Assim, no caso específico da categoria social denominada de agricultor de baixa renda, além desse conceito não estabelecer relação com a estrutura social como realidade histórica e concreta, despreza o aspecto de suas relações com os demais grupos e classes que compõem a sociedade inclusiva, além de relegar a um segundo plano o aspecto diferencial existente dentro da própria categoria, determinado principalmente, pela relação específica com os meios de produção. Na verdade, não se pretende com essas considerações, concluir que cada categoria (pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e trabalhadores assalariados) constitui uma classe social. Importa salientar que tais categorias estão situadas de forma diferen

ciada na estrutura social e mantém relações específicas com os demais grupos ou classes.

A apreensão desse aspecto diferenciado possibilita o entendimento das oposições e contradições internas que geram os conflitos e tensões no meio rural. Com efeito, as divergências derivadas dessas contradições, dão origem a interesses diversificados e muitas vezes antagônicos entre esses grupos ou frações de classes, na busca de soluções para seus problemas existenciais concretos.

O confronto das duas concepções, vistas sob o prisma da intervenção, permite constatar que a primeira, ou seja, a que a Extensão Rural tem de agricultor de baixa renda, neutraliza a dimensão estrutural da realidade, conduzindo a interpretação situacional dessa população para o aspecto exclusivamente técnico, numa abordagem difusionista-inovadora. Com efeito, em termos operacionais a intervenção se realiza numa perspectiva paternalista e exógena com vistas a levar soluções para o problema da pobreza e do atraso do meio rural, via modernização.

Por outro lado, a segunda concepção, parte da necessidade de compreender a situação específica dessa população denominada de baixa renda, a partir da estrutura social, em suas relações com as diferentes classes ou frações de classes que compõem o todo social, não só no meio rural, mas numa visão integrada com o urbano. O fundamental nessa concepção é que esse segmento da população rural não pode ser estudado e compreendido de forma isolada ou estanque, mas como parte de uma estrutura social com a qual mantém relações, principalmente através do processo produtivo.

3. A PESQUISA

Uma vez elaborado um referencial teórico que orientasse a investigação sociológica da Extensão Rural como processo de intervenção junto ao pequeno produtor, procedeu-se a pesquisa em três níveis empíricos: a) análise de conteúdo dos documentos que contêm as diretrizes operacionais da instituição e do Projeto "Promoção de Produtores de Baixa Renda INAN/EMBRA-TER" no Maranhão; b) entrevistas com os extensionistas rurais que atuam nos níveis de coordenação, assessoria regional e execução do referido Projeto; c) aplicação de questionários e realização de entrevistas junto a uma amostra representativa dos agricultores atingidos pelo Projeto.

Além desses dados recorreu-se à fontes estatísticas com vistas a caracterizar a área da pesquisa e a população ali existente.

3.1. Área da Pesquisa

O universo empírico da presente pesquisa é composto pelos municípios que integram a área de ação do Projeto Promoção de Produtores de Baixa Renda INAN/EMBRATER em execução no Estado do Maranhão a partir de 1976. A área de atuação do referido Projeto compreende 7 municípios pertencentes às micro-regiões do Médio Mearim (Dom Pedro, Presidente Dutra, Tuntum, São Domingos, Governador Archer e Gonçalves Dias) e do Alto Itapecuru (Colinas).

Estes municípios foram indicados por ser os que melhor se aproximavam dos critérios seletivos definidos pelo Projeto. Nesse sentido, muito contribuiu o fato do Departamento de Desenvolvimento Agrário da Secretaria de Agricultura do Maranhão (DDA/SAGRIMA) ter então distribuído em 1974, 5.000 títulos de posse de terra a pequenos e médios agricultores. Nos demais aspectos a área se distancia muito dos referidos critérios, na medida em que apresenta uma série de deficiências quanto aos seguintes aspectos: sistema viário, rede de armazéns, infra-estrutura de serviços de saúde.

Em termos de estrutura fundiária a situação não difere muito das condições predominantes no Estado de modo geral, ocorrendo alta concentração da propriedade da terra, caracterizada portanto, pela presença do contraste minifúndio/latifúndio. Dessa forma, enquanto os minifúndios representam 77,6% dos imóveis rurais, ocupando apenas 15,4% da área, os latifúndios por dimensão que correspondem a 21,6% desses imóveis, atingem 83,3% da área cadastrada (Tabela 1).

Por outro lado, os dados relativos à forma de tenência da terra revelam os efeitos dessa concentração da posse da terra em termos de ocupação da mão-de-obra na medida em que 61,5% dos estabelecimentos da área são explorados por ocupantes, 24,4% por arrendatários e apenas 13,0% por proprietários (Tabela 2).

A micro-região do Médio-Mearim, onde se concentra a maior parte dos municípios atingidos pelo Projeto em estudo, encontra-se localizada na área central do Estado com prolongamento no sentido sul. Ecologicamente corresponde, em parte à zona dos cocais-sul. Seu processo de ocupação ocorreu predominantemente pela penetração de migrantes nordestinos, procedentes dos Estados do Piauí e Ceará, além de maranhenses oriundos de regiões mais antigas.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1970, a população total da área era de 148.107 habitantes dos quais 78,8% residem na zona rural. A densidade demográfica era de 15,2 habitantes por km², apresentando variações de 7,4 no município de Tuntum a 65,2 habitantes por km² no município de Dom Pedro (Tabela 3).

As sedes dos municípios que compõem a área, particularmente as cidades de Presidente Dutra, Dom Pedro e São Domingos, exercem uma relevante função comercial, além da prestação de outros serviços, voltados para o atendimento de seus municípios e dos adjacentes. Dentre estas, a cidade de Presidente Dutra constitui a sede administrativa sub-regional do Estado pela estrutura de serviços urbanos que dispõe, além da posição geográfica que ocupa, ligada por grandes eixos rodoviários que se articulam com as demais micro-regiões do Estado e com as capitais do Nordeste, estando também ligada ao eixo da rodovia Belém-Brasília. Quanto ao município de Colinas, apesar de integrar outra micro-região, a do Alto-Itapecuru, apresenta características semelhantes aos demais atingidos pelo Projeto.

A produção agrícola da área caracteriza-se pelo predomínio de produtos de subsistência, destacando-se o arroz pelo volume de produção. Além desse, são também explorados outros produtos da dieta básica como o feijão, milho e mandioca. Tais culturas são realizadas em sistema de consórcio, sendo mais comuns as combinações, arroz x milho, feijão x milho e mandioca x milho.

De acordo com o estudo referencial realizado pela EMATER-MA, na área do Projeto, sabe-se que o arroz foi o produto mais comercializado no ano de 1975 em relação ao volume da produção, ocupando uma segunda colocação, a mandioca e o algodão arbóreo. Considerando a rentabilidade, o feijão apresentou melhores resultados que o arroz e a mandioca segundo o referido documento.

3.2. Fonte dos Dados Secundários

A escolha do Projeto Promoção de Produtores de Baixa Renda INAN/EMBRATER em execução pela EMATER-MA, como material empírico da presente pesquisa, deu-se pelo fato do mesmo constituir um novo modelo de intervenção programado pela EMBRATER, especificamente para atingir essa categoria de público. Assim, pelo conteúdo programático, o Projeto possibilita uma análise do processo de intervenção da Extensão Rural, numa perspectiva integral isto é, pela forma como articula suas linhas de ação — produtivista e humanista, junto a um público específico — o pequeno produtor.

Nesse sentido foram buscados os documentos oficiais que contêm as diretrizes operacionais e os princípios de natureza técnica e política que norteiam esse tipo de intervenção. Destacam-se como principais fontes de dados secundários os documentos que consubstanciam o Projeto a nível regional e estadual. Outras fontes utilizadas abrangem relatórios internos da EMATER-MA, os Censos Demográficos FIBGE e Agropecuário/1970, o Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA/1972 e a Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário/1975 FIBGE, vol. 3.

3.3. Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 1977, nos sete municípios que compõem a

área de ação do Projeto, ou sejam Presidente Dutra, Dom Pedro, S. Domingos do Maranhão, Gonçalves Dias, Governador Archer, Tun^utum e Colinas.

A coleta de dados foi realizada em dois níveis — o da instituição extensionista e da realidade. Ao nível da realidade, utilizou-se dois tipos de técnicas de pesquisa, quais sejam: a aplicação de questionários e a realização de entrevistas de natureza qualitativa junto a uma amostra da população atingida pelo Projeto em estudo. Como recurso complementar utilizou-se a observação participante em alguns povoados da área. Na oportunidade foram feitas entrevistas coletivas com a participação de grupos de oito a dez agricultores em cada entrevista. Observou-se ainda, a realização de algumas atividades das equipes extensionistas, como: cursos e reuniões de sociedade de saúde.

O critério adotado para definir a amostra foi o de (TOMPKIN, 1967), que determina para uma população menor de 5.000, usar-se 50 mais 2% em relação ao total. Dessa forma, do total de 800 agricultores até então assistidos pelo Projeto, a amostra seria de 66 casos. Como medida de segurança, em caso de ser necessário anular algum dos questionários, acrescentou-se 10% do total assistido, resultando finalmente em 74 questionários aplicados, dos quais foram eliminados dois no momento da tabulação. Adotou-se o critério de estabelecer um percentual proporcional ao total de famílias diretamente assistidas por cada equipe e conseqüentemente ao número de equipe atuante em cada município. Dessa forma, ficaram assim distribuídos: Presidente Dutra, com duas equipes, 20% dos agricultores assistidos, correspondendo a 16 questionários; Gonçalves Dias, com três equipes, 30%, 21 questionários e, os demais municípios, Tun^utum, São Domingos, Governador Archer, Dom Pedro e Colinas que possuem apenas uma equipe, foram sorteados 7 agricultores em cada, correspondendo aproximadamente a 10% do total assistido.

Quanto ao número de entrevistas, estipulou-se o percentual de 30% do total de questionários, ou seja, 21 entre-

vistas. Esse total foi distribuído também de forma proporcional ao número de agricultores assistidos por município.

Durante o desenvolvimento da pesquisa esse critério não foi rigorosamente seguido por questões de ordem prática. Assim, de acordo com a receptividade demonstrada durante o preenchimento dos questionários realizava-se a entrevista, acontecendo por isso em alguns municípios ultrapassar-se ao total previsto.

Procedeu-se o sorteio dos agricultores, mediante a relação nominal do público diretamente assistido por cada equipe dentre os povoados de maior concentração de beneficiários do Projeto. Dessa forma, alguns povoados atingidos pelas equipes, foram eliminados devido a população atingida pelo Projeto não ser representativa.

Durante esse período de coleta de dados, as equipes de execução do Projeto encontravam-se aplicando questionários referente à segunda fase do Estudo Referencial, junto ao público-beneficiário. Tal fato facilitou o trabalho do pesquisador na medida em que, de posse da relação dos agricultores sorteados em cada povoado, as equipes mantinham contato prévio com os mesmos marcando a data da visita. Vale ainda ressaltar a importância da participação das equipes locais da EMATER-MA nessa fase da pesquisa, servindo de ligação entre o pesquisador e os agricultores, possibilitando que se estabelecesse um clima de confiança. Não obstante, houve casos de agricultores que se recusaram a preencher o questionário. Essa atitude de desconfiança é muito comum entre agricultores em se tratando de assuntos relacionados com a lavoura. Nesse caso, normalmente julgam se tratar de alguma fiscalização de órgãos do Governo, com vistas a aumentar as taxas de impostos, ou ainda, em casos mais extremos, temem que o Governo pretenda tomar suas terras.

As entrevistas foram gravadas em minicassetes, atingindo uma média de duração entre 30 a 40 minutos. Alguns dos agricultores não permitiram o uso do gravador. Outros en-

tretanto, insistiram em deixar registrado seus depoimentos expressos em tom de denúncia, às injustiças a que estão sujeitos, acreditando que as denúncias serão levadas aos escalões superiores do poder.

Tais entrevistas foram orientadas por um roteiro elaborado segundo os interesses do estudo, embora se tenha usado de flexibilidade na condução das mesmas, atendendo-se às diversas circunstâncias e possibilidades de diálogo oferecidas pelo entrevistado.

Ao nível da instituição, utilizou-se também a técnica de entrevista junto aos técnicos envolvidos diretamente com o Projeto nos diversos níveis, de execução, assessoria regional e coordenação estadual. No escritório central, foram entrevistados oito técnicos selecionados de acordo com as funções que exercem na direção da Empresa e nos setores de planejamento e coordenação técnica dos trabalhos de modo geral e, em particular, dos trabalhos dirigidos ao agricultor de baixa renda.

Quanto à seleção dos técnicos de campo, a serem entrevistados, adotou-se em princípio, o critério de maior tempo de serviço na Extensão Rural. Entretanto, no decorrer da pesquisa, foi possível entrevistar a maior parte dos técnicos de execução, atingindo-se um total de nove Técnicos Agrícolas e quatro Professores que desempenham as funções de Extensionista Doméstica.

As entrevistas com os técnicos, cuja receptividade cumpre registrar, também seguiram a um roteiro específico para cada nível, sendo introduzidas algumas modificações de acordo com o grau de vivência e maturidade de cada entrevistado no trabalho de Extensão Rural. Usou-se o mesmo sistema de registro das demais entrevistas, e realizaram-se durante um tempo médio de 50 a 60 minutos.

3.4. Conhecimento Anterior do Problema

A Extensão Rural tem sido objeto de muitos estudos tanto de natureza empírica como teórica, sob as mais diversas perspectivas de análise. Os autores desses estudos, sintetizam os principais trabalhos existentes com respeito a referida instituição no Brasil, que podem ser classificados nos seguintes tipos de abordagens:

- a) trabalhos que investigam os aspectos econômicos que envolvem o processo de inovação tecnológica desencadeado pela Extensão Rural;
- b) e propostas de modelos e instrumentos de avaliação dos impactos produzidos pela ação extensionista, em termos econômicos, educativos e de mudanças provocadas no meio rural.

CARVALHO, (1976) se propõe a desenvolver uma metodologia com vistas a avaliar a eficiência do programa de Extensão Rural no Estado de Minas Gerais, sob um enfoque macro-econômico. Para isso, mediu os benefícios e custos sociais decorrentes do serviço de Extensão, determinou os coeficientes custo/benefício e valores presentes, além de determinar o número de anos-ótimo de atuação extensionista para a sociedade. Baseou sua análise no conceito de "excedente do produtor", utilizando como instrumento as próprias técnicas de avaliação social de projetos empregadas pela entidade em estudo.

Outro trabalho na mesma perspectiva é de COSTA, (1976) que procura avaliar os efeitos da ação dos serviços de Extensão Rural ao nível do produtor em uma área típica do Brejo Paraibano. Nesse sentido, compara empresas assistidas pela Extensão a partir das modalidades com e sem crédito, com vistas a verificar a diferença existente no que se refere a: absorção

de tecnologia, produtividade física, desempenho econômico, grau de associação entre o desempenho dessas empresas e a intensidade da assistência técnica efetuada pela Extensão Rural e, finalmente, a contribuição marginal dos serviços de Extensão na formação da renda bruta. Para o autor, a Extensão é entendida em termos operacionais como um "serviço institucionalizado que desempenha o papel de agente de mudanças sócio-econômicas no meio rural" e, em termos conceituais, como um "tipo de educação informal".

Ainda sob o enfoque econômico, DIAS,(1974) procurou verificar o impacto produzido pela Extensão Rural sobre a eficiência econômica dos produtores assistidos, considerando que esta atua sobre a articulação da oferta dos fatores geradores do desenvolvimento do país.

A análise dos dados coletados junto a agricultores assistidos pela Extensão Rural, permitiu ao autor confirmar sua hipótese de trabalho ou seja: que a Extensão Rural produz um impacto positivo sobre o processo de adoção de novas práticas junto aos agricultores que possuem baixo nível tecnológico, provocando uma elevação em suas taxas médias de rentabilidade, mediante o conhecimento tecnológico disponível no país.

TONINI,(1975) propondo-se a suprir as deficiências em termos de avaliação de programas de Extensão Rural, com para níveis de execução de técnicas agrícolas junto a dois grupos de agricultores submetidos a diferentes programas de Extensão Rural. Para verificar qual o programa foi mais efetivo, utilizou as seguintes variáveis: idade, escolaridade do público atingido e, quantidade de terra explorada e tipo de cultura.

BARBOSA FILHO,(1969) procura determinar o impacto educativo provocado pela Extensão em termos de mudanças operadas no meio rural com vistas ao desenvolvimento do Setor Agrícola. Para isso aplica um modelo de avaliação, visando inclusive testar a eficiência desse instrumento para posterior utilização pelos serviços de Extensão Rural. A Extensão Rural é

concebida pelo autor como uma organização de caráter educacional destinada a comunidades rurais, com vistas a provocar mudanças de ordem técnica, econômica e social para desenvolvimento do meio rural.

QUEDA e SZMRECZANYL, (1973) propõem-se a analisar a função da Extensão Rural no contexto da mudança social. Nesse sentido, concebem a assistência técnica e a educação escolar a partir de suas conexões com a estrutura agrária e de poder do subsistema rural e das relações entre este e outros subsistemas tanto internos como externos ao meio rural. Com efeito, ambas as instituições são consideradas não apenas como instrumento de política agrícola e econômica, mas também como produtos institucionais da sociedade brasileira.

A hipótese central do trabalho está formulada no sentido de que, "através desse processo multiforme, o meio rural brasileiro está deixando de constituir um subsistema social e tende progressivamente a transformar-se num setor diferenciado, mas plenamente articulado, da sociedade global" (p. 269). Para isso, os autores retomam os principais momentos históricos que marcaram e orientaram o funcionamento da assistência técnica e do ensino rural no país. Destacam por conseguinte, as repercussões sofridas por ambos os "complexos institucionais" de forma a garantir a viabilidade da política de modernização do setor agrícola, sem que, no entanto, isso signifique atender as necessidades da população rural. Na verdade, os interesses dominantes correspondem principalmente àqueles do Governo, no sentido de expandir as exportações mediante o aumento da oferta de produtos agrícolas e aos das empresas comerciais e industriais dos produtos e insumos agrícolas.

Além desses, destacam-se também alguns estudos que focalizam o mesmo tema, a nível de América Latina, caracterizando-se por duas linhas de análise:

- a) análise histórica da Extensão Rural na América Latina a

partir de seus fundamentos teóricos e métodos de ação;

- b) análise da Extensão Rural como instrumento básico para o processo de desenvolvimento da América Latina.

Dentre os autores que discutem a Extensão Rural a nível de América Latina, pode ser citado inicialmente PINTO, (1973) que se propõe a fazer uma análise crítica da Extensão Rural a partir de seu conteúdo teórico e prático. O autor se fundamenta para isso, em uma análise empírica da Extensão, sob uma orientação teórica, com vistas a elaborar um instrumento metodológico que contribua efetivamente para um desenvolvimento humano da América Latina.

Nesse sentido, parte da descrição de um caso que considerou típico para caracterizar a metodologia da Extensão Rural. Com base na descrição desse caso concreto, faz uma análise crítica do modelo de ação da Extensão, recompondo todo seu conteúdo teórico e prático. A análise focaliza cada um dos aspectos sociológicos, epistemológicos e educacionais que orientam a ação extensionista. A partir dessa análise conclui que, se a Extensão pretende orientar sua prática para a criação de condições que estimulem uma mudança estrutural, necessita de uma revisão em suas bases teóricas e metodológicas. Nesse sentido, salienta alguns dos aspectos que considera básicos nessa revisão, como: os conceitos de realidade e de estrutura social, assim como quanto ao objeto de ação de mudança e a estratégia de mudança. Nesse contexto, destaca a educação como instrumento de mudança estrutural, diante do que se impõem duas alternativas decisivas para a Extensão, ou seja: como simples instrumento de modernização do Setor Agrícola ou assumindo um trabalho que realmente conduza à mudança estrutural.

ANSORENA, (1971) propõe-se a estudar a Extensão Rural na América Latina com vistas a analisar as condições e requisitos necessários para um instrumento de desenvolvimento

integral. Como tal, a Extensão só é entendida a partir de um contexto operativo de duas dimensões: a interna e a externa. Esta, diz respeito à sua integração na macro-estrutura institucional de cada país, enquanto que a interna se refere ao próprio sistema institucional.

No decorrer da análise, o autor aborda não só as implicações exógenas, como os aspectos referentes à dinâmica interna. Com relação aos aspectos externos, dentre outros problemas, o autor se refere à estrutura agrária, como um dos fatores limitantes da ação extensionista. Quanto aos aspectos internos, salienta a forma persuasiva e não educativa como os agentes técnicos atuam junto ao público rural. Conclui então que essa atitude é reflexo da forma como são elaborados os planos e programas, ou seja, sem a participação dos agricultores. Com efeito, os compromissos de natureza burocrática e técnica sempre ocupam uma posição de prioridades na formulação dos referidos planos.

Ainda, ANSORENA, (1972) em outros dois trabalhos se refere aos aspectos históricos da Extensão Rural na América Latina. Um deles apresenta um quadro evolutivo da instituição desde a sua implantação na década dos 40 até 70, identificando as idéias centrais que predominam em cada período, ao mesmo tempo em que relaciona com a evolução das ciências sociais e seus efeitos recíprocos.

No outro trabalho, o autor apresenta uma tipologia caracterizando a Extensão Rural em diferentes períodos históricos os quais denomina de tradicional, desenvolvimentista e projetivo. Cada tipo corresponde portanto a um conteúdo filosófico e operacional, de acordo com a conjuntura político-social do momento. Evidentemente que não se enquadram em parâmetros rígidos, dada a grande diversidade de fatores históricos e estruturais existentes entre os países da América Latina. Em ambos os textos a proposição do autor consiste em ressaltar a necessidade de se conhecer os propósitos de desenvolvimento implícitos nos diversos momentos históricos de cada país para se

entender a Extensão Rural.

SAMANIEGO, (1971) analisa os fatores que têm interferido negativamente no trabalho da Extensão. Parte do presuposto de que a Extensão é uma instituição que depende da estrutura econômica e mais especificamente da estrutura agrária da sociedade a que pertence. Propõe então, um modelo teórico que possa servir de fundamento para sua reestruturação em uma sociedade em transformação. Explica seu processo a partir da teoria da mudança e do conteúdo ideológico de desenvolvimento subjacente à sua programação.

Como se vê as análises constituem estudos gerais sobre a instituição e suas proposições de atuação. Na verdade ressentem-se de estudos que acompanhem a instituição em sua atuação concreta no campo. Ainda que tenha sido feito, pelos trabalhos citados, não se preocupam com os resultados globais da instituição e sim com aspectos específicos, particulares a uma só forma de atuação. Neste trabalho, o que se pretende é a visão global da instituição e sua atuação, junto a um grupo definido de agricultores numa área carente de atuações significativas. Sob esse aspecto é que se pretende suprir uma lacuna na bibliografia.

4. A INSTITUIÇÃO EXTENSIONISTA

4.1. Origem da Extensão Rural no Brasil

Considerando que a Extensão Rural no Brasil foi introduzida segundo os princípios, objetivos e modelo de ação adotados nos Estados Unidos, é importante verificar quais as circunstâncias e condições locais que deram origem à sua organização.

Segundo BECHARA (1954), os primeiros trabalhos que deram origem à Extensão nos Estados Unidos datam de época anterior a 1850, período em que as sociedades agrícolas realizavam conferências públicas sobre assuntos relacionados com a agricultura. Em 1863 estas sociedades agrícolas foram oficialmente organizadas com o nome de The Farmers' Institute Movement constituído pelos que se destacavam como conferencistas e pelos especialistas dos Land Grant Colleges. A organização dos agricultores em institutos tem sua origem na oficialização do ensino agrícola nos Colleges, fato que despertou o interesse daque

les, no sentido de solicitar à direção dos referidos estabelecimentos que lhes fossem transmitidos também os conhecimentos até então proporcionados apenas aos estudantes. Diante da insistência, a solicitação foi atendida mediante a organização dos referidos Institutos, que funcionaram como meio de intercâmbio entre as escolas e os agricultores, através da aplicação prática dos conhecimentos científicos, enriquecidos com as experiências destes últimos.

Outro fato que se relaciona com a origem da extensão nos Estados Unidos ocorreu em 1903, com uma grande infestação do gorgulho (boll weevil) que ameaçou destruir as culturas do algodão no Estado do Texas. Tal fato levou o Secretário da Agricultura a nomear um agente técnico para estudar o problema e desenvolver medidas de controle. Para a realização desse trabalho foram organizados grupos formados por agentes de campo, que desenvolveram uma ação intensa e sistemática no controle da referida praga. Esse trabalho foi considerado como extensão e denominado de "Trabalho de Demonstrações Agrícolas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos".

Em 1914 mediante lei aprovada pelo Congresso — Smith-Lever Act — foi oficializada a Extensão Rural nos Estados Unidos. A aprovação deste ato significou, em termos administrativos, que o Serviço de Extensão Agrícola se tornaria uma organização cooperativa entre o Departamento de Agricultura Federal e os Land Grant Colleges, sendo denominado a partir de então, Cooperative Extension Service.

Convém ressaltar que existiam outras organizações que também desenvolviam trabalhos de extensão. Ao nível nacional, cita-se a Farm and Home Administration, que combinava o trabalho de crédito rural com a extensão educativa. Posteriormente se verá que este foi o modelo de Extensão Rural transplantado para o Brasil.

No processo histórico de criação do Serviço de Extensão Rural nos Estados Unidos cumpre ressaltar o fato de

ter suas origens antes das reivindicações e necessidades sentidas pelos agricultores do que em uma deliberação de iniciativa exclusivamente governamental.

Após a consolidação a Extensão Rural nos Estados Unidos, o governo americano tomou iniciativas no sentido de difundir tal modelo de serviço junto aos países sub-desenvolvidos. Dessa forma, em 1938 foi criado em Washington o Institute of Inter-American Affairs com fins de coordenar trabalhos de ajuda econômica a esses países, especialmente aos da América Latina, incluindo em seu programa trabalhos de Extensão Rural e crédito rural supervisionado.

No Brasil, a Extensão Rural data de 1948, período em que, em termos de política internacional, se verificava uma intensificação nas relações econômicas, políticas e militares entre os Estados Unidos e os países do chamado bloco ocidental. Em 1947 o Governo Dutra participara da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, oportunidade em que foi elaborado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Em 1948, o Brasil participou na elaboração da Carta de Organização dos Estados Americanos (OEA) que teve como finalidade intensificar a solidariedade e cooperação das Américas. Nesse mesmo ano, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, também conhecida por Missão Abbink, deu início aos trabalhos de estudos com vistas a identificar os principais pontos de estrangulamento da economia brasileira, com ajuda técnica e financeira das Empresas e do Governo dos Estados Unidos. Com base nesses estudos a Comissão apresentou recomendações e elaborou projetos contendo subsídios para a formulação da política econômica governamental de ambos os países. Dentre os principais pontos de estrangulamento identificados pela Comissão, destacam-se o desequilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e a indústria, mediante a insuficiente oferta de gêneros alimentícios nos centros urbanos o que resultava em efeitos inflacionários, IANNI (1977).

Importa salientar que o interesse demonstrado pelo governo americano em aprofundar as relações econômicas e políticas com o Brasil, sob o rótulo de ajuda técnica e financeira para o desenvolvimento, tem suas reais razões a partir das necessidades geradas no contexto do capitalismo mundial no período pós-grande guerra.

Assim, no princípio da década dos cinquenta, os americanos concentram suas atenções nos países da América Latina, com vistas a ampliar suas fronteiras econômicas, dado o sucesso atingido no Plano Marshall e seu equivalente continental (Doutrina Truman). Segundo IANNI (1977, p. 143), a "Doutrina Truman e o Ponto Quatro fazem parte do mesmo movimento histórico que produz a Missão Abbink e o Programa de Metas".

Como se vê, as diretrizes que orientaram a política externa dos Estados Unidos, dirigida especialmente, para os povos coloniais e dependentes, tinham suas origens nos interesses políticos e econômicos do próprio Governo e das grandes empresas desse país em substituir o "velho imperialismo" pela supremacia norte-americana em novas bases de ação.

Esse foi portanto, o contexto político que marcou a reelaboração das relações entre o Brasil e os Estados Unidos e condicionou o transplante do modelo americano de Extensão Rural para o Brasil. A título de ajuda técnica e financeira os respectivos documentos explicitam objetivos tais como o aumento da produção agrícola e a elevação do padrão de vida do homem rural, sua família e sua comunidade.

Dessa forma, a primeira experiência da Extensão no Brasil data de 1948, implantada a título de Programa Piloto, em Santa Rita do Passa Quatro, no Estado de São Paulo, recebendo a denominação de "Trabalhos Cooperativos" sob a coordenação de um órgão americano — International Association for Economic and Social Development (AIA). Além dos recursos provenientes do governo americano através da AIA, os trabalhos fo

ram mantidos com recursos dos agricultores envolvidos no processo, da indústria local, da Prefeitura Municipal, contando ainda com a cooperação das Secretarias de Educação e de Saúde do Estado de São Paulo.

Ainda no mesmo ano, com base em convênio firmado pelo Governo do Estado de Minas Gerais e a AIA, foi fundada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). Esta, foi considerada como a experiência pioneira de Extensão Rural no Brasil, uma vez que os referidos trabalhos em Santa Rita do Passa Quatro não tiveram continuidade. Além disso, trata-se da primeira organização na América Latina onde o Serviço de Extensão Rural foi executado em conjunto com o Crédito Rural supervisionado.

Essa experiência no Estado de Minas Gerais serviu de modelo para os demais Estados da Federação, exceto São Paulo, que contaram também, com o apoio financeiro da AIA, Banco do Brasil e Secretarias de Estado, além de outros órgãos.

Em 1953 foi criado no Brasil o Escritório Técnico de Agricultura (ETA) como órgão coordenador e executor dos trabalhos mantidos no Setor da Agricultura pelo Programa de Coordenação Técnica dos Estados Unidos — Ponto Quatro. A função do ETA consistia basicamente em prestar assistência técnica e financeira para os trabalhos de fomento do Setor Agrícola executados por órgãos do Governo, entidades públicas ou privadas. Essa assistência concentrava-se especialmente no treinamento de técnicos em assuntos agropecuários e em Extensão Rural.

Observa-se então, a crescente interferência do governo americano nos assuntos econômicos, políticos e técnicos como meio de ampliar e aprofundar suas fronteiras de dominação.

Com efeito, a rápida expansão da Extensão Rural no Nordeste do país, também faz parte dos interesses políticos do Governo Norte-americano, uma vez que os acordos firmados com o Brasil visavam atingir de modo especial o setor agrícola.

Além disso, a escolha do Nordeste como área prioritária, compõe uma estratégia de intervir na questão agrária da região que, pelo estado de tensões e conflitos, ameaçava o equilíbrio do sistema econômico e político do país.

Em fins de 1954, foi criada a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) com sede na cidade de Recife e raio de ação em todo o polígono das secas, através da união de esforços e recursos dos Bancos do Brasil, do Nordeste e da AIA. Após três anos de atividades, a ANCAR já coordenava os trabalhos de Extensão em cinco Estados: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia.

Outras regiões do país também adotaram o modelo de serviço de Extensão Rural, ocorrendo em menos de dez anos, uma expansão considerável, necessitando de um órgão que, a nível nacional, coordenasse as ações de Extensão no país, de forma a manter a unidade do sistema.

Assim, em junho de 1956, por iniciativa dos próprios serviços de Extensão já existentes, aliada à decisão do Governo Federal, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). No ano seguinte, foi firmado convênio entre o ETA e a ABCAR comprometendo-se a prestar assistência técnica e financeira aos programas desenvolvidos pelas entidades estaduais filiadas ao Sistema. A atuação da ABCAR mostrou-se mais efetiva nos aspectos de captação de recursos federais ou internacionais para o Sistema do que propriamente no trabalho de coordenação das atividades e programas desenvolvidos pelas filiais estaduais.

Em termos de organização administrativa, tanto a ABCAR como as Associações Estaduais a ela filiadas, constituíam sociedades civis sem fins lucrativos. Dessa forma, eram técnica e administrativamente autônomas, mantendo articulações entre si com vistas à manutenção da unidade do sistema em função dos objetivos, princípios e métodos de trabalho. Fun

cionavam dentro de um sistema de cooperação com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, órgãos de desenvolvimento regional, estabelecimentos de crédito e entidades privadas. Atuavam em consonância com a Política Governamental dirigida para o Setor Agrícola tanto a nível nacional como especificamente em relação aos Planos Estaduais. Recebiam assim recursos financeiros e apoio dos serviços públicos existentes, com vistas a complementar a intervenção governamental nos campos de pesquisa e fomento agropecuário, da educação e saúde.

Segundo FONSECA (1975), na fase inicial de implantação do Serviço de Extensão Rural no Brasil o método de trabalho adotado, seguiu o modelo norte-americano conhecido como Farm and Home Administration (FHA), que consistia na elaboração e execução de um plano com vistas à elevação do nível técnico do trabalho agropecuário e à promoção da melhoria das condições de vida das famílias rurais, tendo como suporte financeiro o crédito rural supervisionado

Nesse período inicial de trabalho segundo o mesmo autor, a Extensão Rural definia como público-objeto de ação, os pequenos proprietários rurais. Após alguns anos de experiência, mediante avaliações realizadas junto à população atingida, foi constatada uma mudança inexpressiva nos níveis globais de produtividade da área atendida. A análise desses resultados evidenciou a inadequação do modelo transplantado de uma realidade diferente.

Não obstante tais conclusões, poucas modificações foram feitas no modelo de atuação, permanecendo basicamente os mesmos objetivos até 1956 que com a criação da ABCAR, algumas alterações foram introduzidas quanto aos objetivos e métodos de trabalho.

A partir de 1964, período em que se configuram

novas diretrizes políticas e econômicas na esfera governamental do país, o Sistema Brasileiro de Extensão Rural redefiniu suas diretrizes de ação, passando a dar maior ênfase aos aspectos agropecuários através do fomento à produção e incremento do crédito rural. Ainda nesse período, os programas específicos dirigidos ao bem-estar social também sofreram modificações, sendo reinterpretados a função e objetivos extensionistas no atendimento das necessidades das famílias rurais, mediante a organização de comunidades.

Outra alteração significativa no trabalho da Extensão verificou-se através do Plano Diretor 1968/72 da ACAR do Estado de Minas Gerais, que posteriormente influenciou as demais filiadas na definição de seus objetivos e categorização do público a ser assistido. Nesse contexto, os objetivos dos programas foram assim definidos: "assistir o agricultor que explora comercialmente sua propriedade, ao invés dos pequenos e médios produtores cuja evolução é demorada e retarda o avanço econômico do Estado", apud QUEDA (1975, p. 273). Além disso, a população rural foi estratificada nas seguintes categorias: a) grandes proprietários, orientados em função do melhor uso dos fatores de produção; b) os pequenos e médios proprietários, orientados no sentido de satisfazer suas necessidades de forma produtiva; e c) os parceiros e assalariados, orientados para se associarem aos sindicatos rurais.

As modificações introduzidas no conteúdo operacional da ABCAR, assim como os critérios de estratificação do público-beneficiário das ações extensionistas, foram em parte incorporados na estruturação do atual modelo da Empresa extensionista. Isso ocorreu a partir de 1974 quando foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), regulamentada segundo os dispositivos da Lei nº 6.126 de 6/11/74. Nos termos dessa Lei foi instituída como empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura com personalidade jurídica de direito privado.

Paralelamente às ações legais de constituição da EMBRATER, foi elaborado pela ABCAR um projeto de estudos com vistas a oferecer subsídios para a organização e programação da Empresa, através de contatos com as filiadas da ABCAR no sentido de coletar informações referentes às condições técnico-administrativas, com vistas à transição para o Sistema EMBRATER.

Segundo os documentos que regulamentam e definem o modelo institucional, a EMBRATER constitui um órgão de caráter essencialmente normativo e coordenador dos programas de assistência técnica e extensão rural desenvolvidos no país. Com efeito, representa um instrumento básico do Ministério da Agricultura dentro do sistema de produção agropecuária.

No contexto político-econômico do país, o ato de criação da EMBRATER, como Empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, é entendido como um reflexo da estrutura de poder estabelecida a partir de 1964, e a correspondente transformação no sistema administrativo do país, com a expansão da tecno-estrutura estatal e centralização do planejamento. Dessa forma, estaria assegurada e controlada por um mecanismo estatal a funcionalidade das entidades envolvidas no processo de produção de tecnologia agropecuária, com a criação de uma Empresa similar responsável pela pesquisa agropecuária (EMBRAPA) e sua transferência ao meio rural, sob a coordenação da EMBRATER.

Segundo IANNI (1977) a "questão agrária" desde 1970, no Governo Médici, era considerada sob a ótica da modernização, entendida a partir dos problemas relacionados com o crédito, preço e assistência técnica, em função do aumento da produção e produtividade. Os objetivos governamentais visavam assim, atingir fins mais amplos referentes à manutenção da estabilidade sócio-econômica e política do sistema vigente.

4.2. A Extensão Rural e o Projeto "Promoção de Produtores de Baixa Renda INAN/EMBRATER no Estado do Maranhão"

A Extensão Rural no Estado do Maranhão, como em todo o Brasil, tem seu período de vigência como entidade filiada ao Sistema ABCAR e, a partir de 1975, como empresa pública vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e, associada à EMBRATER, órgão coordenador a nível nacional.

Assim, no primeiro momento, foi criada em 1962 a ACAR-MARANHÃO através da Lei Estadual nº 2.236 e oficialmente fundada com a participação de diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais a Secretaria da Agricultura, a Federação das Associações Rurais do Estado, a Federação do Comércio, a Associação dos Criadores, o Banco do Estado, a ABCAR, etc.

Sua estrutura organizacional seguiu aos padrões das demais filiadas do Sistema ABCAR, sendo também constituída como uma sociedade civil sem fins lucrativos. Segundo consta na ata de fundação da ACAR-MARANHÃO sua finalidade era executar um programa de assistência técnico-educativa com vistas ao aumento da produção agropecuária e à melhoria das condições sócio-econômicas da população rural do Estado.

Tais objetivos estão de acordo com os princípios filosóficos e operacionais que orientavam a ação extensionista do Sistema ABCAR nesse período. Dessa forma, seus programas se dirigiam às famílias rurais a partir de dois enfoques básicos quais sejam, a transferência de novas técnicas agropecuárias e o desenvolvimento de um sistema de crédito rural orientado.

A partir da formulação de uma nova política nacional que orienta os trabalhos de assistência técnica e de extensão rural sob a coordenação da EMBRATER, foi extinta a ACAR-MARANHÃO e instituída a EMATER-MA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão), pelo Decreto nº 5.802 de 31/10/75, como Empresa pública vinculada à Secretaria

de Estado da Agricultura. Como tal, compatibiliza seus programas com os Planos Nacional e Estadual de Desenvolvimento, de acordo com as necessidades regionais. Além disso, observa certas exigências no que se refere à adequação de suas diretrizes organizacionais e de seus métodos de trabalho às normas preconizadas pela EMBRATER.

A EMATER-MA tem como finalidade "planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando a difusão de conhecimentos de natureza técnica econômica e social para aumento da produção e produtividade agropecuária e a melhoria das condições de vida no meio rural do Estado do Maranhão, de acordo com as políticas de ação do Governo Estadual e do Governo Federal", (EMATER-MA, 1978, p. 2).

Com efeito, a EMATER-MA se caracteriza por uma estrutura organizacional calcada segundo padrões uniformes a todo o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Assim, como as demais associadas a esse sistema, a EMATER-MA possui um modelo de ação que dá ênfase à transferência de tecnologia agropecuária e gerencial, ao mesmo tempo que se propõe a desencadear ações de "natureza humanista" com vistas ao bem-estar da família rural. Esse modelo de ação é caracterizado como um "programa dual" que compatibiliza as linhas produtivista e social.

A EMATER-MA desenvolve portanto, duas linhas de ação — a dos Programas Especiais e a dos Projetos Finalísticos. Estes últimos, correspondem à linha produtivista, na medida em que se destinam aos agricultores considerados de média e alta rendas, com vistas à modernização da agricultura e consequente aumento da produção e produtividade. Enquanto que os Programas Especiais, correspondem aos Projetos de ação integrada, destinados especificamente aos agricultores de baixa renda, com vistas à criação de mecanismos que possibilitem o aumento da produção, produtividade, da renda e consequente melhoria da qualidade de vida. Nestes Programas Especiais, dentre outros, se encontra o Projeto "Promoção de Produtores de Baixa Renda INAN/

/EMBRATER", que se constitui o universo empírico mediante o qual se investiga a Extensão Rural no Estado do Maranhão.

4.2.1. Justificativa e Objetivos

O Projeto Promoção de Produtores de Baixa Renda INAN/EMBRATER, ora em execução pela EMATER-MA, integra uma programação do Governo Federal dirigida ao agricultor de baixa renda do Nordeste brasileiro, tendo como órgãos financiador e executor a nível nacional, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e a EMBRATER, respectivamente.

O conteúdo programático do referido Projeto foi elaborado de forma a compatibilizar os objetivos e diretrizes de ambos os órgãos envolvidos, atendendo por conseguinte, aos princípios básicos explícitos na Política de Desenvolvimento Social expressa no IIº PND. Dessa forma, se fundamenta nas diretrizes que norteiam a ação da EMBRATER na área de nutrição e saúde, em consonância com a política preconizada pelo PLANAN (Plano Nacional de Alimentação e Nutrição).

Do ponto de vista social, o problema da saúde no meio rural é concebido como um "componente ou co-fator do processo de desenvolvimento, na medida em que fortalece quantitativa e qualitativamente os recursos humanos comprometidos nos projetos de crescimento econômico e de bem-estar social, (EMBRATER, 1975, p. 151). Sob essa perspectiva, o objetivo com vistas ao bem-estar alimentar e nutricional, é incorporado pela política governamental, não apenas por se constituir fator básico para a melhoria das condições de vida das populações rurais, mas principalmente, pelo fato de contribuir para o aumento da produtividade do fator humano envolvido no processo produtivo.

Nesse contexto, o desenvolvimento é considerado a partir do modelo proposto pelo Governo através do IIº PND,

que enfatiza a necessidade de ampliar o mercado interno através da incorporação de novos segmentos da população, com a progressiva formação do mercado de consumo de bens e serviços. Aqui, identifica-se o poder centralizador do Estado-providência, que assume o papel de portador da visão correta do mundo, a que a realidade social deve se conformar. Não estimula assim o desenvolvimento das potencialidades culturais da população. Unifica as necessidades ao nível dos objetivos do Estado, ou seja, a disponibilidade de uma população apta a produzir para o aumento do Produto Nacional, em condições de consumir os ingredientes definidos sempre ao nível da Nação.

Dessa forma, do ponto de vista da política nacional, a proposta de intervenção da Extensão Rural junto à categoria de agricultores de baixa renda tem suas justificativas consolidadas por sua grande expressão numérica, constituindo portanto, um contingente em potencial para o mercado de consumo de massa. Aliado a esse aspecto, é considerado ainda o duplo papel social que tal população exerce na economia do país, através de sua atividade produtiva, suprimindo suas próprias necessidades de consumo alimentar e participando, com substancial parcela, no abastecimento de gêneros alimentícios de suas regiões com a venda do excedente.

Finalmente, do ponto de vista técnico, a Extensão Rural define suas normas e programas no sentido de viabilizar o modelo de desenvolvimento explícito no IIº PND. Para isso, considera básico o "desenvolvimento de ações múltiplas e simultâneas que atinjam os pontos críticos da cadeia produção/consumo. Isto significa intervir, através de esquemas de atuação, na transferência de tecnologia na área da produção, armazenamento e comercialização, de modo a proteger o pequeno produtor contra maiores vulnerabilidades de produção e mercado; organizar medidas voltadas para a melhoria de suas condições de saúde de modo geral e nutrição em particular, tendo em conta a importância dos problemas desta área, seja como expressão da

qualidade de vida, seja como fator do próprio processo de desenvolvimento", (EMBRATER, 1975, p. 3) .

O Projeto procura dessa forma, compatibilizar suas ações de natureza técnica com as orientações políticas do governo nas áreas social e agrícola, de forma a garantir o desenvolvimento econômico em condições de estabilidade social e política. Isso significa que a intervenção não tem a finalidade de alterar ou reorganizar o sistema produtivo, nem tão pouco reorientar as atividades dos agentes produtivos segundo um padrão definido em termos sociais, assim como não se concretiza em atuação direta do Estado na atividade produtiva. Na verdade, a intervenção consiste antes na mobilização dos agentes produtivos para a concretização das metas definidas ao nível do IIº PND e para a incorporação dos seus pressupostos ideológicos e políticos.

Assim, de acordo com o documento básico que define o Projeto a nível regional, seu objetivo geral consiste em desenvolver ações de "apoio e fortalecimento ao pequeno agricultor pela realização de investimentos e de assistência técnica, dirigidos ao incremento da produção e produtividade, dinamização da infraestrutura de organização, comercialização, armazenagem e consumo", (EMBRATER, 1975, p. 48).

Este objetivo encontra-se assim detalhado no documento específico ao Estado do Maranhão: a) promover a melhoria do estado nutricional e a elevação da renda de 800 famílias de pequenos produtores em 1976 (1.110 em 1977 e em 1978, 3.000 famílias), mediante o incremento da produção, produtividade, consumo dos alimentos; b) aumentar a produção através da ampliação da área cultivada e da produtividade das culturas de arroz, feijão e milho, mediante a utilização de pacotes tecnológicos recomendados pelo projeto; c) armazenar a produção destinada à comercialização em depósitos oficiais e/ou pertencentes à cooperativas; d) gerar a participação ativa da população assistida, rompendo, na medida do possível, a dependência, (EMATER-MA, 1976, p. 34-6) .

Para a consecução desse último, os componentes previstos são dois: educação nutricional e assistência nutricional e sanitária, como segue: 1) Educação Nutricional — atingida através de orientações que envolvem: a) adequação na dieta e nível familiar; b) alimentação recomendável face às necessidades de cada grupo vulnerável; c) eliminar a influência dos preconceitos e tabus de alimentação; e d) valorização do aleitamento natural e seu prolongamento. 2) Assistência Nutricional e em Saúde, envolvendo orientações nos seguintes aspectos: a) utilização dos suplementos nutricionais para as gestantes, nutrizes, lactentes e pré-escolares; b) indicação dos tipos de exame clínicos e de laboratórios necessários para a avaliação do estado nutricional e identificação de moléstias infecciosas e parasitárias; e c) adoção das medidas indicadas para classificar e controlar os casos de desnutrição de 1º, 2º e 3º graus em crianças menores de 6 anos.

Para alcançar tais objetivos, o Projeto prevê as seguintes medidas de ordem prática: a) comercializar o excedente das culturas alimentares, preferentemente através de cooperativas; b) capacitar através de treinamento de mão-de-obra, produtores e dirigentes de cooperativas e jovens; c) aumentar o consumo de alimentos visando atingi- a média de 2.200 calorias per capita a nível de família assistida, tendo como base o estudo referencial efetuado na fase de implantação do projeto; d) orientar as famílias na aquisição de alimentos necessários para adequação da dieta; e) gerar capacidade de armazenamento dos produtos destinados ao consumo, a nível de propriedade, através da introdução de silos domésticos e/ou outros meios de estocagem; f) otimizar o uso dos alimentos nos grupos em período de risco, com a adoção paralela de medidas de prevenção e controle das doenças.

Como se vê, tais objetivos encerram a concepção de que é através da educação e da mudança de mentalidade do pequeno produtor que os problemas de atraso no meio rural são superados. Com isso, as mudanças com relação à estrutura de pos

se da terra e do sistema produtivo não são contempladas, evidenciando assim a ideologia implícita que visa garantir sua perpetuação mediante a integração da população subordinada aos objetivos do poder.

4.2.2. Diretrizes para Ação

Conforme se pode ver, o Projeto foi elaborado segundo os princípios técnicos e políticos que compõem o modelo de ação da Extensão Rural. Tais princípios constituem em termos operacionais as diretrizes gerais de ação, definidas a nível nacional pela EMBRATER e orientam a consecução dos objetivos propostos a serem atingidos a nível estadual.

As diretrizes gerais estabelecidas pela EMBRATER visam portanto, a realização prática do modelo extensionista, compondo um marco geral de referência que é ditado aos organismos estaduais correspondentes e que podem ser vistos no Projeto em estudo, (EMBRATER, 1975, p. 12-13). Tais diretrizes, apresentadas nos documentos oficiais, podem ser catalogadas como segue:

I - Enquadramento nos objetivos e programas definidos no âmbito Federal através recomendações assim explicitadas:

"Compatibilizar a programação da assistência técnica e extensão rural com os planos de desenvolvimento econômico e social do país, especialmente com as políticas de ciência e tecnologia, de crédito e de melhoria da qualidade de vida do homem do campo";

"Adequar os planos, programas e projetos de assistência técnica e extensão rural às prioridades estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, para o desenvolvimento do setor rural do país, de conformidade com as necessidades regionais";

II - Controle das atividades dos organismos encarregados de

aplicar as medidas recomendadas, operacionalizando num padrão único que atinge vários segmentos da realidade social. Isso pode ser visto através dos seguintes ordenamentos:

"Estabelecer e manter processos de relacionamento operacional nas áreas de programação setorial, de coordenação do abastecimento e de geração de conhecimentos científicos do Ministério da Agricultura e de organismos afins, inclusive nos campos de saúde e de educação";

"Apoiar a ação conjunta entre os serviços públicos e privados de assistência técnica, educação, nutrição e saúde e as organizações de produtores e trabalhadores rurais através de programas integrados, buscando viabilizar o acesso, principalmente dos produtores de baixa renda, aos benefícios sociais da economia, da cultura e da participação comunitária".

III . Garantir o retorno das medidas a serem implantadas, em benefício de um modelo econômico sempre dirigido a nível Federal de tal forma que promovam a integração do mercado regional aos objetivos e necessidades do quadro nacional mais amplo. Eis como está formulada essa questão:

"Estímulo, em caráter prioritário, aos programas nos quais a assistência técnica e a extensão rural estejam associadas ao crédito rural, à provisão de insumos, à comercialização agropecuária e à organização de produtores".

As diretrizes não se limitam às recomendações de ordem geral, mas descem ao plano setorial, determinando duas ordens de medidas que garantam a consecução dos objetivos propostos ao nível do agricultor de baixa renda a partir de dois enfoques: transferência de tecnologia agropecuária e valorização do homem.

Quanto ao primeiro enfoque, de transferência de

tecnologia, a Empresa recomenda expressamente o desenvolvimento das seguintes atividades: a) organização dos produtores principalmente através de cooperativas rurais, que sejam orientadas para o trabalho de compra e venda de insumos e produtos; b) criação e definição de sistemas de produção adequados às necessidades e possibilidades desse tipo de produtor, tendo em vista conseguir maior rendimento dos fatores escassos — terra e capital, e melhor aproveitamento do fator abundante — mão-de-obra; c) produzir o aumento e melhoria da capacidade de estocagem de alimentos ao nível de cada família ou comunidade; d) melhorar a capacidade gerencial do produtor tendo em vista o aumento da renda familiar.

O enfoque relativo à valorização do homem diz respeito especificamente às ações de saúde e nutrição, assim detalhado: a) adequação da produção agrícola às necessidades biológicas dos produtores rurais de média e baixa renda; b) racionalização do consumo intra familiar de alimentos; c) promoção de atividades de saúde, com vistas a reduzir os estados de patologia nutricional, principalmente os de natureza infecciosa que reduzem o aproveitamento biológico dos alimentos e a capacidade de trabalho; d) promoção de atividades específicas de nutrição, prioritariamente orientadas para os grupos vulneráveis da população, FONSECA (1975).

A EMBRATER reconhecendo a natureza interdisciplinar dessas diretrizes, procede à sua operacionalização mediante uma integração multisetorial de instituições. Isso exige o emprego de mecanismos de coordenação intra e inter-setorial, que permitam a compatibilização de programas, evitando pois a ocorrência de ações paralelas. Sob essa perspectiva, a Empresa assume de fato a coordenação e execução das ações relativas à transferência de tecnologia agropecuária e gerencial. Quanto às ações relacionadas com a valorização do homem, serão desenvolvidas através de acordos ou convênios com órgãos competentes do setor público ou privado nos diversos níveis, federal, estadual e municipal, de acordo com a política nacional de saúde e

nutrição.

Dessa forma, para atingir os objetivos propostos, o Projeto envolve a participação de diversas entidades que se encarregam tanto da execução como do apoio e manutenção. Assim, a nível nacional, destacam-se a participação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e da EMBRATER. Ao INAN, como órgão de maior participação financeira, compete, dentre outras responsabilidades, estabelecer as diretrizes e normas básicas a serem seguidas nos aspectos de nutrição, além de participar da própria elaboração do Projeto. À EMBRATER, como órgão coordenador e executor, compete dentre outras funções, elaborar o Projeto, ajustando-o às normas e diretrizes dos órgãos financeiros e à sua própria política, além de coordenar a implantação, acompanhar e controlar seu desenvolvimento e avaliação, bem como promover a articulação interinstitucional das entidades envolvidas direta ou indiretamente no Projeto.

Ainda a nível nacional, o Projeto conta com a participação dos seguintes órgãos: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e Sociais (IPEA); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Sub-Secretaria de Planejamento e Orçamento (SUPLAN); Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL); Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e Fundação de Serviços de Saúde Pública (FSEESP).

Ao nível Estadual, destacam-se as Empresas Estaduais de Extensão Rural, vinculadas à EMBRATER, a quem compete o trabalho de execução do Projeto, integrada a diversos órgãos tais como: Secretaria de Planejamento, de Agricultura, Companhias de Revenda e Insumos, Banco do Brasil S.A., Cooperativas, Secretarias de Saúde Pública, MOBRAL e Secretarias de Educação.

Ao nível municipal, estão envolvidas no desenvolvimento do Projeto as Prefeituras Municipais com a responsabilidade de cooperar na instalação dos mini-postos de saúde, além

de prestar outras formas de apoio nas atividades de saúde e nutrição.

4.2.3. Critérios para Seleção da Área e do Público

Considerando as diretrizes que devem orientar as ações do Projeto, a EMBRATER estabeleceu determinados critérios para a seleção da área e do público a ser atingido, devendo os mesmos ser observados por todas as empresas estaduais. Assim, em relação à área, os critérios abrangem os seguintes aspectos: quanto à estrutura fundiária, que seja uma região com predominância de minifúndios ou com propriedades de 0 a 50 hectares; quanto ao tipo de produção agrícola, que seja composta de produtos de subsistência, como arroz, feijão, milho, e que a renda da propriedade seja oriunda da comercialização desses produtos; quanto às condições ecológicas, no sentido de atender aos requisitos básicos ao aumento da produtividade mediante a aplicação de insumos modernos; quanto à infra-estrutura de serviços básicos, com a presença de instituições como: cooperativas agrícolas, agências de crédito, postos de revenda de insumos agrícolas, órgãos dos setores de saúde e educação, quanto ao sistema viário, que atenda às necessidades de penetração das equipes extensionistas e de escoamento da produção agrícola.

Em relação ao público-beneficiário, os critérios seletivos dizem respeito aos seguintes aspectos: quanto à categoria social, que sejam pequenos proprietários, com tradição nas culturas anteriormente mencionadas, residam na propriedade e explorem a área apenas com a mão-de-obra familiar; quanto ao nível de renda líquida, que corresponda a 1 salário mínimo regional/ano de Cr\$4.521,60; quanto à vida associativa, que sejam sócios ou demonstrem predisposição para se associarem a cooperativas; quanto à composição da família, que tenha crianças menores de 6 anos, gestante ou nutrizes, com prioridade às famílias que apresentarem casos de má nutrição, (EMBRATER, 1976, p. 31).

4.2.4. Estratégia de Ação

A estratégia de ação consiste num conjunto de procedimentos sistematicamente integrados que envolvem todas as atividades do Projeto através de princípios pedagógicos, com o emprego dos meios e métodos da comunicação, com vistas a obter maior eficiência do trabalho dos agentes técnicos na busca dos objetivos propostos.

O documento básico, que contém as diretrizes do Projeto em âmbito regional, detalha a estratégia de ação em duas unidades que atendem especificamente aos aspectos agro-econômico e de consumo. Elas são precedidas de uma estratégia específica para os aspectos "metodológicos" que fundamentam toda a operacionalização do Projeto.

Tais aspectos de natureza "metodológica" são orientados pelos princípios da comunicação. Esta, segundo o documento, tem como fundamento a "teoria dos grupos de referência, a qual determina o comportamento dos indivíduos em determinados grupos e instituições tidos como possuidores de características desejáveis por esses mesmos indivíduos, (EMBRATER, 1975, p. 114).

Em termos práticos, a estratégia orienta as ações do Projeto no sentido de que produzam o desenvolvimento de instituições e pessoas atuantes e influentes das localidades atingidas, como ponto de partida para a criação de condições propícias ao processo de mudança dos beneficiários.

As orientações quanto aos tipos de métodos, recursos e meios de comunicação são feitas no sentido de levar o público atingido a perceber sua situação nutricional em relação à produção de alimentos, e adquirir capacidade de discutir suas idéias acerca do Projeto. Para isso é recomendada a utilização dos métodos tradicionalmente adotados pela Extensão Rural, como reuniões, visitas às famílias, dias de campo, unidades demonstrativas, uso da liderança, uso do rádio, alto falante, etc.

Além desses, grande ênfase está sendo dada à técnica do Foro Jornalístico, que consiste em reuniões com debates em torno de um jornal ilustrado, contendo informações tecnológicas e sobre as atividades do próprio Projeto.

Os aspectos agro-econômicos constituem um conjunto de procedimentos técnico-administrativos com vistas ao aumento da disponibilidade de alimentos e à elevação da renda dos produtores assistidos. Em termos operacionais, esses procedimentos são por sua vez detalhados para alcançar o aumento da produtividade, a ampliação da área cultivada, melhoria do sistema de comercialização e incremento no uso do crédito rural.

Os aspectos relacionados ao consumo, constituem um conjunto de atividades orientadas em função da melhoria do estado nutricional, prevendo o controle das doenças. A estratégia de ação definida para a consecução desses objetivos abrange a adequação da dieta a nível familiar e ações de saúde e nutrição.

Como se vê, o Projeto é bastante ambicioso e sua formulação deixa claro o caráter centralizador que o Governo da União assume, impondo suas diretrizes e metas que deixam de considerar as especificidades e as necessidades de fato encontradas pelos organismos regionais e estaduais. Nesse sentido, pode-se falar em intervenção, de organismos federais sobre os regionais e locais, que são assim concebidos como meros elementos subordinados a uma diretriz básica estabelecida pelo poder central. O modelo extensionista assume assim, sob o ângulo institucional, uma roupagem autocrática.

5. A AÇÃO EXTENSIONISTA NA CONCEPÇÃO DOS AGENTES TÉCNICOS

Além da visão dos documentos oficiais da Extensão Rural no Estado do Maranhão, apresentada no item anterior, importa para os propósitos deste trabalho que se considere, sob a perspectiva de seus agentes técnicos, como esse processo é concebido e executado na prática. Isso foi feito em seus diferentes níveis — de coordenação central, assessoria regional e equipes locais de execução.

Conforme se adiantou no Capítulo 3, essa concepção dos técnicos foi captada através de entrevistas gravadas assim distribuídas: 8 com os técnicos do Escritório Central, 4 com os assessores regionais e 12 com os técnicos de execução. Destas entrevistas com o pessoal de campo, 8 foram realizadas com os técnicos que executam as atividades agro-econômicas do Projeto e 4 com o pessoal que assume os trabalhos de saúde e nutrição.

Para cada um desses grupos de agentes e, de acordo com a função que desempenham no Projeto junto à Coordenação

Central da EMATER-MA, utilizou-se um roteiro diferente de entrevista. Manteve-se porém as mesmas questões relativas aos aspectos básicos que se visava a atingir, mudando apenas a forma de abordagem ou a ênfase dada em determinados problemas. Os roteiros utilizados para a condução das entrevistas contêm dois itens básicos, quais sejam: concepção que os técnicos têm da Extensão Rural quanto a seus objetivos gerais ou filosofia que norteia suas ações; e, concepção que têm do processo de intervenção que a Extensão Rural desencadeia através do Projeto "Promoção de Produtores de Baixa Renda INAN-EMBRATER".

Para efeito de melhor transmissão desses itens deu-se um ordenamento diferente do roteiro utilizado na condução das entrevistas. Esse ordenamento aqui adotado busca maior logicidade na abordagem das questões que compõem o presente trabalho.

5.1. Concepção da Extensão Rural

Os entrevistados são unânimes em transmitir uma concepção da Extensão Rural de acordo com o conteúdo expresso nos documentos oficiais da Instituição. Observa-se que, ao expressarem o conceito, ressaltam sempre que o alcance de seus objetivos só se fará sentir a longo prazo, justificando-se pela própria natureza do trabalho educativo, que visa a provocar mudanças de mentalidade e de comportamento no homem rural.

A concepção dos técnicos reflete a própria ideologia da Extensão Rural, pela super-valorização do moderno sobre o tradicional, do urbano sobre o rural, numa visão dicotômica da realidade, e, mecânica do processo de mudança de forma exógena. Dessa forma, o objetivo básico de transferência de tecnologia agropecuária e gerencial para o agricultor, com vistas ao aumento da produção e produtividade e consequente melhoria de renda e nível de vida da família rural, é a tônica constante em todas as entrevistas.

Observou-se ainda uma convicção entre os técnicos de que a Extensão Rural, como órgão do Governo é quem realmente pode ajudar o agricultor a mudar seu sistema de vida tradicional, que o mantém numa situação de pobreza, e alcançar um padrão moderno e mais rentável.

Apesar dessa uniformidade, nota-se que, entre os técnicos de formação agrônômica, tanto de nível superior como médio, predomina uma concepção firmada nos aspectos eminentemente técnicos do trabalho, que tratam da transferência de tecnologia agropecuária ao produtor.

Por outro lado, os técnicos com formação humanista, tanto os que se encontram ao nível de Coordenação, como os de execução do Projeto, concebem a Extensão Rural como um trabalho de assistência técnica ao agricultor, para que aumente sua produção e produtividade, etc, incluindo nesse sentido as orientações nos aspectos de nutrição e prevenção de doenças. A transferência de tecnologia agropecuária, sob a perspectiva desses técnicos, constitui um meio de aumentar a produção, para que o agricultor e sua família, não só aumentem o excedente comercializável, mas melhorem o padrão de consumo alimentar. Percebe-se pois que a concepção da Extensão Rural se funde com os objetivos gerais do Projeto que executam, ou seja, com a atuação extensionista dirigida a essa categoria específica do público que é o agricultor de baixa renda. Nesse sentido, pode-se citar a opinião de um dos técnicos de campo que executam as atividades de saúde e nutrição:

"A Extensão Rural é um dos meios que mais ajuda o agricultor. De todos esses órgãos do Governo é o que mais orienta o agricultor dentro daquilo que ele precisa. Isso porque a Extensão Rural dá orientação quanto às técnicas na agricultura e nos aspectos de saúde e nutrição".

5.2. Concepção dos Objetivos do Projeto

Procurou-se focalizar aqui, não só o sentido pragmático do Projeto, ao nível das ações concretas, mas também, em sentido mais amplo, o entendimento da Política Agrária do Governo Federal voltada para essa categoria de agricultor.

No que se refere aos objetivos do Projeto, identifica-se que os técnicos se dividem em dois grupos. Um, com posto pela maioria, aborda o tema numa perspectiva formal e res trita à visão documental do Projeto, enquanto uma minoria de monstra concebê-lo, ainda que superficialmente, numa dimensão mais abrangente, qual seja da política agrícola nacional.

No primeiro grupo, encontram-se ainda, técnicos que, conforme já foi mencionado, identificam os propósitos do Projeto com os da Extensão Rural de modo geral. Assim, um dos entrevistados afirma:

"O objetivo desse Projeto é o mesmo da Extensão, elevar o padrão de vida do pequeno produtor, educar sua família para se nutrir melhor. É um Projeto muito bonito e acredito que tenha êxito, mas, a longo prazo".

Os demais técnicos, cujos depoimentos se enquadram nesse grupo se sensibilizam pelo trabalho de assistência técnica prestado ao agricultor, além das orientações sobre o consumo adequado dos alimentos e sobre a prevenção de doenças, no âmbito da família. Os entrevistados ressaltam a importân cia desse Projeto pela forma integral como atinge a família Ru ral, ou seja, tanto em relação aos aspectos agro-econômicos co mo sociais. Esse tipo de depoimento é mais comum entre os membros das equipes de execução. Entretanto, entre estes, ob serva-se uma tendência em dar maior ênfase aos objetivos que estejam diretamente sob responsabilidade de cada um. Assim, os Técnicos Agrícolas, sempre destacam o trabalho de transfe rência de tecnologia para o agricultor; enquanto as Extensio

nistas Sociais, responsáveis pelas atividades de saúde e nutrição, sempre ressaltam, num primeiro momento, esse tipo de trabalho no contexto geral do Projeto.

Nesse sentido, é significativo o depoimento de um dos técnicos de campo quando diz:

"O trabalho visa a melhoria do homem rural, leva dentro de uma visão social, para que cada vez mais o homem seja uma pessoa desenvolvida. Visa a promoção do produtor rural de baixa renda, levando-o a conhecer as técnicas agrícolas, melhorar o sistema de produção, ter uma boa produtividade, no mínimo para que viva melhor com sua família".

Nesse mesmo sentido, outro entrevistado assim se refere ao Projeto:

"O trabalho com o agricultor, de baixa renda através desse Projeto, visa mudar o sistema de produção, para que melhore gradativamente tanto a parte social como a econômica. Fazer com que ele saia de uma agricultura rudimentar, para uma agricultura um pouco mais tecnificada para elevar o padrão sócio-econômico do baixa renda".

Continuando, ele afirma que:

"O trabalho da Extensão Rural deve ser executado a partir do seio da família rural. Um trabalho de doutrinação, de modificação com todo o grupo familiar".

O segundo grupo, que concebe o Projeto a partir da política governamental, abrange sobretudo os técnicos do Escritório Central. Entretanto, esse tipo de enfoque não chega a ser representativo, uma vez que dentre os oito técnicos entrevistados, apenas três consideram a atuação extensionista sob essa ótica. É possível que muitos deles tenham, intencionalmente, se omitido nessa abordagem, com receio de assumir posição

crítica diante da política agrária governamental. Essa afirmação fundamenta-se no fato de que alguns entrevistados, off record demonstraram dúvidas quanto aos reais objetivos do Projeto na forma em que estão explicitados nos documentos.

Assim, dentre os que se referiram ao tema em questão, destacam-se como significativos os seguintes depoimentos:

"O trabalho da Extensão com esse público é devido a problemas sociais ou até mesmo políticos".

Outro entrevistado acrescenta:

"A política agrícola que dá origem ao trabalho com o pequeno produtor tem suas justificativas no volume da produção que essa população é responsável |associada| aos objetivos de segurança nacional, pelo que representa como foco de tensões. Vejo muito mais como uma preocupação social do que econômica, como meio de engajamento do homem rural na produção nacional".

Em todas as entrevistas, os técnicos ressaltam que o trabalho com esse tipo de público é muito difícil, diante do que os resultados só serão observados a longo prazo. O tempo de experiência dos técnicos entrevistados, no trabalho de Extensão Rural, permite que desenvolvam esse tipo de observação. Dessa forma, ao perceberem que os efeitos da ação extensionista com vistas a provocar mudanças de mentalidade e de comportamento, ocorrem de forma muito lenta, buscam explicações para esse fato em dois fatores: um, consiste na própria natureza de trabalho educativo, que por si só requer um certo tempo para "despertar", "motivar", ou mesmo "induzir" o homem rural a mudar seu comportamento face às exigências da modernização agrícola, assim como na adoção de padrões adequados de consumo alimentar e atitudes de saneamento básico. O outro fator sempre presente nos depoimentos, identifica o baixo nível mental e cultural do agricultor que, associado a seu modo de vida tradicional, dificulta o processo de mudança provocado pela Extensão Rural.

Além disso, os técnicos sempre se referem à complexidade da situação em que se encontra o agricultor de baixa renda, diante do que a ação extensinnista junto a esse público, sô é concebida de forma integrada com outros órgãos afins. Essa concepção é bem expressa por um dos entrevistados, quando afirma:

"O trabalho da Extensão é um trabalho integrado com outros órgãos. Para que a Extensão faça alguma coisa é necessário que outros órgãos, CIMEC, SAGRIMA, EMATER, Fundo de Revenda, CI-BRAZEM, Banco do Brasil, todos esses órgãos ligados ao setor primário, se preocupassem em dar o apoio para que, o que nós levamos para o campo, essas inovações que estamos levando, não dessem prejuízo para o agricultor. Não adianta a Extensão introduzir ou mostrar tecnologia se o agricultor não tem condições de realizar, se o Banco não financia, se o armazém não tem condições de receber sua produção".

O mesmo técnico reafirma esse ponto de vista no decorrer da entrevista, quando diz:

"Sem dúvida, a integração com os demais órgãos é fundamental para o alcance dos objetivos desse Projeto e, considerando a situação em termos de estrutura agrária, as ações do Projeto sô tem sentido paliativo. Isso porque nós estamos levando apenas conversa, nós somos vendedores de tecnologia, nós transferimos tecnologia para o agricultor produzir mais, mas se ele tiver condições".

Ainda com relação à integração com os demais órgãos, outro técnico assim se expressa:

"A intenção do governo com esse Projeto é muito válida, entretanto na prática não se realiza porque não há integração com outros órgãos".

5.3. Concepção Quanto ao Público Beneficiário

Procurou-se apreender ainda a concepção própria que os agentes técnicos têm sobre o agricultor de baixa renda como alvo do Projeto, e não o conceito formal adotado pela EMBRATER. Não obstante, observou-se que dificilmente os entrevistados se desligavam do conceito formal adotado pela Instituição e principalmente dos critérios seletivos especificados no Projeto, o que representa de certa forma uma caracterização do público.

Apesar das frequentes referências a essa caracterização, procurou-se observar, por um lado, se o conteúdo formal era incorporado e redimensionado pelo técnico e por outro lado, se o tipo de argumentação utilizada discordava daquele conceito.

De modo geral os entrevistados ao expressarem suas opiniões sobre o agricultor de baixa renda, prendiam-se ao nível de renda e tamanho da área. As opiniões com respeito a essa questão têm como ponto de referência os critérios de seleção do público-beneficiário. Assim, a maior parte dos entrevistados discorda do critério que define como baixa renda, o agricultor que tenha de 3 a 50 hectares de terra, uma vez que nas condições existentes, não só na área do Projeto, mas em todo o Estado do Maranhão, esse critério não é significativo para caracterizar um público em termos de nível de renda e situá-lo nessa categoria.

~~As opiniões captadas~~ giram sempre em torno desse enfoque, podendo ser exemplificadas no depoimento de um dos entrevistados:

"Meu conceito de agricultor de baixa renda é completamente diferente do conceito que a Extensão Rural adota para o Projeto. Nesse caso uma das variáveis consideradas é o tamanho da área — 3 a 50ha. Nas condições do Maranhão, um agricultor, às vezes com 1.000ha é baixa renda, dentro desse critério. Se ele não explora racionalmente a terra, se ele não tem recursos finan

ceiros para explorá-la. Da mesma forma, ele pode ter 2 ou 3ha e ser alta ou média renda, se explora uma cultura que lhe dê retorno, rentabilidade, como é o caso do tomate (...). Nas condições do Maranhão, se fosse selecionar o pessoal que realmente é baixa renda, 90% se enquadraria nessa categoria. Baixa renda é aquele produtor que produz para a subsistência da família e que não tem condições de ter uma economia [poupança]. Se vende parte de sua produção, é para conseguir a subsistência".

Usando o mesmo tipo de argumento, outro elemento discorda dos parâmetros usados pela EMBRATER para definir o que é o agricultor de baixa renda, e acrescenta:

"Considero produtor, aqui no Maranhão, baixa renda, aquele que não tem capacidade administrativa, não tem condições de acesso ao crédito, apresenta condições de saúde precária (...). Não levo em consideração o tamanho da terra, pois ele pode ter 50 ou até 1.000ha".

Os técnicos de execução também se expressaram nesse sentido, usando o mesmo tipo de argumentação para discordar do conceito formal adotado pela Instituição. Assim, um dos entrevistados considera que:

"não é o tamanho da terra que define a situação do agricultor, mas toda sua situação de morar em casa rústica, plantando em toco, passando privações, se alimentando mal. Esse agricultor só trabalha com arroz. Faltam-lhe recursos, não pode mecanizar a área, com isso muda a cada ano o local da roça, chegando mesmo a plantar em terras de terceiros, pagando renda para isso".

Há ainda os que, além de discordar desse critério referente ao tamanho da área, ressaltam o fator renda, como ponto importante a considerar. De acordo com a maioria dos técnicos, a renda proveniente da venda do excedente produzido por esse agricultor é simbólica, uma vez que não cobre os gastos realizados na produção e ao mesmo tempo o mantém dependente

do dono da quitanda, do usineiro e do intermediário. Segundo um dos técnicos entrevistados a renda desse agricultor é mais um "poder de aquisição", possibilitado mediante a troca do produto ou da "venda na folha". Nesse sentido, um dos técnicos assim se pronuncia:

"O agricultor tradicional, esse que planta no toco, com o facão, continua lavrando a terra porque não tem outra alternativa para ele (...). Quando chega no outro ano, ele não tem nenhuma reserva, então vai botar a roça na mesma situação, inclusive os que tiram empréstimo no Banco".

Outro entrevistado, ao dar sua concepção faz também referência ao problema da renda, dizendo:

"Produtor de baixa renda é aquele que durante o ano não chega a produzir nem sequer o essencial para comer com sua família. Ele produz, mas é tão baixa a renda que fica com uma conta nas quitandas para pagar no próximo ano".

Ainda com relação a renda, outro entrevistado faz a seguinte formulação:

"Como o nome já diz ele não tem renda para melhorar de vida. O que ele faz só dá mesmo para o sustento da família (...). O pequeno agricultor só planta arroz, milho e feijão, apenas para o sustento da família, alguma coisa que sobra é que eles conseguem vender".

Constata-se ainda em todas as entrevistas que os técnicos sempre se referem aos aspectos culturais, pela falta de instrução e pela forma tradicional de trabalho. Assim, segundo alguns, esse agricultor não tem condições de assimilar a tecnologia que está sendo transmitida devido ao seu baixo nível cultural. Essa concepção retrata a própria ideologia extensionista que atribui o atraso do meio rural à ignorância do pequeno produtor.

Ainda com relação ao público-beneficiário do Projeto, foi abordada nas entrevistas, a importância desse agricultor para a Economia do Estado. Nesse sentido os técnicos são unânimes em ressaltar a representatividade do volume da produção no mercado, originada desse agricultor. Destacam ainda, o fato do mesmo produzir para o sustento da família, o que segundo alguns, significa muito para a Economia do Estado. De acordo com um dos entrevistados, 90% do arroz produzido no Maranhão é proveniente do agricultor de baixa renda. Entretanto, devido à baixa qualidade do produto, tem baixa cotação no mercado.

5.4. Conteúdo Programático

A verbalização das atividades extensionistas tal como elas são levadas ao campo pelos seus agentes mais diretos deve ser considerada sobre três ângulos específicos, para que se apreenda seu conteúdo real: a) atividades agro-econômicas ; b) de saúde e nutrição; e c) atividades-meio ou de suporte às duas primeiras, tais como Crédito Rural, Cooperativismo, etc.

a) Atividades agro-econômicas

Estas atividades se realizam basicamente através dos sistemas de produção, ou "pacotes tecnológicos", que consistem nas recomendações técnicas para a produção do arroz, milho e feijão, elaboradas em conjunto com a participação de técnicos da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), da EMATER-MA e de agricultores selecionados para esse fim.

Segundo o princípio básico que orienta a elaboração desses sistemas de Produção, é de fundamental importância que sejam adequados à realidade local e às condições do agricultor. Dessa forma, o sistema de Produção para arroz, milho e feijão preconizado para ser introduzido através das ações do Projeto, é o de número 3, correspondente ao sistema "destinado a

pequenos proprietários, arrendatários e posseiros que plantam em áreas não destocadas, que têm acesso limitado ao crédito, não usam insumos modernos a não ser sementes selecionadas e inseticidas". O rendimento previsto para o sistema é de 1.800kg/ha para o arroz, 800kg/ha para o feijão e 600kg/ha para o milho, (EMBRAPA, 1975, p. 17).

Com respeito a tais atividades conseguiu-se dois tipos de informação: um, junto aos técnicos do Escritório Central, que colocam o problema dos sistemas de produção, a partir de uma visão de como foram elaborados; outro, junto aos técnicos de campo que discutem a questão dentro de um enfoque prático.

Com relação aos primeiros encontra-se a noção comum de que esses sistemas de produção precisam ser revistos, uma vez que foram introduzidos na programação sem serem testados previamente. Considerando as falhas existentes nesse trabalho, a Diretoria da EMATER-MA decidiu suspender as atividades de elaboração de novos sistemas, até que sejam devidamente avaliados os que se encontram em execução.

Conforme informações dos técnicos, a grande deficiência desses sistemas de produção encontra-se no seu próprio processo de elaboração. Assim, nas reuniões realizadas com essa finalidade, das quais participavam técnicos da pesquisa (EMBRAPA), da EMATER-MA e agricultores, foi observado que o pessoal da Pesquisa, geralmente oriundo de outras regiões do país, sugeriam um determinado nível de tecnologia a ser preconizado nos "pacotes", sem dar a devida atenção à opinião dos técnicos da Extensão Rural que conhecem a realidade local das diversas micro-regiões do Estado. Além disso, os agricultores que participaram dessas reuniões não tinham condições de contra-argumentar sobre o que estava sendo indicado. Em síntese, nessas reuniões, predominou a opinião técnica, e muitas vezes, de quem desconhece a realidade local.

De modo geral, os técnicos consideram a necessi-

dade de maior adequação desses sistemas às condições do produtor maranhense. Nesse sentido, um deles assim diz:

"O que acho mais sério nesse teste desses Sistemas de Produção, é que isso é uma pesquisa. É uma pesquisa que a Extensão Rural está induzindo o agricultor a fazer com o dinheiro dele. Deveria ter algum órgão que financiasse esse tipo de trabalho".

Não obstante essas deficiências, alguns dos entrevistados consideram também os aspectos positivos dos Sistemas de Produção, na medida em que a elaboração dos mesmos constitui uma forma de antecipar os resultados da pesquisa nessa área do setor agrícola, que vem ocorrendo lentamente. Nesse sentido, a idéia em si, é considerada válida, mas, a maneira como está sendo realizada, sem dispor de informações sobre a realidade local, e sem ser submetida a uma fase experimental, é que tem conduzido a erros e consequências sérias. Um dos técnicos considera que, diante dessa situação, somente o técnico da Extensão rural tem condições de sugerir modificações à medida em que for executando, o que de certa forma, exige mais recurso e mais trabalho. Esse mesmo técnico concluiu:

"Na elaboração desses sistemas, deve ser respeitada a maneira tradicional como o agricultor realiza o trabalho, com as devidas adequações dentro da técnica".

Outro aspecto abordado nas entrevistas com os técnicos consistiu em captar como a Extensão Rural tem considerado a necessidade de adequar a tecnologia preconizada nos "pacotes" às condições econômicas do produtor de baixa renda, especificamente no que se refere à rentabilidade em relação aos custos da produção. De modo geral, os entrevistados consideram que a tecnologia introduzida é a mínima possível, que não acarretaria aumento do custo, uma vez que este é compensado pelo aumento da produção e produtividade.

Não obstante esse ponto de vista, que representa a maior parte das opiniões prestadas sobre essa questão, ressalta-se o depoimento de um entrevistado que assim se expressa:

"A gente se preocupa em adequar os pacotes às condições do agricultor, mas de certa forma se tem que atender o outro lado, a transferência de tecnologia prevista no programa. (...) As diretrizes às vezes fogem da realidade".

A opinião dos técnicos que se encontram a nível de execução, logicamente, está relacionada a problemas práticos imediatos. Nesse sentido, obteve-se a informação de que em 1977 houve uma determinação da direção da Empresa no sentido de introduzir junto aos agricultores-beneficiários do Projeto, o Sistema nº 2 e não o nº 3, conforme havia sido indicado para o ano de 1976. Nesse sistema nº 2, a recomendação técnica mais questionada pelos entrevistados consiste no preparo do solo à tração animal. Segundo alguns, a introdução desse tipo de tecnologia junto ao público assistido pelo Projeto, será muito difícil em termos de custos. Por outro lado, alguns técnicos levantaram o problema prático de que para a realização do trabalho de aração e gradagem mediante tração animal, é necessário que o terreno já se encontre destocado. A única alternativa para realização desse trabalho de destoca, segundo eles, é ser feita de forma manual, o que reconhecem ser "duro" e "muito penoso", uma vez que a alternativa de mecanização se tornaria anti-econômica para o agricultor.

b) Atividades de saúde e nutrição

Estas atividades, voltadas para a melhoria da dieta familiar e à prevenção de doenças, se realizam basicamente através das "Sociedades de Saúde" tendo como suporte os mini-postos de saúde.

Tais Sociedades de Saúde consistem numa forma de

organização das famílias diretamente assistidas pelo Projeto. A seleção dessas famílias é feita com base nos critérios estabelecidos no documento básico do Projeto, estipulando: que tenham crianças menores de 6 anos de idade, que tenham gestantes ou nutrizes, dando ainda prioridade às famílias com a ocorrência de casos de crianças em estado de desnutrição. Preenchendo tais requisitos e aceitando participar dos trabalhos do Projeto, a família passa a fazer parte da Sociedade de Saúde, passando o chefe da família a receber orientações agro-econômicas.

A Sociedade de Saúde oferece à família-socia os seguintes benefícios: suplemento alimentar (leite, fubá, arroz, feijão e açúcar), com quotas específicas para gestantes, nutrízes, lactentes e pré-escolares membros da família; vacinação para crianças (contra tétano, coqueluche, difiteria, varíola e sarampo) e gestantes (contra anatoxina tetânica); além dos treinamentos sobre educação alimentar e aleitamento natural das gestantes, nutrízes e mães em geral.

Os mini-postos de saúde constituem o local onde se realizam essas atividades de vacinação, distribuição do suplemento alimentar, além da prestação de pequenos serviços de socorro de urgência. Esses trabalhos são realizados, em cada um dos 20 mini-postos existentes na área do Projeto, por Orientadoras de Saúde, pessoas das comunidades, que receberam treinamento específico para executar os trabalhos previstos na programação.

Os locais onde funcionam os mini-postos de saúde foram construídos ou restaurados em sistemas de mutirão pelos próprios moradores do local. Alguns contaram com a ajuda da Prefeitura Municipal, mediante doação de terreno, de algum prédio antigo, ou mesmo material de construção. Os equipamentos (geladeira, fogão, material de enfermagem de modo geral) foram doados pela UNICEF, de acordo com o convênio firmado com a EMBRATER em função do Projeto.

A construção desses mini-postos de saúde consti-

tuiu o primeiro trabalho das equipes, no sentido de motivar e organizar a população dos povoados atingidos para uma forma de cooperação mútua, em torno de um objetivo voltado para o "bem-comum". Os técnicos que participaram desse trabalho consideram-no importante nessa fase inicial de penetração das comunidades rurais, na medida em que motivou a população a participar do Projeto.

De um modo geral os entrevistados consideram as atividades desenvolvidas através dos mini-postos de saúde como "alguma coisa concreta em termos de ajuda para uma população carente". Outros ressaltam o que representam como fator de atração da população. Nesse sentido, cite-se o depoimento de um entrevistado que diz:

"O trabalho do Projeto só tem uma certa aceitação por parte da população, devido à distribuição dos alimentos. Observo que muitas famílias que, tendo se associado às Sociedades de Saúde, já se desligaram das mesmas devido não ter filhos na faixa de idade que permita receber os alimentos".

Por outro lado, outros técnicos concebem tais atividades sob outro ângulo. Demonstram um certo receio de que a Extensão Rural esteja atuando numa linha muito paternalista, levando com isso o agricultor de baixa renda a uma situação de acomodação e dependência. Um deles, que através de contatos feitos com pessoas de povoados da área do Projeto por ocasião da inauguração de mini-postos de saúde, observou dois tipos de reação diante do fato: por um lado, demonstram uma atitude de insatisfação com o que está sendo levado, uma vez que o mini-posto não constitui uma necessidade prioritária para o agricultor; outros porém acreditam no trabalho da Extensão Rural e demonstram uma expectativa de maiores serviços a serem prestados à comunidade. Concluindo, o técnico considera que não é a atividade em si que conduz ao paternalismo, mas a forma como o extensionista de campo tem conduzido o trabalho, assumindo na maioria das vezes, uma atitude protetora, prometendo resolver o

problema do agricultor.

Outra informação transmitida pelos entrevistados refere-se à distribuição das quotas de alimento. Esse trabalho é realizado mensalmente, oportunidade em que as Extensionistas Sociais, aproveitando o fato das mães e gestantes se encontram reunidas, realizam os treinamentos previstos na programação. Esse treinamento é feito sob a forma de palestras, tratando de temas como: administração do suplemento alimentar, alongamento do aleitamento natural, adequação da dieta a nível familiar, etc.

Com relação a esse tipo de treinamento, um dos entrevistados demonstrou preocupação quanto à qualidade dos memos, na medida em que os técnicos de campo, pressionados pelo fator — metas a cumprir — simplificam e reduzem o conteúdo de tais cursos em uma palestra. Esse técnico questiona até que ponto o público atingido está assimilando as mensagens transmitidas.

Ainda com respeito a esse tipo de atividade, as Extensionistas Sociais se referem às dificuldades que enfrentam com relação aos tabús, não só alimentares, mas também sanitários. Nesse sentido, uma delas se expressou da seguinte forma:

"Simplesmente elas não mudam essa mentalidade. Embora a gente explique, tente convencer da necessidade de mudança, mas elas não aceitam e não acreditam no que está sendo transmitido. (...) Às vezes se sente desânimo quando percebe que pouco consegue com esse trabalho, mas ao mesmo tempo sinto gratificada por fazer alguma coisa para ajudar alguém".

c) Atividades-meio ou de suporte à programação

Estas atividades não são de responsabilidade da Extensão Rural, mas de outros órgãos que mantêm um vínculo com o Projeto por força de convênios. Constituem o suporte para a

consecução dos objetivos do Projeto, e se ligam às atividades agro-econômicas. Abrangem crédito rural, cooperativismo e associativismo, comercialização e política de preços mínimos.

Crédito Rural

Com relação ao Crédito Rural, a maior parte dos entrevistados é de opinião que constitui um instrumento básico para o trabalho de transferência de tecnologia. Outros demonstram concebê-lo não em função da tecnologia a ser introduzida, mas em relação ao mecanismo usado pelo agente financeiro e ainda pelo que representa concretamente para o agricultor de baixa renda, face às suas condições no processo produtivo.

Segundo um técnico, o Crédito Rural funcionou como um instrumento motivador, durante a fase de divulgação do Projeto e seleção do público-beneficiário, uma vez que os agricultores da região não conheciam as vantagens oferecidas pela linha especial de crédito, estabelecida pelo Banco Central, para o pequeno agricultor, atingindo, pequenos proprietários, arrendatários e posseiros. A principal vantagem oferecida por essa linha especial de Crédito, consiste na eliminação das exigências de garantias reais, quais sejam, títulos de terra, carta de anuência do proprietário, no caso do arrendatário, etc. Não obstante essas normas, os Gerentes dos Bancos do Brasil que operam na região do Projeto, se negaram a aprovar os Planos de crédito elaborados pelos técnicos da EMATER-MA. Justificando para isso que não podiam "colocar em jogo uma importância considerável, a fundo perdido". Diante desse obstáculo, medidas foram tomadas a nível nacional, junto à Direção Central do Banco do Brasil, no sentido de que essas linhas especiais de Crédito fossem incluídas num documento básico que serve de fonte de consulta para os Gerentes de Banco, como forma de pressioná-los a aceitar o trabalho com essa categoria de agricultor.

Uma vez superado o impasse, surge uma nova situa

ção, desta vez gerada dentro da própria Empresa. Trata-se de uma decisão tomada a nível de direção central, suspendendo o trabalho de elaboração de projetos para financiamento através do Banco do Brasil, em áreas plantadas "no toco"^(*). Essa medida foi interpretada de modo favorável pelos técnicos de execução, embora sejam contra a forma radical que a comunicação chegou à área do Projeto, sem levar em consideração o período do ano agrícola em que se encontravam, ou seja, com grande parte dos planos em fase final de elaboração. Em alguns municípios essa medida repercutiu de forma negativa junto aos agricultores envolvidos, que se encontravam em fase inicial de preparo dos documentos exigidos, tendo efetuado gastos nesse sentido, além da expectativa criada em torno do financiamento previsto.

Na opinião dos técnicos, a direção da EMATER-MA justifica a posição tomada partindo do ponto básico de que a função da Extensão Rural é a transferência de tecnologia, o que não estava ocorrendo com relação ao pessoal que trabalha "no toco". Além disso, foi considerado o desgaste do técnico em se deslocar para pequenas roças, distantes umas das outras e de difícil acesso, com vistas a fiscalizar a aplicação desses recursos. A partir de então, os técnicos foram orientados para encaminhar o agricultor diretamente ao Banco para conseguir o financiamento desejado.

Uma vez passado o impacto criado pela situação, os técnicos analisam e consideram correta a posição assumida pela Empresa. Não obstante, alguns deles reconhecem que o trabalho com o Crédito para esse tipo de público, constitui uma forma de aproximação com o agricultor, uma vez que, segundo expressão de um deles, "para se introduzir tecnologia e conseguir mudança de mentalidade, o Crédito Rural é uma base". Diante disso consideram ser muito difícil atingir o agricultor sem o trabalho de Crédito.

(*) cultura "no toco" - denominação regional dada ao sistema de cultivo que apesar das práticas de corte dos arbustos menores e das árvores maiores, não é feito o destocamento do terreno.

Apesar da maior parte ser a favor da medida tomada pela Empresa, há os que, mesmo concordando, são de opinião que:

"A Empresa analisou o problema apenas por um lado, ou seja, o trabalho que o técnico estava fazendo de fiscalização, uma vez que não podia introduzir nenhuma tecnologia em se tratando de agricultura no toco. Mas por outro lado, essa medida foi negativa, porque mesmo no toco, podem ser introduzidas tecnologias como: semente melhorada e combate às pragas".

É interessante notar que, no decorrer da entrevista, esse mesmo técnico, considera a questão sob outro ângulo:

"O trabalho que nós vínhamos fazendo de visitas diretas, não tinha caráter técnico, tinha mais caráter de vistoria. Estava preso mais ao crédito do que à assistência técnica propriamente dita. Então nós estamos procurando tirar esse pensamento dos técnicos (...) pois ele não é um fiscal, é um orientador, é um inovador. Ele tem que levar para homem do campo inovações. Então, acredito que ele [agricultor] não vai sentir muito, porque nosso trabalho estava baseado unicamente em crédito. Nós perdemos muito tempo em visitas. (...) Apenas chegar lá e olhar se o agricultor fez ou não o plantio, não [se estava] levando orientação técnica para ele. (...) Então o técnico estava se transformando em mero fiscal do Banco".

Finalmente acrescenta:

"Durante 6 anos o agricultor continua plantando do mesmo jeito. Mesmo uma tecnologia elementar não foi introduzida. Daí a Empresa ter suspenso o trabalho de Crédito para o plantio no toco. Não foi introduzida porque os técnicos não conduziram bem os trabalhos em relação a esse pequeno agricultor. O problema não está no pequeno agricultor, mas na forma como a tecnologia está sendo introduzida".

Independentemente dessa situação, procurou-se ver

junto aos entrevistados a concepção que têm sobre o Crédito em si, na forma como é concedido ao agricultor, e como instrumento da política agrícola de ajuda ao produtor de baixa renda. Mas pouco se conseguiu sob essa perspectiva. Na maior parte das entrevistas, os técnicos se detinham mais em considerar o Crédito como essencial para o trabalho da Extensão Rural, uma vez que sem recursos financeiros o agricultor não tem condições de adotar a tecnologia recomendada.

Destacam-se nesse sentido algumas considerações feitas com respeito a essa questão, pelo fato das mesmas levantarem problemas concretos que ocorrem com frequência. Uma delas consiste na opinião de que o Crédito Rural não ajuda muito o agricultor de baixa renda, chegando, muitas vezes, a levá-lo a uma situação de decadência. Justifica essa opinião mostrando que, por necessidades diversas, ou casos de doenças, fato muito comum nessas famílias, o agricultor desvia o recurso oriundo do financiamento que seria aplicado na lavoura. Com isso, provoca uma situação que fatalmente o conduzirá a adotar soluções de emergência, como vender algum animal (uma vaca ou suíno), para evitar dívidas com o Banco. Muitas vezes essa situação é inevitável.

O outro técnico confirma essa situação e indica duas falhas na forma como o Crédito é concedido, o que segundo ele, resulta em prejuízo para o agricultor. Elas decorrem da forma tradicional como se realiza o financiamento. Inicialmente ocorre uma falha a partir da forma como o Banco calcula o montante a ser financiado, ou seja, levando em consideração apenas o trabalho do chefe da família e não computando a mão-de-obra familiar normalmente envolvido no trabalho. A outra falha básica consiste no fato do Banco não financiar o custo real do Projeto, em todas as suas fases. Assim, o financiamento só atinge a fase do plantio até a colheita, enquanto o correto seria calcular desde o preparo do solo até a comercialização.

Cooperativismo - Associativismo

Os técnicos consideram que a base de todo o trabalho da Extensão Rural junto ao agricultor de baixa renda são as iniciativas de associativismo informal, ou mesmo do cooperativismo ainda incipiente que existe.

Na programação do Projeto está previsto o incentivo ao espírito associativista dos produtores atingidos. Nesse sentido, as equipes locais desenvolvem dois tipos de trabalho. Um consiste na organização e dinamização de grupos de produtores para que funcionem como suporte à programação. Esse trabalho constitui uma maneira informal de despertar o agricultor para o sentido da cooperação, e se desenvolve através dos chamados "Núcleos de Base". Outra medida consiste em oferecer apoio técnico e administrativo às Cooperativas Agro-pecuárias existentes na área e ao mesmo tempo, motivar o agricultor assistido para se associar às mesmas.

Na região do Projeto existem duas Cooperativas Agro-pecuárias (municípios de Colinas e São Domingos), que se encontravam praticamente inoperantes na prestação de serviços aos associados e enfrentando sérios problemas administrativos e financeiros. Após a implantação do Projeto foram tomadas providências a nível nacional junto ao BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo) e às Diretorias das respectivas Cooperativas, visando reestruturá-las para alcançarem condições de prestar serviços aos associados. Uma vez reestruturadas e com financiamento do BNCC para a comercialização do arroz e do milho, além de um financiamento especial para cobrir débitos de períodos anteriores, e atingindo as condições normais para funcionar, está previsto um trabalho de motivação junto aos produtores assistidos para que se associem às respectivas cooperativas.

Na opinião dos entrevistados, as principais dificuldades consistem em motivar os agricultores a se associarem às Cooperativas. Alguns técnicos consideram que o problema do

associativismo, está no nível cultural do agricultor, agravado ainda pela falta de experiência de trabalho em grupo. Outros, atribuem a rejeição do produtor rural ao cooperativismo, aos problemas ocorridos em épocas anteriores, nas Cooperativas da área, quando uma série de irregularidades administrativas e financeiras foram cometidas pelas Diretorias em exercício. Acreditam que, quando os efeitos das realizações nessa nova fase das Cooperativas se fizerem sentir pelos associados, e mediante a divulgação desses resultados positivos, a situação mudará em termos de aceitação e procura.

Independente dos problemas existentes nas Cooperativas da área do Projeto, alguns entrevistados consideram que os obstáculos encontram-se na própria natureza do trabalho, que demanda muitos anos para que o agricultor seja doutrinado e conscientizado das vantagens oferecidas pelo cooperativismo. Por outro lado, consideram ainda problemas de natureza econômico-financeira que implicam na integralização do capital da cooperativa.

Enfim, os entrevistados, de modo geral, concebem o problema da quase total abstinência, dos agricultores atingidos pelo Projeto, em se associar às cooperativas, por desconhecimento da doutrina cooperativista. Por isso, consideram fundamental o trabalho de conscientização que está sendo desenvolvido, não obstante, seus efeitos só se verificarem a longo prazo.

Esse trabalho de conscientização é desenvolvido paralelamente às atividades de apoio às cooperativas. Realiza-se através da formação de Núcleos de Base, que consistem na organização dos agricultores com vistas a motivá-los para a participação nas Cooperativas. Na fase inicial de organização desses núcleos os técnicos realizam palestras, cujo tema central prende-se à importância do trabalho de cooperação entre os agricultores. Numa etapa posterior, quando o grupo atingir uma certa maturidade, está prevista a introdução da doutrina cooperativista. O Núcleo de Base consiste, pois, num trabalho de

preparação do público para um posterior ingresso nas Cooperativas existentes na região.

Esse trabalho com os Núcleos de Base encontra-se numa fase ainda incipiente, em todas as equipes de execução. De modo geral os técnicos, quando questionados sobre essa questão, se referem às diretrizes que receberam para proceder à organização dos mesmos. Mencionam ainda as dificuldades geralmente encontradas para realizar esse tipo de trabalho, ou seja, conseguir reunir o agricultor e levá-lo a se organizar mas, devido à pouca experiência, não têm muito o que informar.

Comercialização - Política de preços mínimos

Outro mecanismo que serve de suporte à programação do Projeto consiste na integração com os mecanismos existentes para a comercialização da produção originada do agricultor de baixa renda. Sabe-se, de acordo com os objetivos do Projeto, que o apoio à comercialização da produção desse público assistido constitui o ponto básico a ser atingido com vistas a quebrar a cadeia de intermediação existente. Através da ação integrada com instituições responsáveis por esse trabalho de comercialização e armazenagem da produção, o Projeto prevê a operacionalização de tais objetivos pela atuação da CIBRAZEM, como órgão oficial do Estado para esse fim, além das Cooperativas existentes na região e da COBAL.

Esse trabalho tem sofrido sérios entraves, tornando quase inviável o atingimento dos objetivos mencionados. Esse problema é sentido pelos técnicos em seus diversos níveis, que demonstram ter uma visão muito realista dos pontos de estrangulamento que afetam diretamente o trabalho. Inicialmente abordam essa questão constatando o fato da rede de armazéns oficiais instalada na área do Projeto ser insuficiente para atender o volume de produção. Além disso, as unidades de armazenamento não são instaladas nos centros produtores, mas sim nas

sedes municipais. Esse fato implica necessariamente em despesas com transporte, para o agricultor. Dessa forma, para o produtor de baixa renda, que tem um excedente comercializável pequeno, é anti-econômico utilizar o sistema, uma vez que terá de assumir os gastos com transporte, sacaria, além das taxas cobradas pelos serviços de armazenamento e classificação do produto, etc.

Dessa forma, na opinião dos técnicos, a comercialização da produção via CIBRAZEM é praticamente inviável para o pequeno produtor, conforme opinião de um deles, que diz:

"O preço mínimo garantido pelo Governo Federal só compensa para quem tem muito arroz. Se o baixa renda colocar em CIBRAZEM, isso é indiscutível, ele dá muita viagem, tem muitos problemas (...) Só há uma única solução, [isto é,] dele fazer logo uma AFG (Adiantamento do Governo Federal) e pagar o empréstimo do Banco se ele tiver".

Outro entrevistado aborda essa questão da seguinte maneira:

"A CIBRAZEM, como um dos órgãos que integra o Projeto, só dá atenção para o grande produtor (...) Vai um agricultor com 6 sacos ou 200 sacos de arroz, não tem condição; fica na chuva, etc. Enquanto que no Projeto prevê que seja armazenado e comercializado o excedente do baixa renda. E se ele não comercializa bem esse excedente? Como que vai ter aquela melhoria de renda para se alimentar melhor? Então não há condições. (...) Por outro lado, tem a COBAL. Quando foi que a COBAL entrou aqui para comprar o excedente e depois distribuir entre eles mesmos? Nunca entrou".

Referindo-se à política de preços mínimos, um entrevistado considera que a mesma

"está furada, uma vez que só beneficia o usineiro, o intermediário e não quem realmente produz, o agricultor de baixa renda".

Segundo informações dos entrevistados, quem geralmente procura armazéns da CIBRAZEM é o usineiro ou intermediário que colocam um volume muito grande de arroz, em nome de pequenos produtores que estão sob sua dependência financeira. Muitas vezes, o "fiel"(*) faz outras concessões em troca de "gratificações" ou "acordos" mútuos.

Quando à comercialização da produção via Cooperativa, também existe uma série de bloqueios. O principal deles, encontra-se no fato do agricultor assistido pelo Projeto não ser sócio das Cooperativas. Por outro lado, as Cooperativas têm uma área de ação restrita, não cobrindo toda a região do Projeto, além de não ter condições de assumir os gastos com o transporte dos centros de produção para a sede.

Quanto à COBAL, estão previstos acordos a nível nacional e estadual, para a montagem de uma estratégia de ação que visa adquirir o excedente da produção do agricultor assistido pelo Projeto. Esses acordos estão previstos em convênios, com a participação do INAN e da COBAL, onde se estipula a compra da produção (arroz, milho e feijão) com base na estimativa do volume de excedentes, assim como na indicação dos locais onde se concentrariam os produtos a serem adquiridos pela COBAL. Esse acordo ainda não se concretizou. Os técnicos de campo se ressentem disso e constataam a inoperância do sistema de comercialização elaborado no Projeto.

5.5. Estratégia de Ação

A estratégia de ação se faz em função das metas e objetivos da programação, com vistas a orientar o extensionista no uso de recursos técnicos que permitam maior eficiência e produtividade do trabalho.

(*) *Encarregado de receber, seleccionar e armazenar a produção.*

Desde sua implantação, o Projeto realiza-se mediante a aplicação de métodos grupais. Na programação elaborada para o ano em curso (1978) houve um aumento considerável do número de famílias a serem atingidas diretamente pelo Projeto, ou seja, de 800 famílias, passará a atingir 3.000 famílias. Essa medida é determinada pela própria EMBRATER que, considerando os recursos aplicados na área, em comparação com o número de agricultores e famílias assistidos diretamente pelo Projeto, sugere uma forma de ação mais agressiva, com vistas a conseguir maior abrangência no atendimento dessa categoria da população rural.

Durante as entrevistas com os técnicos, as modalidades de ação foram abordados em duas dimensões, envolvendo o processo como vinha sendo realizado e a nova orientação operacional a ser implantada. Dessa forma, procurou-se captar junto a eles a concepção que têm sobre o alcance real desses métodos, face aos objetivos propostos e ao público objeto dessas ações.

De modo geral, os entrevistados consideram a estratégia de ação um dos pontos básicos para o bom desempenho da Extensão Rural. Alguns deles levantam o problema de que a metodologia da Extensão Rural precisa ser renovada. Referem-se aos métodos usados pelos extensionistas de campo, que são muito arcaicos e deficientes em termos de comunicação. Ao mesmo tempo, reconhecem que existe uma preocupação da Empresa em introduzir novos métodos de trabalho.

Observou-se, durante as entrevistas, uma expectativa em torno da nova estratégia da ação que preconiza um alcance "massal". Essa estratégia está orientada no sentido da organização de grupos de agricultores que serão atingidos por monitores selecionados dentro da própria comunidade e preparados pelo extensionista para exercer essa função. Em termos de metas, está prevista a seleção de 50 monitores. Cada um desses monitores orientará quatro grupos de 15 agricultores, através de reuniões, demonstrações de práticas, excursões à propriedade-mo

delo nas diversas fases do processo produtivo, além de reuniões do Foro Jornalístico.

Os técnicos de campo, apesar de mencionarem vantagens desse modelo operacional, dado o maior nível de abrangência, reconhecem suas dificuldades. Estas, segundo os entrevistados, dizem respeito ao agricultor, devido ao seu baixo nível cultural e de instrução. Com efeito, a maior dificuldade, segundo alguns, consiste em encontrar um agricultor que possua os requisitos mínimos necessários para exercer a função de monitor. Diante disso, são de opinião que a qualidade do trabalho poderá cair muito, embora com maior alcance quantitativo.

Por outro lado, existem os que consideram como principal vantagem dessa nova estratégia, o trabalho através do monitor. Para eles, o agricultor acredita muito mais em um vizinho, que é de seu próprio meio, do que no próprio agente técnico.

Entre os técnicos da assessoria regional e do Escritório Central, o tema da nova estratégia de ação é concebido sob o prisma de eficiência institucional, ou seja, pelo fato de conseguir maior abrangência em relação ao contingente populacional, incluído nessa categoria de agricultor de baixa renda. Assim se expressa um deles:

"Então nós estamos preocupados em envolver mais agricultor nesse trabalho de Extensão. (...) A tendência é a gente assistir 300 famílias (por equipe) e procurar as lideranças para que levem aqueles ensinamentos a outros (agricultores) que nós não temos condições de chegar até lá. Mesmo que a eficiência desse método seja inferior ao da visita direta, mas nós temos condição de englobar mais pessoas (...) Acredito que a resposta será melhor, porque nós estamos limitados apenas a um público que não chega nem a 1% dos agricultores da região. Nós queremos alcançar pelo menos 30% desses agricultores. E só podemos alcançar se usarmos métodos massais".

Outra dificuldade lembrada pelos assessores e

gerentes de Projetos refere-se à capacitação dos técnicos de campo para que desenvolvam maior habilidade e poder de persuasão no trabalho com grupos através desses novos métodos de influência.

5.6. Obstáculos à Ação

Em todas as entrevistas os técnicos fazem referências às dificuldades e fatores que interferem no desenvolvimento do Projeto. Esse problema decorre da situação do agricultor de baixa renda, considerada muito complexa, diante do que consideram ineficazes os resultados de uma ação isolada da Extensão Rural. Sob essa perspectiva, os técnicos identificam interferências internas e externas à própria instituição, a seguir explicitadas.

a) Ao nível do agricultor

A maior parte dos entrevistados, identifica inicialmente que um dos principais pontos de estrangulamento do trabalho de Extensão Rural, encontram-se no próprio agricultor de baixa renda. De modo geral, insistem nas limitações culturais, devido ao grande índice de analfabetismo, que contribui para reduzir a capacidade de assimilação das orientações dadas. Essas limitações culturais são colocadas por alguns como tradição ou herança cultural adquirida na própria família, quanto ao uso de técnicas tradicionais. Outros, ressaltam a precária condição econômica em que vive esse agricultor, como fator limitante na adoção das práticas recomendadas pela Extensão Rural. De modo geral, os problemas dessa natureza são também associados ao sistema vigente de posse e uso da terra.

b) Ao nível da instituição

Dentre os técnicos que identificam os pontos de

entreve ao trabalho ao nível da instituição extensionista, encontram-se alguns que são enfáticos em ressaltar que o problema não está no agricultor, mas sim no técnico por falta de capacitação para esse tipo de trabalho. Outros, entretanto, são de opinião que os problemas decorrem de fatores externos à própria Empresa (vide alínea c).

Os problemas institucionais identificados pelos entrevistados podem ser assim agrupados:

1º) Falta de capacitação dos técnicos de campo para executar a "verdadeira" ação extensionista. Essas deficiências são citadas nos seguintes sentidos: falta de habilidade para o trabalho com grupos, no desempenho das técnicas de comunicação com o produtor rural e falta de criatividade e disposição para esse tipo de trabalho. Dessa forma, segundo alguns elementos da coordenação uma atitude muito comum entre os técnicos de execução consiste na falta de habilidade em regular o volume de mensagens a ser transmitido para o agricultor. Assim, devido à distância, problemas de acesso e dificuldades em reunir o público, os cursos se concentram em uma só aula, negando o princípio pedagógico que os orienta. Tais cursos, intitulados "produtor de arroz", "produtor de milho", etc, são elaborados para ser realizados de acordo com o ciclo da cultura, ou seja, a partir da própria experiência do agricultor, o que na maior parte dos casos, não vem ocorrendo.

2º) O critério adotado pela Empresa para avaliar o desempenho de seus técnicos, pela imposição no cumprimento das metas programadas, como meio de medir eficiência é discutido. Para alguns técnicos, essa medida evidencia a preocupação de ordem quantitativa, de atingir em massa, além de ser um reflexo do vínculo institucional com outros órgãos, implicando necessariamente na prestação do serviço previsto nos acordos. Os entrevistados que se pronunciaram a esse respeito são de opinião que essa característica da organização, conduz a um baixo nível na

qualidade dos trabalhos, na medida em que conduz o técnico a se preocupar apenas em cumprir metas.

3º) A falta de acompanhamento junto aos técnicos de campo, tanto por parte da assessoria regional, como dos Gerentes de Projeto é outro empecilho. Um dos elementos que abordou esse problema, ressalta a necessidade de orientação direta, com vistas à melhoria da qualidade do trabalho. Considera, portanto, que na maioria das reuniões de avaliação ou supervisão com as equipes de campo, é dada maior ênfase a questões de natureza burocrática, como entrega de relatórios, prestação de contas do Escritório, etc, não sendo considerados os aspectos técnicos do trabalho. O entrevistado que levantou esse problema se ressentiu do uso de processos sistemáticos de avaliação com vistas à análise qualitativa, à identificação dos problemas existentes ao nível da execução, além de permitir o conhecimento das deficiências e potencialidades de cada técnico.

c) Ao nível do sistema social

Dentre os fatores externos à organização extensionista mais citados pelos entrevistados consiste na falta de integração dos demais órgãos envolvidos no Projeto por força de convênios. Os técnicos se ressentem da participação efetiva de determinados órgãos públicos, o que acarreta impasse para a EMATER-MA como entidade coordenadora e executora do Projeto, face à população atingida.

Os órgãos cuja ação integradora é reclamada pelos técnicos são:

- Posto de Revenda de Insumos (da Secretaria da Agricultura do Estado): pela insuficiência e baixa qualidade da semente selecionada disponível nos postos;

- COBAL: pela total omissão no cumprimento do convênio firmado com o INAN para a penetração em áreas do Projeto onde não existem cooperativas, com vistas à compra do excedente produzido pelo público assistido;
- Órgãos oficiais de saúde: pela inexistência de uma estrutura de apoio às atividades de saúde na área, além da omissão da Secretaria de Saúde do Estado no cumprimento de determinadas responsabilidades para com o Projeto;
- CIBRAZEM: pela estrutura burocrática que não permite a agilização do processo de atendimento do público e pela prioridade "velada" no atendimento a quem apresenta maior volume de produção. Não só esse aspecto relativo à dinâmica interna do órgão, mas os técnicos também consideram como fator limitante ao acesso do agricultor de baixa renda a esse mecanismo oferecido pelo Governo Federal, toda a rede burocrática que envolve o processo, junto ao Banco do Brasil, aos próprios armazéns, inclusive pelas taxas e juros a que o agricultor está sujeito, além dos gastos que terá de assumir com o transporte.

Outro problema apontado pelos entrevistados consiste na deficiência do sistema viário da região, que dificulta o acesso aos centros de produção. Isso é apresentado por alguns como entrave ao escoamento da produção. Outros vêm essa questão na medida em que impede a penetração das equipes de Extensão Rural, provocando seccionamento do trabalho durante um período que atinge de 4 a 6 meses ao ano.

Finalmente, outro problema abordado pelos técnicos consiste no sistema de posse e uso da terra. Nesse sentido todos consideram o problema da terra como um sério obstáculo ao trabalho da Extensão Rural.

Sob esse ângulo convém ressaltar a opinião de

um dos entrevistados, que se refere ao problema a partir da política de distribuição de terras adotada pelo Governo do Estado, afirmando:

"Do jeito que está acontecendo na região, esse pequeno agricultor ou baixa renda vai desaparecer [ser expulso da área,] porque as grandes empresas do sul do país, estão entrando no Maranhão. É tanto que, quando [as equipes] foram selecionar as áreas, no município de Tuntum, foram encontrados muitos proprietários e hoje estão desaparecendo esses proprietários. São uma empresa gaúcha — Gasparin, comprou 180.000ha que engloba vários centros [povoados] que seriam trabalhados pelo Projeto.(...) A tendência é esse agricultor sair do Estado, ir explorar outras áreas devolutas no Pará, na Amazônia".

No decorrer da entrevista, esse mesmo informante se refere à distribuição de títulos de posse de terra para pequenos e médios agricultores da região realizado recentemente pelo DDA/SAGRIMA:

"90% do pessoal [que recebeu terras] não planta nessa terra. Porque esses 30ha eles já exploramam. (...) Então se o cara recebe 30ha nem toda essa área é agricultável. É pequena a faixa agricultável, às vezes apenas 5 ou 10ha é realmente agricultável, então ele explora apenas [durante] dois anos (...) e passa a plantar então nas terras dos outros. É o que está acontecendo. O pessoal que recebeu terra do Governo está vendendo essa terra. Mais de 50% dessa terra já foi vendida. Não oficialmente, porque não podem passar o documento antes de pagar a terra (...) [somente] após o período de 5 a 6 anos para legalizar essa terra (...) Então, antes de pagar eles não podem vender. Mas passam documento particular. A maioria dessa terra foi vendida; está em nome de grandes proprietários. Oficialmente para o Governo não está porque não tem nenhum documento que comprove. (...) Isto ocorre porque o agricultor não tem condições de explorar aquela terra. Não adianta o Governo dar a terra se não dá condições do ho-

mem explorar. O que o Governo fez foi isso: deu terra, mas não deu condições do homem explorar, não deu financiamento, não deu mecanização, ou pelo menos financiasse essa mecanização, para o homem ter condições de explorar essa terra".

Como se pode verificar, pelas entrevistas transcritas, a concepção que os técnicos apresentam sobre a ação extensionista é bem aquela da própria instituição, não contradizendo portanto os objetivos e os métodos de ação formulados nos documentos básicos. É certo que eles foram entrevistados como agentes extensionistas nos seus próprios locais de trabalho e não falaram como pessoas que não estivessem engajadas na aquela atividade e comprometidas com a instituição.

Assim, a concepção ideológica subjacente às suas verbalizações reproduz as intenções promocionais, modernizantes, evolutivas e de superação de um estado deprimido em que se encontram os pequenos agricultores. Estes deveriam pois, em linha com essa concepção, ser doutrinados com vistas a uma certa mudança de mentalidade, reconhecidas pelos técnicos como um processo lento e difícil. Consideram pois que, em última análise, sua função é educativa e assumem portanto, uma postura professoral de quem transmite um conjunto de noções a serem assimiladas num verdadeiro processo de resocialização.

No desempenho dessas funções os técnicos se mostram imbuídos de uma missão valorizada cuja ampliação é sempre buscada pela renovação de técnicas de trabalho. Pensando em termos de transferência de tecnologia, sentem-se seguros de que tal missão assume um caráter progressista e modernizante e isso reforça suas convicções e os tornam de fato engajados nessa ação missionária de "agentes de mudança".

Não obstante essa postura, os técnicos reconhecem os próprios desvios da sua ação, na medida por exemplo, em que ela acaba por ser aceita mais como uma ação assistencialis

ta do que propriamente extensionista. Nesse sentido, o confronto com a realidade e sobretudo o contato regular com o público-alvo, fazem com que aquelas concepções sejam matizadas pela ação e acaba por promover uma ação reflexiva sobre seu próprio pensamento, levando-os a repensar suas atividades, ainda que isto não esteja ainda formulado nem tão pouco verbalizado no momento da pesquisa. Ao justificar as próprias falhas do sistema, estão na verdade refletindo sobre esses problemas e dando início talvez a um processo de reformulação de sua própria ação. Em outros termos, aquela concepção não é estática e tende a mudar com a prática.

6. A EXTENSÃO RURAL E O AGRICULTOR DE BAIXA RENDA

A população pesquisada representa 9% dos agricultores incluídos na categoria de baixa renda, atingidos pela EMATER-MA através do Projeto em estudo, durante os dois primeiros anos de sua implantação (1976/77). Em números absolutos, essa população perfaz um total de 800 agricultores, residentes em 7 municípios das micro-regiões mencionadas anteriormente, sendo que a amostra corresponde a 72 agricultores.

A amostra é representativa apenas dos agricultores assistidos diretamente pelo Projeto em 1976 e 1977. Logicamente sua caracterização não poderá ser generalizada em termos da população rural, incluída na categoria de baixa renda, dos municípios pertencentes às micro-regiões atingidas pelo Projeto. Isso porque a seleção desse público, ou seja dos 800 agricultores e suas famílias, foi feita segundo critérios pré-definidos pelo Projeto, restringindo-se, inicialmente, apenas aos pequenos proprietários. Posteriormente, quando as equipes locais constatarem a predominância da categoria de ocupan-

tes, na área do Projeto, foi ampliado para abranger também essa categoria, assim como a de pequenos arrendatários. Não obstante, no conjunto da população atingida pelo Projeto, continuaram a predominar os pequenos proprietários, correspondendo na amostra a 59 agricultores; das demais categorias ficou-se com apenas 11 arrendatários e 2 ocupantes proporcionalmente ao público atingido nesse fase inicial do Projeto. Acredita-se que a partir do corrente ano, quando foi determinada a ampliação de suas metas para 3.000 agricultores, passe então a haver maior número de ocupantes, pelas próprias características das Micro-Regiões (Tabela 2).

6.1. Características da Amostra

As 72 famílias pesquisadas abrange um total de 461 pessoas, sendo 223 do sexo masculino e 238 do sexo feminino. A composição das mesmas quanto ao número de membros varia de 2 a 12 pessoas por família. A média é de 6,4 pessoas por família, sendo 6 o valor modal (Tabela 4). Nota-se que estas famílias são mais numerosas que o tamanho médio do Estado do Maranhão, que era de 4,7 em 1970 de acordo com o Censo Demográfico.

A composição das famílias por sexo e idade, mostrada na Tabela 5, indica que 58,1% da população encontra-se na faixa de 0 a 14 anos, sendo que dessa proporção, 30,8% pertence ao sexo feminino e 27,3% ao masculino, indicando pois uma evasão de jovens do sexo masculino. A população economicamente ativa representa 41,6% do total pesquisado (Tabela 5), havendo um equilíbrio de pessoas por sexo, parecendo indicar neste caso uma retenção dos adultos masculinos.

Quanto à origem, constata-se que apenas 15,4% é oriunda de outros Estados, mais precisamente do Nordeste, sendo que, destes, 12,1% provém dos Estados do Piauí e Ceará. O restante, ou seja, 84,6% é natural do próprio Estado do Mara-

nhão. Dessa proporção, 60,7% nasceu nas próprias Micro-Regiões atingidas pelo Projeto. Como se vê na Tabela 6, mais da metade da população pesquisada nasceu no município onde atualmente reside. Esses dados indicam que a população pesquisada está bastante arraigada às condições regionais, apresentando portanto, pouca vivência fora da área.

Quanto ao grau de instrução, os dados da Tabela 7 mostram que 31,2% do total da população em idade escolar, ou seja na faixa de 5 a 14 anos, não analfabetos, distribuindo-se equitativamente com respeito ao sexo. Ainda com relação a essa mesma faixa de idade, observa-se que os elementos semi-alfabetizados representam 38,6% do total, dos quais 19,8% são do sexo masculino e 18,1% são do feminino. Dessa forma, agrupando-se o total dessa população analfabeta e semi-alfabetizada, o resultado corresponde a 69,3% do total. Estes dados evidenciam a baixa taxa de escolaridade da população, o que decorre de alguns fatores típicos do meio rural, especialmente pela deficiência da rede de ensino. Neste caso, muitas vezes, as escolas se localizam em pontos que exigem um deslocamento de grandes distâncias a serem percorridas pela população estudantil. Outro fator, que contribui para a baixa taxa de escolaridade da população jovem no meio rural, consiste no fato de ser o período de vida em que a família rural começa a solicitar, por imposição das próprias necessidades de subsistência, sua inserção cada vez mais efetiva no processo produtivo. Assim, a mão-de-obra dessa população é solicitada no trabalho da lavoura, principalmente nos períodos do plantio e colheita, além de contribuir na coleta do babaçú. Este período de vida da população jovem do meio rural é marcado, portanto, pelo início do trabalho produtivo, que de forma gradativa passa a exigir maior parte de seu tempo, impedindo conseqüentemente a sua frequência à escola.

Por outro lado, a população adulta, ou seja, na faixa de 21 a 50 anos, que corresponde 39,3% do total pesquisado, apresenta também baixa taxa de escolaridade. Assim, 22,0%

do total pesquisado, forma o contingente de analfabetos, 31,0% de semi-alfabetizados, enquanto 39,3% possuem o 1º grau incompleto. Agrupando-se os dados referentes aos analfabetos e semi-alfabetizados, encontra-se 53,1% do pessoal adulto que não tem instrução escolar ou possuindo apenas um nível elementar que consiste, em geral, no adestramento da assinatura do próprio nome e algum conhecimento das operações fundamentais de cálculo.

Finalmente, considerando toda a população a partir de 5 anos de idade, 26,1% não analfabetos e 33,0% semi-alfabetizados. Agrupando-se esses dados, verifica-se que 59,2% do total da população pesquisada não dispõe de instrução escolar ou apenas uma iniciação elementar. Isso reflete as já referidas deficiências da rede de ensino no meio rural, não obstante a implantação de programas especiais como o MOBRAL.

Cumprе salientar aqui uma observação feita durante o preenchimento dos questionários, no momento em que se interrogava o chefe da família sobre o grau de instrução, muitas das vezes na presença da esposa, filhos e vizinhos. Nessa oportunidade observou-se que grande parte dos entrevistados se mostrava constrangida ao prestar essa informação, demonstrando não lembrar precisamente até que série do primário cursou, o mesmo acontecendo com as mulheres, ao se pronunciarem a esse respeito. Assim, devido às reações observadas, principalmente à maneira vaga e imprecisa como diziam: — "*não sei bem se fiz até o 1º ou 2º ano...*", acredita-se que os dados referentes aos adultos com o 1º grau incompleto, que corresponde a 39,3% do total da população maior de idade, podem estar superestimados.

6.2. Características da Propriedade e da Produção

6.2.1. Posse e Uso da Terra

Conforme se mencionou no item anterior, a maior

parte da população pesquisada é constituída de pequenos proprietários, correspondendo a 82,0% do total, enquanto que os arrendatários são 15,5% e a categoria de ocupante a apenas 2,7%.

A população incluída na categoria de arrendatário apresenta o seguinte perfil: a área média da terra arrendada para o cultivo do arroz, milho e feijão, é de 1,65 hectare. A maior parte, ou seja, 7 arrendatários, paga para o proprietário da terra a renda em forma de produto. Essa renda é estipulada previamente, na base de 2 a 3 quartas^(*) de arroz por linha^(**) de roça plantada. Alguns desses arrendatários (4 casos) se empregam, também, como assalariados, para complementação da renda. Esses trabalhos, geralmente, são realizados em terras próximas ao local de residência. A diária paga na região em 1977 era de Cr\$20,00 com direito ao almoço. Para se avaliar o significado desse valor, cumpre informar que o salário mínimo regional era de Cr\$26,24/dia em 1977.

No caso da categoria de ocupante, o número não basta para caracterizá-la.

Com respeito aos pequenos proprietários, os dados referentes à titulação da propriedade indicam que 55,0% desses indivíduos possuem a escritura pública e título, ou então se encontram com esses documentos em processo de tramitação. Esses agricultores fazem parte dos beneficiários atingidos por um programa do governo Estadual que, em 1974, através da Secretaria da Agricultura, fez doação de 5.000 títulos de terra a pequenos e médios proprietários na área do Projeto. O restante dos proprietários, possui os documentos comprovantes da posse da terra provenientes de compra efetuada diretamente dos antigos proprietários e de herança, embora nesta situação se encontre apenas um caso.

A área total das propriedades dos agricultores pesquisados abrange 1.947ha o que corresponde a 0,14% da área

(*) 1 quarta equivale a 30kg.

(**) 1 linha equivale a 0,33ha.

total do Estado, 0,21% da área total das Micro-Regiões e 0,42% do total de propriedades com menos de 50ha dos municípios atingidos pelo Projeto. O tamanho médio das propriedades pesquisadas é de 33,0ha. Entretanto, a proporção de estabelecimentos com menos de 10ha existentes nos municípios da área do Projeto, corresponde a 90,0% do total, segundo o Censo Agropecuário de 1975.

Em termos de estratificação por área, 61,29% dos proprietários pesquisados dispõem de 21 a 30ha (Tabela 8). Considerando esse dado em relação à área cultivada, verifica-se que 36,3% cultivam de 1,0 a 10,0% do total da propriedade.

Essa situação da área cultivada reflete as limitações de ordem tecnológica no sistema de cultivo. Além disso, diz respeito ao problema da saturação do solo, diante do que o agricultor realiza, a seu modo, o sistema de rotação de terras. Não obstante, é comum a saturação total do solo, pela forma predatória como é utilizado, tornando anti-econômico o cultivo do arroz. Isso tem levado muitas vezes o pequeno proprietário a explorar terras próximas, ainda devolutas, ou mesmo vender a que possui, conforme depoimento de um dos técnicos da EMBATER-MA, referido no capítulo anterior.

Complementando essa informação com os dados coletados no Estudo Referencial (EMBRATER, 1978, p. 39) o produtor assistido pelo Projeto, apresenta o seguinte perfil quanto à forma de uso da terra:

	Ha
Área em cultura	3,4
Área em pousio ou sem uso	17,9
Área de matas	4,9
Total da área agricultável	26,2
Área não agricultável	3,8
Área total da propriedade	30,0
Área agricultável não explorada	22,8

A análise desses dados indica que, mesmo dispondo de uma superfície mínima necessária para a cultura itinerante, que possibilite portanto o emprego da rotação de roças, esse agricultor assistido pelo Projeto, terá em pouco tempo suas terras esgotadas. Segundo informações técnicas esse processo de saturação do solo se verifica da seguinte maneira: no caso de uma primeira roça, após a derrubada de uma mata virgem, depois de 2 anos consecutivos de cultivo, são necessários 5 anos para se refazer a mata; após uma segunda roça, são necessários 8 anos para que a mata cresça; após uma terceira roça, são necessários 12 anos para a recuperação da mata. Ocorre, no entanto, que no decorrer desse processo, amplas parcelas de terras se tornam improdutivas, reduzindo ~~mais~~ ainda o espaço agricultável que o pequeno agricultor tem disponível, DROULERS (1976).

6.2.2. Produção Agropecuária

A produção agrícola referente à safra 1976/77 corresponde aos produtos que constituem a dieta básica da população pesquisada. As atividades agrícolas que predominam são as culturas do arroz e do milho em cultivos consorciados.

Convém ressaltar que a produção do arroz é feita em consórcio com o milho. Essa prática é um componente cultural utilizado pelo agricultor diante da exiguidade da terra agricultável e principalmente em função da capacidade da força de trabalho disponível para atender às tarefas de preparo do solo, capina e colheita.

Na composição da produção agrícola aparecem em menor escala as culturas do feijão, do algodão e da mandioca. Observou-se ainda uma incidência representativa de outros produtos como: melancia, gerimum, fava, pepino, que se destinam basicamente ao consumo familiar.

A produção do arroz constitui pois a atividade

básica do agricultor atingido pelo Projeto. Isso representa, por um lado, a importância desse produto como base da dieta alimentar de suas famílias, assim como o meio de inserção do pequeno produtor no mercado. O volume da produção de arroz dos 72 agricultores pesquisados compõe um total de 7.497 sacos/60kg. Desse total, 74,5% é comercializado. De acordo com os dados conseguidos, 50,7% da população pesquisada, comercializou o arroz num valor médio de Cr\$51,88 o saco/60kg, muito abaixo do preço mínimo para a safra 1976/77, que era de Cr\$72,00 a Cr\$75,00 por 50kg, (CFP, 1975, p. 39). Referindo-se a esse problema, assim se manifesta um dos agricultores entrevistados:

"O fracasso da lavoura é só isso mesmo, é sobre os preços que a gente tira o dinheiro e bota na roça. Aí gasta que é um horror. Quando é pra apurar o dinheiro, não tem preço. Só faz muito menos do que se gasta. Quem pode esperar o preço, tá certo, ainda faz alguma coisa, mas quem não pode esperar o preço faz uma despesa maior do que a produção". (J.S.S. proprietário, Lageado, Colinas).

Esse volume total da produção de arroz é resultado do cultivo de uma área correspondente a 286,48ha o que representa uma média de 3,97ha por produtor. Com base nesta informação referente à produção e à área cultivada, a produtividade média da terra entre os produtores da amostra, é 1.569.6kg/ha. O Estudo Referencial realizado na área do Projeto, indica uma produtividade de 1.417,7kg/ha. (EMBRATER, 1978, p. 42). Ressalte-se que 88,8% dos produtores pesquisados, produzem o arroz em sistema de consórcio com o milho.

Com relação à produção do milho, observa-se pelo volume total produzido de 685 sacos/60kg, que é uma cultura subsidiária. Mais da metade dessa produção é utilizada para o consumo da família e na criação doméstica de suínos e aves. A produção do milho que é comercializada corresponde a 43,6% do total produzido. O preço médio alcançado foi de Cr\$47,45 o saco/60kg.

Quanto ao feijão, conforme se mencionou anteriormente, é cultivado por 75,0% dos agricultores da amostra. A produção total atingiu 202,3 sacos/60kg, destinados a maior parte ao consumo da família, ou seja, 71,9% da produção.

A área média utilizada pelos entrevistados para o cultivo do feijão, corresponde apenas a 0,74ha. É interessante salientar que do total dos agricultores que cultivam o feijão, 40,7% o realiza na forma que denominam de "plantio no abafado", ou seja, jogado a lanço numa capoeira mole, sem empregar nenhuma técnica de capina ou combate às pragas. Depois de lançadas as sementes, a capoeira é derrubada com o uso do facão, atingindo toda a área onde as sementes foram lançadas — daí a origem do nome "abafado". Essa forma de plantio do feijão é feita no período inicial das chuvas (dezembro/janeiro), sendo também chamada de "feijão das águas". Entretanto, a maior parte dos produtores, 59,3% cultiva o feijão no "lastro" também chamado na "cova". De acordo com o volume total da produção e a área utilizada para o cultivo do feijão, a produtividade média é de 276kg/ha. Calculou-se também separadamente a produtividade média para cada tipo de cultivo, no "abafado" e no "lastro", sendo 239,9kg/ha e 327,4kg/ha respectivamente. Segundo informações dos entrevistados, essa diferença é compensada pelo menor custo da produção, uma vez que o cultivo "no abafado" reduz os gastos com mão-de-obra no plantio e nos tratos culturais.

É importante salientar que além das atividades na lavoura, 70,8% das famílias pesquisadas se ocupa também da extração do coco babaçú durante os sete meses de safra (julho a janeiro). Esse trabalho de coleta e quebra do babaçú é realizado basicamente pela mão-de-obra feminina e jovem das famílias, geralmente através do sistema de mutirão, chamado na região de "adjuntório" ou "adjunto".

A atividade de extração do coco babaçú é importante na renda familiar da população agrícola da região pesqui-

sada, não só pelo volume comercializado, mas também porque coincide com o período da entre-safra na agricultura. Do volume total da produção, que atinge 722 sacos/60kg, 82,2% foi comercializado no próprio povoado. O restante da produção correspondente a 17,8% , é utilizado pela família sob forma de azeite na alimentação e de sabão, ambos beneficiados pelo processo caseiro. O valor total da extração do babaçú é de Cr\$147.648,00.

Observou-se ainda com relação ao extrativismo do babaçú, a utilização da casca que envolve a amêndoa como carvão para as necessidades domésticas, após passar pelo processo de "caieira". Essa descoberta do componente energético da casca do coco, é recente na região, pois, segundo informações de algumas pessoas até bem pouco tempo não faziam uso nenhum das mesmas.

Considerando-se a produção animal verifica-se que mais da metade da população realiza atividades na criação doméstica de aves e suínos. Esse trabalho, principalmente de criação de aves, fica mais sob a responsabilidade da mulher, que o faz de forma "solta" no quintal da residência, juntamente com os suínos.

A produção avícola e de seus derivados se destina basicamente ao consumo familiar. Dessa forma, do total de 2.635 cabeças de aves, apenas 9,6% foi comercializado, enquanto que 60,4% foi consumido pela família. Desse total, ainda restam 30,0% que corresponde às cabeças existentes nos quintais. O mesmo ocorre com os ovos, que atingem um total de 1.706 dúzias/ano, sendo a maior parte utilizada no consumo familiar, que corresponde a 89,9%. A criação de aves é realizada por 95,8% das famílias pesquisadas.

A criação de suínos feita também sem nenhum cuidado sanitário mas, ao contrário da criação avícola, se destina prioritariamente ao mercado. A comercialização do suíno foi feita, na maior parte dos casos pesquisados, antes do abate. Em alguns dos casos, pela deficiência de carne bovina no povoado, os suínos foram vendidos após o abate.

Ainda com relação à produção animal, ressalta-se que 15 famílias possuem no conjunto um rebanho de 79 cabeças de gado bovino. A produção de leite, oriunda desse rebanho, 17.430 litros/ano, é quase totalmente consumida pelas famílias, correspondendo a 98,1%.

A pesquisa permitiu determinar a receita média anual do público atingido pelo Projeto (relativa ao ano de 1977), proveniente da venda da produção agropecuária e do babaçú. Assim, os dados da Tabela 9 mostram que a produção agrícola (arroz, milho, feijão, mandioca e algodão) participa com 68,3% da receita anual, mediante a venda desses produtos, enquanto a venda do babaçú participa com 18,3% da receita anual. Os demais produtos, como suínos e hortifrutigranjeiros têm uma participação pouco representativa.

Com relação à produção agrícola, o arroz se destaca dentre os demais produtos, participando com 87,8% da receita anual proveniente da venda dos mesmos (Tabela 10).

6.2.3. Condições de Produção

As operações agrícolas são realizadas basicamente com o uso da enxada, foice ou facão e do sacho, verificando-se que 93,1% da amostra realiza manualmente os trabalhos agrícolas. Em outros termos, apenas 5 agricultores, procedem ao preparo do solo mecanicamente, recorrendo ao aluguel de trator, para as operações de aração e gradagem, à base de Cr\$100,00/hora.

Quanto ao uso de equipamentos agrícolas, entre os pesquisados, constata-se que apenas 11,1% o fazem nas operações de plantio com plantadeira e, 29,1% empregam o pulverizador no combate às pragas.

A força-de-trabalho empregada nos trabalhos agropecuários e de extrativismo do babaçú é basicamente familiar, apesar de haver uma frequência considerável no uso de mão-de-

obra extra-familiar, sob a forma de troca-de-dia-de-serviço (mutirão, adjunto) e assalariado, especialmente nos períodos de preparo do solo e colheita do arroz. A maior frequência consiste na combinação de mão-de-obra familiar com a assalariada, correspondendo a 32 casos. O número médio de troca-de-serviço corresponde a 22,0 homem/dia ao ano, enquanto a média de trabalho assalariado corresponde a 57,2 homem/dia ao ano. Observe-se que essa mão-de-obra utilizada tanto em forma de mutirão como assalariada se verifica de forma sazonal, ou seja, nos períodos relativos ao preparo do solo e da colheita do arroz.

O estudo do público atingido pelo Projeto evidencia sua total sujeição ao sistema de intermediação, ao comercializar o excedente de sua produção. A pesquisa revelou que toda a comercialização do arroz, milho, babaçú, etc. é realizada através do "intermediário". Incluem-se nessa categoria os comerciantes locais e dos municípios vizinhos, usineiros^(*), enfim, todo o pessoal que estabelece relações de troca com o produtor agrícola.

O arroz comercializado corresponde a 87,5% na formação da receita proveniente da produção agrícola pesquisada. Dessa forma, com relação à safra de arroz no ano agrícola 76/77, 88,8% dos agricultores pesquisados comercializaram 74,5% da produção total de arroz. Os dados revelam ainda que 60,9% desses produtores procedem à comercialização logo após a colheita, enquanto que 26,5% se submeteram ao sistema de "venda na folha", ou seja, antes da colheita. Esse dado, que atinge uma frequência representativa na presente pesquisa, constitui um fato muito comum na vida do agricultor, que trabalha nss condições aqui apresentadas.

Eis a verbalização do problema feita por um entrevistado:

*"A dificuldade é porque não se tem dinheiro prã
levar o serviço prã frente. No ano passado não
se tirou dinheiro no Banco. Esse ano é que se*

(*) USINEIRO - Proprietário da máquina de beneficiar arroz, de nominada regionalmente - usina.

tem uma promessinha, mas ninguém sabe se tira".

Em seguida explica como consegue financiamento para sua lavoura:

*"Com algum patrãozinho que agente arranja. Al-
gum comerciante. Eles tem muito jeito de acer-
tar [a forma do empréstimo.] Às vezes a gen-
te combina com eles, fica sendo quase empres-
tado. No tempo, a gente vai pagar ou vender
mais barato prá ele. Outro já vende logo de-
clarado. Já diz quanto quer. Fica um preço
barato por um horror de legume, né? Para ir
pagando tudo que a gente vai buscar [na quitan-
da do comerciante] ele fica anotando, tudo que
a gente precisa. Então quando chega mais adian-
te eles falam: rapaz como é, você vai me pa-
gar ou a gente passa o legume na folha para es-
sa conta? Aí conforme, a pessoa resolve. Se
a pessoa puder adquirir dinheiro, com difi-
culdade prá não sacrificar o arroz, a gente
arruma e paga. Se não, quando for no 1º de
março, de abril, aí eles chamam a gente aten-
ção e aí faz o preço, né? O preço que tiver
correndo naquele tempo é o preço que ele assi-
na ali o arroz, forma a conta e diz: dá tan-
tas quartas, no preço que tiver de Cr\$25,00
ou Cr\$30,00". (J.M.S. proprietário, Crioli
do Joviniano, Presidente Dutra).*

Ainda com respeito à comercialização os dados in-
dicam que 73,4% dos agricultores utilizam a moeda corrente como
elemento de troca da produção, enquanto que, 26,4% realizam as
operações de troca por gêneros de primeira necessidade. Encon-
tra-se também a forma combinada de gêneros e moeda corrente.
Geralmente as relações de troca se verificam com o dono da qui-
tanda ou com o usineiro^(*) que recebe o arroz em casca e forne-
ce em troca o arroz beneficiado, de acordo com o preço por ele
determinado.

O Crédito Rural como um dos instrumentos da Polí-
tica Agrícola, é visto de forma contraditória pelo agricultor
pesquisado, pois alguns o consideram uma "ajuda" oferecida pelo

Governo, que viria contribuir para melhoria das condições do homem do campo em seu trabalho na lavoura, enquanto que outros fazem algumas críticas ao sistema de crédito institucional.

Essa perspectiva pode ser vista nos seguintes trechos de uma entrevista:

"A dificuldade que se encontra aqui é porque eles lá no Banco dão uma condição pra gente fazer o serviço. O dinheiro que eles dão, eles pagam no valor de Cr\$540,00 por linha [0,33ha]. Mas não dá se o cabra somar os gastos. (...) E o sujeito sozinho não pode. Plantar uma roça de 30, 40 linha sozinho não planta, né? Tem que ser pago, né? Tem que pagar 3/4 e ele tratar de 1/4, porque ele não planta só pra casa. Engano quem diz que planta porque não tem lugar como esse que dá mato fora da mata. E dá mato mesmo. (...) Agora se eles dessem o valor que desse pra gente trabalhar na roça era bom demais. E mesmo qualquer um pode vir lá da cidade, pode vir fazer a roça, que ele só faz um ano. No outro ano ele diz: no dia que eu fizer uma roça eu quero morrer". (J.R.B.S., arrendatário, Japãozinho, Gonçalves Dias).

A pesquisa revela que, o Crédito Rural foi utilizado, durante os dois últimos anos, apenas pelos proprietários, verificando-se pois que aqueles que não têm a posse da terra, como os arrendatários e ocupantes não tiveram acesso aos serviços oficiais de financiamento da produção. Dos 59 proprietários pesquisados, 32 têm utilizado esse serviço, sendo que destes, 18 tiveram seus Projetos encaminhados ao Banco através da EMATER-MA enquanto 14 deles realizaram as operações de financiamento da produção diretamente com o Banco. Vale salientar que, dentre proprietários pesquisados, 23 nunca contrairam empréstimos junto ao Banco. As justificativas para esse fato se relacionam sempre ao medo que têm de assumir dívidas, pelas próprias condições de insegurança quanto à produtividade da terra, ao baixo preço do produto, além das exigências burocráticas, que naturalmente implica gastos de recursos e tempo.

O volume total do Crédito Rural liberado pelo Banco do Brasil para os 32 proprietários, atingiu o valor de Cr\$297.965,00, destinados ao custeio de atividades agrícolas. O valor médio dos financiamentos corresponde a Cr\$9.611,77, embora haja uma variação de Cr\$3.000,00 a Cr\$26.545,00 nos valores extremos.

Ainda com relação ao Crédito Rural, os agricultores pesquisados informaram dos problemas que mais dificultam no cumprimento do compromisso assumido junto ao Banco. Nesse sentido as respostas de maior frequência dizem respeito a três aspectos: um, se refere ao problema da terra "cansada", que apresenta um baixo nível de produção e produtividade; outro se relaciona com o baixo preço do produto agrícola e, finalmente, o último aspecto consiste numa crítica à base com que o Banco estipula o financiamento das operações agrícolas, em relação à área cultivada.

6.3. A Auto-Concepção do Agricultor

Uma parte dos trabalhos da pesquisa consistiu na realização de entrevistas com os agricultores, as quais permitiram apreender a concepção que eles têm de si mesmo e de sua situação concreta face às diferentes instituições que atuam no meio rural, aí incluída a entidade encarregada dos serviços de Extensão Rural. Tais entrevistas obedeceram a um roteiro previamente elaborado, que serviu antes como elemento de orientação do próprio entrevistador, com vistas à criação de um clima informal que favorecesse o diálogo.

As questões abordadas nas entrevistas podem ser agrupadas em dois itens que serão tratados separadamente: de um lado, a concepção que o agricultor tem de si mesmo em relação ao contexto social a que pertence e de outro lado, a concepção que tem da Extensão Rural (EMATER-MA).

Buscou-se assim captar a ótica do agricultor sobre sua situação, com respeito ao seu trabalho na lavoura e aos principais problemas por ele considerados como tais. Nesse sentido, as questões mais discutidas pelos entrevistados referem-se ao tamanho da terra, baixa fertilidade do solo, baixo preço do produto, além de questões relacionadas com o Crédito Rural. A partir dessas questões colocadas pelos entrevistados, foi possível apreender sua auto-concepção como "lavrador" em suas relações na estrutura do processo produtivo.

As respostas às questões se situam num plano bem concreto, ao nível da situação imediata que estão vivendo. Não obstante, observa-se que além dessa forma imediata, de conduzir o raciocínio, possuem também uma visão geral de sua situação de "lavrador", como se denominam, atingindo muitas vezes, um nível considerável de generalização com respeito à problemática comum aos demais lavradores do seu meio. Assim, no discurso do entrevistado, é frequente o uso de expressões como "a gente", "os pequenos", "o pobre", etc, quando se refere a uma situação geral, incluindo-se nessa categoria.

Assim sendo, quando o entrevistado se refere aos problemas que dificultam seu trabalho na roça o faz, num primeiro momento, a partir de sua realidade concreta, da situação vivenciada no momento, muito embora essa situação se relacione com a finalidade básica que é a produção para a subsistência. Nesse sentido, identificam-se várias formas de abordar essa questão, explicadas a partir das diferenças existentes nas próprias condições de posse da terra. Assim, para os que não detêm a posse da terra — ocupantes e arrendatários — a problemática por eles levantada se situa mais ao nível de suas necessidades de subsistência. Em outras palavras, o cotidiano do agricultor e de sua família se realiza basicamente em função de satisfazer essas necessidades. As soluções para os impasses da baixa produção, criados pela exaustão do solo, são buscados dentro da própria família pelo aumento da jornada de trabalho de

seus membros, empregados como diaristas em propriedades vizinhas. É o que transmite um entrevistado quando se refere à sua situação como lavrador:

"A maior dificuldade aqui é dinheiro. Porque a gente é pobre, às vezes tem vontade de fazer um serviço, mas a condição não dá. Porque a senhora sabe, lavoura depende é do braço da gente, né? Aqui é um lugar que a gente trabalha, mas dá muita dificuldade porque dá muito mato". (R.A.P. ocupante, Centro dos Boias, Presidente Dutra).

Não se trata no entanto, de uma perspectiva pessoal de um lavrador, eis que, no mesmo momento da entrevista sua própria esposa acrescentava:

"A maior dificuldade é porque nunca se bota uma roça para o legume de um ano alcançar o outro. Quando dá nesse tempo, o camarada já começa a comprar. (...) Deles que começa a comprar em agosto. Este ano nós ainda não estamos comprando não, mas próximo nesse mes de dezembro, nós vamos começar a comprar. (...) Comprar cinco meses de arroz para uma casa que tem dez pessoas pra comer, aí é onde a maior dificuldade de que o pobre do lavrador tem. Porque tem que tratar da roça e tem que trabalhar fora pra ganhar o dinheiro, pra comprar o bocado pra botar dentro de casa. (...) A dificuldade maior pro pobre do lavrador é essa. Porque tem que trabalhar pra botar o pão dentro de casa e trabalhar pra botar a roça no tempo porque senão no outro ano não tem".

Essas últimas frases sintetizam a problemática básica encontrada na região, onde, depoimentos como estes são comuns. Contudo é importante salientar que o agricultor não só percebe sua precária situação no presente, mas se reporta ao passado, estabelecendo um confronto entre os dois momentos e concluindo por constatar sua decadência pela condição de miséria, além do estado de doença e velhice prematuro em que se acha:

"Eu tô achando que nossa situação tá é piorando demais. Antigamente eu tinha com que tratar às vezes de dez ou doze linhas de roça, hoje eu não tenho. Hoje eu trato de duas linhazinha velha da roça, aperrriado, doente e, às vezes um bicho chega e come o que é meu". (J.L.S. arrendatário, Nazaré, Tuntum).

Na verdade essa situação é bem mais complexa, quando se identifica a trama de relações existentes na estrutura do processo produtivo e a posição de dependência que o "lavrador" se encontra nesse contexto. A consciência que demonstram desse fato está ligada à concepção que têm da estrutura social. Esta, é entendida a partir de uma visão polarizada, onde se situam, de um lado os que têm poder e riqueza e do outro, a pobreza, geralmente dominada e explorada por aqueles. Assim, para o entrevistado, os "ricos", são o comerciante, o usineiro, diante dos quais se sente numa relação de subordinado no processo da produção agrícola. É o que nos transmite o depoimento a seguir quando o entrevistado explicita o enraizamento de sua própria condição de pobreza:

"A pobreza que tem no povoado é de raiz. Porque os pais de família vivem pelejando muito para criar a família. Quando chega o tempo da roça não têm condição. O pouquinho que faz este leva logo para aqueles que têm maior possibilidade. (...) Acredito que é porque uns trabalham menos outros trabalham mais, uns são mais sabidos, outros são mais bestas. E com isso há a pobreza. Uns são comerciantes, outros lavradores, e assim vão vivendo". (J.R.B.S. arrendatário, Japãozinho, Gonçalves Dias).

Vê-se portanto, que o universo do lavrador está condicionado às relações que estabelece com o comerciante local ou usineiro. Essa situação, agravada pelas próprias condições de isolamento do meio rural é sentida como um estado de determinação do próprio meio. Esse fato é muitas vezes transmitido com um certo sentimento de impotência e resignação de quem se defronta com uma fatalidade:

"A minha disposição não dá pra mim trabalhar com o Banco e fazer com que eu pagar o Banco. Pra me sujar assim no Banco não adianta também. Então eu faço o que as forças der. Boto um pedacinho de roça, planto um arrozinho, feijãozinho que não dá. É obrigado a tomar arroz emprestado pra comer. Nesses dias eu vou pro empréstimo. Pedir arroz emprestado pra dar de comer aos filhos. Pra cada quarta de arroz eu pago uma de juro. Recebo uma e pago duas". (J.L.S. arrendatário, Nazarê, Tuntum).

Esse sentimento de resignação e impotência mencionado anteriormente, não significa ^afreqüenza, mas antes de tudo a consciência de quem só tem como "arte" o trabalho da roça, ou seja, "só vive daquilo, não tem outro meio de vida (...) aguenta porque tem filho, tem que aguentar". Expressões dessa natureza, registradas em uma das entrevistas, são ditas com frequência entre a população pesquisada. Evidenciam uma constatação de quem não tem outra alternativa a não ser se submeter às imposições do comerciante, usineiro, etc. Além disso, o agricultor concebe que esses laços de dependência, apesar de serem expressão de sua condição situada ao nível da subsistência, refletem a dependência mútua de quem empresta o que comer.

Na verdade, o depoimento acima, não representa um fato isolado, mas compõe a realidade concreta da maioria dos agricultores da região pesquisada, podendo ser considerada uma nova forma de escravidão ou, como eles próprios definem, a "morte" em vida. Nesse sentido, é interessante notar como um entrevistado, pequeno proprietário, revela outra forma de enraizamento, que se reflete a falta de alternativa local, não deixa de considerar os que vivem ao seu lado em piores condições que a sua:

"O lugar aqui é muito parado. É um lugar que quando a gente tando aperrado se não ir lá na cidade ou se não tiver um comerciante como tem bem aí não ajeitar, pronto! A gente fica coagido dentro do lugar. (...) Como acontece muitos casos aqui: bem acabou meu arroz. Aí o cabra diz: mas rapaz como é que eu vou fa-

zer, t^o sem condiç^o de comprar? Aⁱ vai l^a no Calumbi |povoado vizinho|. Quando chega l^a no Calumbi o homem de condiç^o l^a que é o delegado, que é o rico de l^a, n^e? (...) A gente chega l^a e diz: seu J. por quanto é que voc^e me d^a um saco de arroz? Veja aⁱ a base, que t^o sem condiç^o de comprar e tal. Ele diz: eu lhe dou por dez quartas de arroz, oito. (...) Aⁱ vai comendo, viu? Pra mim num t^o precisando. Quer dizer, nunca precisei. Isso t^o falando é pro pobre que n^o tem ~~outro neg^ocio com~~ o Banco. Aⁱ começa a tomar o arroz. (...) O cabra que entrar nisso morre, viu? Num faz. S^o faz pra comer todos os anos. Tem é muitos deles aⁱ, pobrezinho, que s^o faz pra comer. Todos os anos s^o faz praquele neg^ocio. Paga e fica um tiquinho pra ir comendo, com pouca ~~acaba~~, torna outra roça. (...) Esse pessoal é tudo gente pequeno (...) Tem deles que n^o tem uma garra de terra. Trabalha mesmo nas terras alheias mesmo, tudinho, a metade. Tem um boca do deles que n^o tem terra, é muitos que n^o t^{em} seu pedacinho de terra pra trabalhar, mas numa hora de folga t^a ajudando a gente". (A.R.S. Centro dos Boias, Presidente Dutra).

Atrav^es desse depoimento percebe-se tamb^em que o agricultor tem uma concepç^o da estrutura social n^o mais polarizada entre ricos e pobres, mas hierarquizada em estratos, onde o pequeno propriet^{ario} se situa numa posiç^o intermedi^{aria}, concebida pelo fato de possuir a terra e "ter neg^ocio com o Banco", assim como a possibilidade de usar de forma tempor^{aria} a m^o-de-obra dispon^{ivel} do "pobre" como complemento nos trabalhos de sua roça.

Al^em disso, existem outras formulaç^oes em torno do baixo preç^o do "legume". A quest^o é tamb^em discutida em relaç^o à pol^{itica} de preç^{os} m^{inimos} e ao Cr^edito Rural, estando clara a noç^o de que o Governo é quem determina as normas de funcionamento desses serviç^{os}. Quando se referem à instituiç^o banc^{aria} ou à CIBRAZEM, o Governo é sempre considerado como parte org^{anica} desse mecanismo.

Assim é que em relaç^o ao preç^o m^{inimo}, a maior parte dos entrevistados concebe a CIBRAZEM como um org^{ao} "arru-

mado" pelo Governo para ajudar o lavrador, apesar de reconhecerem a inviabilidade de utilizar esse recurso, considerando as condições em que produzem. Assim, as despesas com o transporte do produto, com a sacaria, além do complicado mecanismo burocrático, que envolve o Banco do Brasil, a Coletoria Estadual e a CIBRAZEM, imposto pelo processo de comercialização, são os principais fatores citados como obstáculos pelo pequeno produtor. Diante disso consideram mais conveniente vender para o intermediário, que se encarrega de transportar o produto da roça.

Não obstante depoimentos dessa natureza, alguns entrevistados, que alcançam maior volume de produção, se sentem motivados a tentar a comercialização de seus gêneros através da CIBRAZEM. Mas esta instituição não serve para eles, impedidos pela prioridade que o "fiel" (encarregado de receber e classificar o produto) dá aos que dispõem de maior volume de produção e que nem sempre são produtores.

"Não é todo mundo que tem condições de depositar o arroz na CIBRAZEM não. Então é assim, viu? Vou já lhe explicar logo: aí tem muitos camara da que é rico e deposita o arroz na CIBRAZEM. A CIBRAZEM não ficou pra pobreza. (...) Quando chega o tempo da CIBRAZEM eles deixam pro seu fulano de tal, seu grandão, vai e bota mil quarta de arroz, duas mil, dez mil ou quarenta mil tem deles que bota. Aí o pobre do lavrador vai. Quando chega lá pra arranjar uma vaga pra localizar ao menos cem quarta ou duzentas, então eles dizem que não tem vaga não. Então já vai, né? Vai derrubando a pessoa. Isso aí a gente vende barato, vende a quarenta conto. (...) Um colega meu me contou que ele caminhou prá lá, (...) pe lejou pra conseguir e eles mandaram carregar o arroz e ele fretou o carro e botou. Quando botou que chegou lá disseram que não tinha vaga. Tava o monte de arroz no meio da rua. Um lavrador tava com o arroz sem poder conseguir botar". (A.R.S. proprietário, Centro dos Boias, Presidente Dutra).

Nessa formulação, mais uma vez está explícita a concepção da sociedade fracionada em dois polos, onde o "pobre

do lavrador" não só ocupa uma posição desprivilegiada diante do poder dos "ricos", dos "donos de usina", mas vivendo também a situação de explorado. Em outras palavras, existe a consciência de que o lavrador, *"um peste que vive dentro dos matos sofrendo muito"*, é explorado pelo intermediário, comerciante ou usineiro que penetra em sua roça, onde *"aí compra baratinho e vão vender lá na CIBRAZEM pelo preço melhor da vida"*. Esse mesmo entrevistado conclui, acrescentando:

"Essa CIBRAZEM que o Governo arrumou aí, que o Presidente arrumou, isso era para o lavrador. Para o usineiro, esses outros bichão grande não devia conseguir. São se nós não arrumasse o arroz. Mas o que acontece é que aí vem seu fulano de tal, chega aqui adquire nosso arroz e deposita. Aí nós que não tem condição é quem perde o preço. E lá vendem por um bom preço e pra nós só querem dar Cr\$45,00, Cr\$40,00, Cr\$50,00, quando paga mais".
(J.R.B.S. arrendatário, Japãozinho, Gonçalves Dias.

À diferenciação na estrutura social correspondem tratamentos diferenciados em serviços correlatos como no processo de comercialização.

Outros entrevistados, ao abordarem a questão do preço, referem-se aos problemas do Crédito Rural não só devido à época estabelecida pelo Banco para saldar o financiamento (logo após a colheita), que não permite ao produtor aguardar um preço melhor, mas também pelo baixo valor pré-fixado para os custos da produção, ou seja, por área cultivada. Tais críticas permitem captar como o agricultor concebe o Crédito Rural, a partir de sua própria experiência. De certa forma, ele reconhece que existem vantagens em comparação com o crédito concedido pelo comerciante local, às vezes com juros de até 10%. Não obstante, a expectativa de que o crédito institucional possibilite melhores condições de vida e de trabalho, tem sido negada na prática. As dificuldades geradas a partir da contração da dívida com o Banco, têm levado muitos agricultores a considerar o

crédito "uma faca de dois gumes", ou como outros dizem, "o cabra precisa saber entrar no Banco pra depois não fracassar".

Contudo, na concepção desse público, o crédito institucional é também considerado como uma forma de ajuda que o Governo concede ao agricultor. Entretanto, na opinião de muitos isso não representa muito, pois o valor pré-estabelecido para financiamento de uma área de roça não corresponde aos custos reais. Esse fato, acrescido à forma rudimentar de exploração da terra e a consequente baixa fertilidade dos solos, tem conduzido muitos agricultores a uma situação de endividamento com o Banco.

"A dificuldade aqui é por causa disso: o empréstimo no Banco ajuda por uma parte, né? Ajuda assim, porque a gente tira aquele dinheirinho e vai trabalhar com aquele dinheiro. (...) Porque às vezes a gente tá apertado com um serviço, aí vai lá pega aquele dinheiro e faz o serviço, aí gasta o dinheiro e às vezes não dá de pagar porque a produção é pouca e ainda fica devendo. (...) Tem deles que pra interar o dinheiro do Banco foi obrigado a vender os porcos que tinha no chiqueiro, porque se botasse o legume todo ficava com fome. Agora tá certo, teve deles que não precisou". (A.M.C. proprietário, Lageado, Colinas).

Como se vê, o agricultor tem consciência de que, mesmo obtendo um financiamento "pra botar a roça", sua situação, muitas vezes, continua a mesma ou pior, pois a baixa fertilidade do solo associada ao baixo preço do produto concorre para dificultar o pagamento das dívidas bancárias. Diante de constatações dessa natureza, alguns fazem críticas ao Governo como se vê no depoimento seguinte:

"Eu acho que o Governo quase não tá ajudando. Em parte porque ele tá emprestando esse dinheirinho pra gente, mas com choradeira. (...) Dê dinheirinho mincho rapaz. Ele tá ajudando e não tá, porque esse dinheirinho não dá pra nada. Dá um trabalho danado. É preciso um avalista, precisa daquilo, daquilo outro. E tem deles

que não paga porque não pode mesmo. Não deu. A colheita não deu. Aí paga com juro. Deixa pra pagar no próximo ano. É o jeito não é de vender o arroz todo e feixar a família com fome até lá". (J.S.S. proprietário, Lajeado, Colinas).

Evidencia-se assim a capacidade de penetração nos mecanismos de comercialização e de financiamento, situando-se claramente nos meandros de uma situação complexa.

Outro agricultor, presente no momento dessa entrevista, acrescenta:

"A gente paga o Banco em agosto, quando o preço é pequeno e fica aperrado de novo. Não dá. O empréstimo é pequeno, não vejo vantagem. (...) Um como eu pra fazer um empréstimo de doze mil não pode fazer mais da roça. Se fizer não dá de pagar. Aí a gente ajunta tudo que tem e paga o Banco. Se paga de uma vez só, mas pra tirar é de três vezes". (J.E.S. proprietário, Centro de Estevinho, Dom Pedro).

Dessa forma as opiniões acerca do Crédito Rural podem ser vistas sob duas óticas, a dos agricultores que têm experiência em operar com o Banco e a dos que não tem acesso a este serviço. Para estes, o crédito oficial representa a alternativa para a solução de seus problemas, na medida em que, segundo suas expectativas, é um meio de romper o vínculo com o comerciante, ao mesmo tempo que lhe possibilita aumentar a produção.

"Eu acho muita dificuldade. A gente é pobre não labuta com o Banco, passa precisão mesmo, por falta de condição, né? (...) A família é grande e o arroz é tudo pouco. Aqui nesse lugar sô se vive mesmo de roça. Pra comprar tudo quanto se precisa é só com • legume da roça que dá pouco". (E.M.A., Poço Verde, Governador Archer).

Declarações como esta são comuns na área pesquisada, significando que o "passar precisão por falta de condi-ções" representa o cotidiano do agricultor na luta pela sobrevi

vência. Demonstra, portanto, um estado permanente de "privação" pela deficiência no suprimento de determinados produtos básicos, na quantidade e regularidade necessárias para o consumo da família.

Tratando-se ainda do baixo preço do produto, é comum entre os entrevistados a opinião de que o Governo não valoriza o agricultor, diante do preço mínimo decretado para os produtos agrícolas.

"A única coisa que nós achamos que o Governo fez de ruim foi ter dado a queda na lavoura. E isso todo mundo fala por uma boca só. (...) A queda na lavoura é porque ele não deu o preço. Ele nunca deu o preço no arroz. Todo mundo quando é pra vender, o arroz não dá preço". (A.A.S. Arrendatário, Lagoa da Cruz, Gonçalves Dias).

O Governo é pois entendido como uma entidade à parte das demais instituições, embora seja através destas que suas determinações são executadas. Corresponde a um poder central, muitas vezes associado à pessoa do Presidente ou do Governador. Contudo, é interessante observar que, mesmo criticando o Governo por não valorizar o agricultor, tal atitude está envolvida por uma relação de dependência para com o "Estado-protetor", de quem sempre se espera uma ajuda. De certa forma, essa expectativa de ajuda, algumas vezes, é justificada por um sentimento de impotência face à posição que ocupa na estrutura produtiva. Outras vezes, as declarações são feitas em tom reivindicatório diante da auto-valorização como produtores de alimentos, perante a sociedade.

"Por isso que eu digo, era só a parte da gente que devia ter mais condição no mundo era o lavrador. Porque o lavrador é quem faz a produção pra comer o Governador, todo o mundo, todo mundo no Brasil. Em todo lugar é de onde vem a produção. É do pobre do lavrador, das costas do lavrador, do suor dele, né? Porque seu Governador tá lá bem tranqüilo e não tá nem imaginando que o pobre do lavrador velho,

coitado, aqui, aí levando a mão pra cabra".
(J.S.S. proprietário, Lageado, Colinas).

Vê-se portanto, explícita a consciência que o agricultor tem do que ele próprio representa para a sociedade e ao mesmo tempo o sentimento de ser desvalorizado ou não reconhecido como tal, face às condições de miséria em que vive. Além disso, quando o entrevistado se refere que o "Governador tá lá bem tranquilo e não tá nem imaginando" está implícito a noção de que existe não só uma distância física entre a sede do Governo e o meio rural, mas também a consciência de que os seus problemas não fazem parte das preocupações governamentais. É possível ainda, que esteja presente um outro componente com respeito à distância entre as ações do Governo e suas reais necessidades, conforme este depoimento:

"Eu não sei não. Eu tô quase encabulado porque isso eu acho que vem quase combinado com o Governo. Porque se ele imaginasse tanto agricultor que tem, que trabalha com ele, imaginava assim: não, vamos botar um preço alto que é pra o produtor fazer aquela fatura. Aí dava de se pagar o Banco e a gente ficava com saldo ainda. Mas tem muitos deles que pagaram o Banco e ficaram quase pior de que estavam. Hoje tem é muito aí que, no tempo que a gente não trabalhava com o Banco às vezes fazia fatura melhor porque não ficava devendo. E eles ainda botam um preço tabelado no tempo da gente pagar". (A.P.S. proprietário, Canduru, São Domingos).

Ou segundo este, que explicita a já referida postura de dependente da ajuda governamental que na verdade seria mútua.

"Quem podia ajudar o agricultor é o Governo. Não vou dizer que ele não tenha feito nada, né? Mas eu acho que ele podia ajudar mais, porque o agricultor ajuda e ele também. Ajuda de qualquer maneira porque em todo caso a gente trabalha e paga muito imposto, muita coisa e, o que a gente paga vai pro Governo. (...) E de qualquer maneira eu acho que

ele pode ajudar porque a gente agricultor, é quase que um pai para um filho, né? O Governo pra nós, né? Ele devia ajudar às vezes no maquinário, pra o camarada beneficiar o terreno, né?" (E.J.O. proprietário, Cridi do Joviniano, Presidente Dutra).

É preciso considerar ainda, quando os entrevistados se referem ao Governo como o responsável pelo baixo preço do "legume", acrescentam um elemento novo, que é a comparação entre o produto agrícola com o industrial, em termos de valorização no mercado.

"E a mercadoria toda a vida é cara. A pessoa se possível for vende até o bocado que tem pra se comer pra se comprar o que se precisa, porque não pode passar sem comprar as coisas. (...) Agora mesmo o maior preço que o arroz tá é de Cr\$55,00. Eu recebi agora esse preço. Isso aí é a morte demais. Pra pobreza é uma morte. Só vive daquilo, não tem outro meio de vida. A gente aguenta porque tem filho, tem que aguentar. (...) Bem, vamos falar do babaçú. Ele é industrial a senhora sabe, né? No preço que estão as coisas, no mínimo um quilo de babaçú era pra ser Cr\$8,00, porque uma lata de óleo é Cr\$20,00, uma caixa de sabão é cento e tanto, geralmente produto do babaçú, né? (...) Não vem compensar um com o outro. Toda a vida é acabando com a gente. A gente pode dizer desse jeito. (...) O camarada vai comprar uma lata de óleo, são Cr\$20,00. Deixa que vai quebrar o babaçú pra comprar uma lata de óleo, vai quantos quilos? Vai 5kg de babaçú pra comprar uma lata de óleo. Tem vantagem? E a gente não aguenta comer com azeite [preparo caseiro] todo dia, porque aqui é quente e a gente aborrece mesmo comer só um tempero toda a vida". (G.A.G. proprietário, Centro do Primo, Dom Pedro).

Esse recurso comparativo usado para esclarecer o problema é repetido por outro informante:

"Bem, a gente só tem uma vantagem. A gente tá vendendo uma quarta de arroz (30kg) e compran

do uma lata de óleo, quase. (...) É tá custando quase Cr\$22,00 um litro de óleo, né? Enquanto que uma quarta de café é Cr\$17,00. (...) O sujeito vende uma quarta de arroz não dá nem pra comprar meio quilo de café e uma lata de óleo. (...) É isso que desorienta mais a gente. Os gêneros é baratinho e a mercadoria é cara. Desorienta mais a gente trabalhador. (...) E a coisa só tem preço agora que o pobre do lavrador já tá na mão dos comerciantes. Aí vão estourar o preço". (J.S.S. proprietário, Lageado, Colinas).

Como se vê, as formulações partem da explicitação do posicionamento na estrutura social e produtiva e chegam ao ponto crucial, que é o da subsistência. Mas o raciocínio se fundamenta na noção do valor-trabalho, percebido no processo da produção agrícola ou na extração da amêndoa do babaçú. A noção de "morte" empregada no primeiro depoimento, significa a consciência de uma "vida sacrificada demais", diante das próprias condições de trabalho na roça sem no entanto, obter a compensação correspondente nem ao menos para o atendimento das necessidades básicas de alimentação. Além disso, está implícito a concepção do desgaste físico que o trabalho na lavoura acarreta:

"Tem deles que adoece que até chega a morrer mesmo. Muitas vezes acontece que a gente como nós, um pai de família começa a criar a família e depois quem termina é os outros, porque ele adoece e não tem condição de ficar no serviço". (E.M.A. proprietário, Poço Verde, Governador Archer).

Outros, entretanto, se referem a um constante estado de "privação" pela deficiência de certos bens necessários para o consumo diário da família dentro dos padrões mínimos aceitáveis socialmente. Assim, são comuns depoimentos como este:

"Muitas vezes acontece de eu sair de casa pra trabalhar na roça, saio purinho. Só mesmo com o sangue. Do jeito que amanhece o dia

eu vou pra roça. Não tem quebra-jejum não. Não tem nada pra mim. Não é porque a mulher não faça. É porque não tem e a gente às vezes não tem o dinheiro pra comprar aquelas mantimentos". (R.R.S. proprietário, Centro dos Pretos, Gonçalves Dias).

Alguns entrevistados demonstram conceber essa situação dentro dela mesma, entendendo que o problema do "pobre é a condição, porque não tem dinheiro e a gente não pode comprar um remédio, uma roupa, um calçado, o dinheiro é pouco e a gente peleja pra passar bem e não pode". Outros entretanto, demonstram entender que a origem dessas dificuldades está na insuficiência e na forma de exploração da terra.

"(...) A área de terra que é pequena. Não dá quase pra gente trabalhar. É um bocado aperriado, com pouca terra. (...) A dificuldade que a gente acha é porque não pode trabalhar, é todo mundo aperriado, não pode fazer vantagem, não pode trazer um trator pra fazer um campo, é tudo trabalhando por ríba dos tocos". (J.M.S. proprietário, Cridi do Joviniano, Presidente Dutra).

Esse tipo de formulação é mais comum entre os proprietários, face à premente saturação dos solos, além de dispor de uma área pequena. Apesar do recurso de rotação de roças, normalmente utilizado entre os agricultores da área, verificam o progressivo estado de exaustão dos solos, diante do que reconhecem como única alternativa o uso da mecanização, conforme se expressa um entrevistado:

"Agora nós vamos marchando aí pra um tempo que eu não sei dizer como vai ser. Porque essas terras estão ficando cada vez mais cansadas. Se não for por meio de mecanização vai dar um bocadinho de prejuízo, porque em vez da terra melhorar para a lavoura, vai ficando melhor é pro mato. Fica todo um trabalho perdido: broca, queima, planta, semente e tudo". (P.L. proprietário, Conduru, São Domingos).

O lado rotineiro da atividade desenvolvida torna insuportável a sobrecarga, advindo a decepção de quem não tem outra alternativa:

"Agora o atraso que eu acho aqui na lavoura é porque todos os anos é uma roça. E se a terra fosse virada [mecanizada], não era todos os anos uma roça. Agora todos os anos de faz uma roça, não tem quem aguento. Só se a gente fizer uma rocinha pequena. Terreno pouco, num instante a gente acaba com ele, não dá pra nada. E a gente pensou que ia ser um absurdo esse terreno, só tirou uma ninharia. Pra quem quer trabalhar não dá pra coisa nenhuma". (A.M.C. proprietário, Lageado, Colinas).

Essa expectativa em torno do trabalho em terra mecanizada se encontra também entre aqueles que, tendo recebido financiamento do Banco para custeio das operações agrícolas, sentem o problema da baixa fertilidade dos solos e aspiram conseguir financiamento para melhorar as condições de exploração da terra.

Como se vê através desses depoimentos, a concepção que o agricultor tem de sua situação concreta abrange sempre questões referentes à terra, o crédito e o mercado, dentro de uma ótica de produção para a subsistência. Essa situação, entretanto, não é uniforme entre os pesquisados. Existe, como se viu, uma diferenciação que tem sua origem no problema fundiário e a partir daí no maior ou menor grau de dependência em que se encontram na estrutura de comercialização. Não obstante os entrevistados perceberam essa diferenciação e, se situarem em posições diferentes na estrutura social, existe um ponto comum que lhes permite identificar como "nós" — o lavrador. Assim, a consciência que têm do peso do trabalho na roça, expondo-se a riscos de vida para conseguir a sobrevivência da família, constitui na realidade um ponto de convergência que permite essa identificação.

6.4. A Concepção do Agricultor sobre a Extensão Rural

As informações conseguidas através das entrevistas permitiram que se completasse a visão do processo de intervenção desencadeado pela Extensão Rural, não apenas em sua forma documental ou sob a ótica de seus técnicos, mas também na perspectiva do público beneficiário de suas ações.

Assim, observou-se que, num primeiro momento, o entrevistado reconhece como trabalho da EMATER-MA, ou ACAR, como muitos ainda a denominam, apenas a assistência prestada pelos mini-postos de saúde. Dentre as diversas atividades desenvolvidas por estes, a mais comentada é a suplementação alimentar. Neste caso, veja-se como nos depoimentos a seguir, a instituição é concebida pelo seu público-beneficiário:

"Eles trabalham aí nesse negócio de mini-posto. (...) Quem é sócio vai e tira aqueles alimentos. (...) Eu acho que não seja mau pra gente não. Também não vou dizer que seja vantagem pra gente não. Acho porque justamente é uma coisa que a gente recebe, mas uma coisinha pouca e a gente dá de ir arrumando também. É certo que ajuda a gente, né? Aquela coisinha pouca sempre adjutória, né? (E.J.O. proprietário, Patioba, Gonçalves Dias).

Outro agricultor, referindo-se especificamente ao trabalho da EMATER-MA assim se expressa:

"Bom, o que eles técnicos fazem é o seguinte: uma vez uma pobre mãe de família, quebradeira de coco coitada, não pode comprar o açúcar, o alimento do filho. Então aquilo ela dá Cr\$3,00 por mês, mas todo fim de mês ela recebe 1kg de açúcar, 1kg de feijão, 2kg de arroz (...) recebe uma bagulhada que se ela fosse trabalhar um mês não dava de arranjar o dinheiro daquilo (...) Eu acho que é uma grande vantagem esse negócio". (P.A.B. proprietário, Calumbi, Gonçalves Dias).

Constata-se pois que a Extensão Rural não se si-

tua, na compreensão do público-alvo, ao nível da assistência técnica nem do suporte à atividade produtiva, mas no plano assistencialista mais imediato da sobrevivência humana do agricultor, mediante a suplementação alimentar direta. Além disso, lhe é atribuído um significado de complementação de renda familiar, uma vez que geralmente o seu valor está associado à força de trabalho que seria necessária na produção desses alimentos recebidos por cada família. Dessa forma, a finalidade explícita nos documentos do Projeto, ou seja, de ação complementar que visa a melhoria do estado nutricional dos grupos vulneráveis, é entendida pela população, como uma ajuda no suprimento das necessidades de subsistência da família em geral.

Essa concepção que o agricultor tem da Extensão Rural só adquire sentido a partir de suas condições de existência. Diante das dificuldades que enfrenta na obtenção dos bens necessários ao consumo familiar, chegando mesmo a passar por períodos de crise que chamam de "passar precisão", é compreensível que esse público destaque e valorize a atividade de suplementação alimentar, uma vez que ela é vista como resposta à necessidade imediata de suprir uma deficiência existente.

O interesse na análise dessa questão reside, precisamente no fato dela se constituir a ação concreta que é reconhecida pelo público-beneficiário do Projeto, como a principal atividade que a EMATER-MA realiza. Isso, como já foi mencionado, decorre da importância social do alimento, sob a perspectiva de uma população carente.

Por outro lado, não é só a suplementação alimentar que é considerada sob essa ótica, mas também os mini-postos de saúde pelo que representam como resposta à carência no meio rural de serviços básicos de saúde. Assim, para o público entrevistado, a EMATER-MA e os mini-postos de saúde se confundem numa mesma entidade, em que se concretiza através conjugação de suas atividades assistenciais.

Como se sabe, nos mini-postos de saúde estão con

centradas todas as atividades voltadas para os objetivos de prevenção de doenças e melhoria do estado nutricional da população atingida. Em função dessas atividades, principalmente nos dias de distribuição das quotas de alimentos, ocorre um considerável afluxo do pessoal inscrito. Tal fato provocava durante o pe-ríodo inicial de implantação do Projeto, grande repercussão nas comunidades onde se localizam os mini-postos de saúde, gerando assim alguns boatos em torno, especificamente, da distribuição dos alimentos. Em consequência disso criou-se na população uma certa desconfiança acerca das reais finalidades desse trabalho. Nesse sentido, os depoimentos são significativos pelos componentes culturais que contêm, quais sejam, o medo associado a um fator extra-terreno ou mágico, ou ainda, a um poder extraordinário atribuído ao Governo. É o que se pode observar nas seguintes formulações.

"A gente tá desconfiado não sabe? A gente tá com medo de qualquer coisa. É com medo de ser o comunismo ou outra coisa. Outros dizem que é a 'besta-fera' que anda no mundo. Eu digo: minha gente a 'besta-fera' não tem essas coisas pra dar pra gente não. (...) Eles acham que é o comunismo. Que todo mundo tá pegado, não sabe? Todo mundo tá laçado porque deu o nome dos meninos todos". (E.M.A. proprietário, Poço Verde, Governador Archer).

Nesse caso, a representação mental se situa, num primeiro momento, ao nível do pensamento mágico com uma conotação demoníaca ("besta-fera") associada a um elemento de significado real, isto é, um regime político (comunismo). De acordo com a explicação de um entrevistado, o comunismo, "*é assim como no outro tempo que o pessoal era todo escravo*". Enquanto que segundo a mulher, "*o povo diz que comunismo é assim essa devassidão maior do mundo*". O comunismo é pois compreendido ao nível dos valores morais (com atos de devassidão) e sociais (com a escravidão), que viria de cima para baixo, como uma ordem.

Outro entrevistado assim se refere à doação dos

alimentos:

"Eu entendo assim: imagino assim, que não é nada que prejudique a gente, que possa prejudicar o pessoal. (...) Tem muita gente que diz: eu vou lá botar meus filhos nisso? Eu sei lá pra que é isso? Dizem que é pra o Governo levar os meninos. (...) Pra que diabo o Governo quer menino? Ela tá fazendo é uma obra de caridade pra esse lote de menino. Tem muitos que pode não precisa disso, mas tem muitos que precisa demais. É uma ajuda mesmo grande". (J.R.B.S. arrendatário, Japãozinho, Gonçalves Dias).

Questiona-se pois o plano real da ação, em busca de uma intenção subjacente que seria por exemplo a mobilização militar. A assistência alimentar não seria pois gratuita e pode apresentar uma contra-partida que gera desconfianças. Além disso, a conclusão a que chegou o entrevistado de que se trata de uma "obra de caridade" tem um conteúdo ideológico associado a um sentimento de religiosidade que significam uma atitude resignada do "pobre", sempre à espera de uma ajuda do Governo que existe para promover o bem-estar de todos.

Tratando-se das atividades do Projeto realizadas com vistas à transferência de tecnologia agropecuária, observa-se que inicialmente os entrevistados se limitavam a dar impressões vagas sem muito conteúdo, procurando-se abster de emitir alguma opinião. Mantendo-se num tom elogioso dizem apenas: "muito bom", "de grande vantagem", ou, referindo-se ao conteúdo das reuniões e cursos, falam que "eles têm uma explicação muito bonita", "trazem muita orientação boa", etc. No decorrer da entrevista alguns mencionavam alguns assuntos tratados, muito embora tais informações, como se pode observar, permaneciam imprecisas denotando um reconhecimento superficial acerca do trabalho da Extensão Rural, que se situa ao nível das verbalizações:

"É negócio mesmo de sindicato, negócio de tirar dinheiro no Banco. (...) Explicam muita coisa.

(...) *Todos eles explicam, têm uma explicação bonita mesmo. (...) Explicam também como é que se planta, às vezes negócio de veneno*". (J.M.S. proprietário, Croli do Joviniano, Presidente Dutra)

Outros entretanto, são mais precisos, dando ênfase a um tipo de orientação transmitida como é o caso do combate às pragas:

"Bom eles dão orientação no seguinte: é como o lavrador pode conseguir a lavoura, como ele pode trabalhar e como pode matar o inseto, a lagarta, tudo né?" (J.C.S. arrendatário, São João da Lagoa, Presidente Dutra).

Ou então, como este que se referindo à atividade mencionada, coloca as demais como um "bocado de coisas", deixando implícita uma noção de inutilidade ou inviabilidade prática das mesmas:

"Eles estão pra dar orientação pra gente é |sobre| o tipo de remédio, no caso de doença no arroz, no milho, uma coisa assim. Tem um bocado de coisa que eles ensinam, eu nem gravei bem não. A gente até esquece". (J.R.B.S. arrendatário, Japãozinho, Gonçalves Dias).

Pode-se observar neste depoimento que a própria expressão "a gente até se esquece" tem um significado específico, em se tratando de um arrendatário. Neste caso, suas condições, limitadas pela dependência com o proprietário da terra, fazem-no ver a tecnologia transmitida pela EMATER-MA como um conjunto de "coisas" abstratas e distantes de sua realidade, portanto, difíceis de serem apreendidas. É possível também que o "esquecimento" seja uma forma consciente de omitir de alguma forma opiniões contrárias ao trabalho. Esse fato é observado em algumas entrevistas em que as opiniões contrárias ou com teor de crítica a determinadas orientações técnicas, são geralmente introduzidas pelas mulheres dos entrevistados, sempre pre

sentes no momento. É o caso do depoimento a seguir feito pela esposa de um entrevistado (G.A.G. Centro do Primo, Dom Pedro):

"Também disse que a orientação aí da ACAR, disse que é bom pra gente plantar o legume na base de uma linha de algodão, outra linha de arroz, outra linha de milho".

"Plantar algodão solteiro, né?" [Interfere o marido].

"Eu digo assim: não dá nada. Aí não dá nada porque a gente planta uma roça todinha com arroz e não sobra arroz. Avalia plantando separado. Aqui ninguém deu valor a isso não".

Como se pode observar, existe uma concepção crítica com respeito às orientações técnicas transmitidas pela Extensão Rural, que não se limita à visão pessoal do lavrador, mas é também comum à sua mulher. Por outro lado, uma observação complementar, refere-se ao conhecimento que a mulher do lavrador demonstra ter dos problemas relacionados com a produção agrícola. Assim, em todas as entrevistas elas tiveram uma participação importante.

Com efeito, observou-se que os entrevistados só explicitavam suas opiniões acerca da Extensão Rural, após ter adquirido alguma confiança e dissipada a dúvida de que a pesquisa não se tratava de uma "fiscalização" dos trabalhos realizados pelos técnicos de campo. Assim, procurou-se levar o entrevistado a falar sobre a Extensão Rural a partir de sua prática, de acordo com suas condições de produção. Isso permitiu-nos captar a postura inicial que o agricultor assume face às diversas atividades desenvolvidas pela EMATER-MA. É comum ouvir-se dos entrevistados a seguinte expressão: "eu vou e fico primeiro assuntando". Essa atitude tem um sentido de defesa do grupo familiar, pois um fracasso na produção agrícola resulta não apenas em problemas financeiros, mas na própria subsistência de seus membros.

Assim, após "assuntar" para saber de que se tra-

ta e, com base em sua racionalidade face ao processo produtivo, o agricultor seleciona aquilo cuja incorporação é viável mas deixa aberta uma alternativa de retorno.

"Eu tenho ouvido eles falar. Outro dia o (Técnico) um dia desses falou, né? Pra fazer um grupo pra reunião, né? Essas coisas. Eu tô assinado aí nesse negócio. No dia que ele falou eu assinei. (...) A gente tem que ir. E depois de assinar eu vou. Agora quando chegar lá na frente que eu ver que não dá resultado eu volto. É a estrada que eu subi eu torno voltar". (M.L. proprietário, Calumbi, Presidente Dutra).

Outros ainda, como este, assumem uma atitude especulativa diante de elementos novos que estão sendo introduzidos em seu meio. Nesse caso particular o entrevistado está se referindo à proposição do técnico de formar um "núcleo de base" com os agricultores da localidade. No decorrer da entrevista explica como entende a finalidade desse "grupo de reunião". Trata-se de um trabalho que teria em vista o "controle da amizade e consideração um com o outro", num sentido de cooperação. Nessa linha de raciocínio, menciona como exemplo de possíveis atividades tais como, a comercialização do arroz via CIBRAZEM, assim como conseguir o deslocamento de uma máquina para os trabalhos de aração e gradagem em suas terras, desde que realizadas em sistema de cooperação. Esse fato, contudo, nos permite observar, a partir da própria diferenciação existente entre o público pesquisado, as diferentes posições assumidas e respectivas concepções face ao trabalho realizado pela EMATER-MA. Enquanto agricultores como este decidem participar das reuniões para ver o "resultado", outros entretanto, especialmente, os ocupantes e arrendatários, se mantêm numa posição de espectadores, conforme o depoimento seguinte:

"O menino vem dando umas orientações aí uma hora por outra, viu? É até bom. Ele teve aí dando umas explicações prá nós aqui sobre negócio de veneno, pra envenenar a semente pro modo a pra-

ga não comer, veneno pra formiga, essas coisas tudo. (...) Agora, o negócio é o seguinte: se der da gente agir, bem, não dando a gente fica assim por fora. Porque aquilo é o seguinte, a gente só deve entrar quando dá, quando não dá a gente fica por fora". (J.L. arrendatário,

Essa atitude de observador é muito comum entre o público pesquisado, face às reuniões e cursos realizados no povoado. Isso, lhes possibilita tomar conhecimento das diversas orientações transmitidas pelos técnicos e julgá-las com base em seus próprios padrões de racionalidade, em função de suas condições de trabalho na lavoura.

No que se refere à aplicação prática das técnicas agrícolas transmitidas, as opiniões em torno dessa questão são divergentes, conforme foi mencionado, devido à diferenciação existente entre os pesquisados, em relação à posse da terra. Nos diferentes casos, a argumentação é feita sob o ângulo da economicidade, conforme o depoimento a seguir:

"É difícil prá nos. Muita coisa é difícil. É difícil porque a gente não compreende bem, as vezes não dão uma explicação. (...) Também fica mais caro. (...) Eles orientam pra botar o veneno aquele que falam que mata o mato [herbicida]. Mas aí se nós for num negócio desse fica numa condição que não pode nem vender o arroz. É desse jeito". (J.R. arrendatário, Japãozinho, Gonçalves Dias.

Enquanto que um proprietário que trabalha em área mecanizada, com melhores condições assim se expressa:

"É até bom. Eles vem dando umas instrução aí. Se a gente não comprou o herbicida, eles conversam o viajante pra gente. Dá a explicação tudinho pra gente. (...) Fica mais caro, mas a gente tem que fazer. Despesa maior se for só no facão. No facão não tem quem vença. Com pensa demais o uso da herbicida". (P.A.B. proprietário, Calumbi, Presidente Dutra).

Outro agricultor abordando essa mesma questão, diz:

"Do jeito que eles indicam muitos não fazem, né? (...) Pois bem porque sobre o negócio da lavoura eles indicam que se deve pulverizar quando nasce a semente. A semente tando selecionada. Aí quando nascer, pulverizar. Quando tiver grande, de novo, ao menos três vezes. E aí a gente não faz. A gente só faz quando tá atacada. Isso porque não se tem condição, fica mais caro. (...) A produção aqui é muito fraca. Quer dizer, a produção dá, mas o negócio aqui é o preço. (...) Pra pulverizar duas, três vezes, não dá". (A.P.S. proprietário, Conduru, São Domingos).

Vê-se que as formulações se fundamentam a partir da comparação entre o preço do produto e os custos dos insumos recomendados tecnicamente. Fica evidente, portanto que não é a "mentalidade" ou o "baixo nível cultural" que torna esse público "resistente à mudança". Na verdade, essa "resistência" na acepção em que é empregada não existe de fato, pois mesmo diante das precárias condições de exploração da terra e da posição que ocupam na estrutura produtiva, esse público pesquisado tenta penetrar em todo esse mecanismo de mercado, buscando melhorar suas condições de vida e de trabalho.

Assim, mesmo abstendo-se de adotar determinadas práticas recomendadas pelo extensionista, esse público tem desenvolvida uma concepção própria acerca da Extensão Rural. Tal fato se explica pelo modo como observa ou experimenta algumas das orientações técnicas em confronto com suas reais condições. Essa atitude permite-lhe que constate certa incompatibilidade desses ensinamentos com as condições de produção que dispõe. Assim, numa entrevista coletiva realizada em Conduru, município de São Domingos, registrou-se o seguinte diálogo entre agricultores:

"É possível às vezes só mesmo a praga, assim do veneno que eles ensinam pra gente botar no formigueiro quando tão estragando a lavoura da gen

te. A gente tem usado a botar nê? Mas sobre a plantação do jeito que eles ensinam não dá. Nós faz mesmo do jeito que já vem fazendo. Mesmo, no toco não dá. O que eles ensinam é pra quando se tiver trabalhando em terra mecanizada. Enquanto a gente tiver trabalhando no toco não dá pra fazer muita despesa não. (...) Se tem formiga a gente bota o veneno, se tem a broca do arroz a gente bota o veneno".

Em seguida, outro agricultor acrescenta:

"Eles ensinam como a gente plante. Mas é como eu digo, com herbicida de matar o mato só se plantar só arroz e milho. Agora com herbicida de matar capim não planta arroz. Aí já pode plantar algodão e mandioca, onde botar o herbicida pra capim, nê? (...) A gente não discute, mas eles não querem que a gente plante tudo misturado uns com os outros".

Finalmente, outro entrevistado presente complementa:

"Sobre esse negócio de herbicida eu já falei. Ele é próprio mesmo é pra terreno mecanizado. Na terra no toco ele derruba a folha. (...) E aqui pra nós não dá nós tem que plantar é tudo junto".

Como se pode ver, estas formulações relacionadas diretamente com as condições concretas de trabalho dos entrevistados, são expressas de acordo com as condições reais no processo produtivo. Com isso, identificam a inadequação de algumas das técnicas recomendadas, face à sua realidade. Assim, quando um dos entrevistados afirma, "nós tem que plantar é tudo junto", salienta um dos pontos básicos do sistema de cultivo utilizado pelo público pesquisado. Além disso o agricultor tem a noção de economicidade em função dos custos de produção, expressa na seguinte formulação: "enquanto a gente tiver trabalhando no toco não dá pra fazer muita despesa não".

Diante de depoimentos dessa natureza, entende-se porque alguns entrevistados assumem uma posição radical face às

orientações extensionistas, negando de modo geral a validade das mesmas, conforme o depoimento da mulher de um agricultor:

"Eles fazem é criticar essas estórias desse negócio de vir ensinar eles a plantar. (...) Tem deles que dizem que os técnicos não sabem mais do que eles. (...) E não dá certo mesmo não do jeito que eles ensinam se a gente for fazer não dá não". (Entrevista coletiva, Conduru, São Domingos).

Outros, reconhecem que *"a roça plantada no toco não precisa de orientação do técnico ou do agrônomo. (...) Agora ela mecanizada, não"*.

Dessa forma, enquanto rejeitam a incorporação de técnicas modernas que comporiam o objetivo último da Extensão Rural, esta só é vista como útil na medida em que lhes proporcione uma suplementação alimentar. Em outros termos, enquanto extensionista a entidade é questionada na sua atuação, mas quando se propõe a ser assistencialista ela tem possibilidade de ser aceita.

7. CONCLUSÕES

No presente trabalho procedeu-se a uma análise sociológica da Extensão Rural como processo e instrumento de intervenção do Estado junto ao pequeno produtor numa área rural do Estado do Maranhão. Essa análise procurou apreender a Extensão Rural sob três aspectos: a) as origens do processo, nas orientações político-ideológicas e tecnológicas subjacentes à ação extensionista em seus objetivos de transferência de tecnologia; b) operacionalmente como assistência técnica; c) nos seus objetivos de promoção social dessa categoria de agricultor.

O novo modelo institucional — EMBRATER — se orienta segundo padrões tecnocráticos com vistas a aumentar a eficiência e produtividade do setor agrícola, via modernização. Isso constitui o ponto central que justifica a existência desse aparato institucional, vinculado ao Ministério da Agricultura, de forma a viabilizar o modelo de desenvolvimento previsto no IIº PND. Os objetivos intervencionistas estão voltados por tanto para atender as necessidades do sistema econômico global,

mediante o aumento da produção de alimentos e de produtos para exportação, além da expansão do mercado consumidor de insumos modernos. Nesse sentido, as ações extensionistas são dirigidos ao produtor rural com vistas a integrá-lo nesse processo de desenvolvimento.

Em se tratando do pequeno produtor, o quadro intervencionista permanece com os mesmos propósitos, mudando apenas a estratégia de ação com vistas a induzir essa faixa da população a adotar tecnologia moderna. Na prática a intervenção junto a esse público se realiza sob o rótulo humanista, com fins educativos e de mudança social.

A investigação partiu do pressuposto de que a Extensão Rural possui objetivos mais amplos subjacentes às intenções explícitas, que seriam exercer o controle social desse público através dos processos de interação social. Os resultados da pesquisa evidenciam a ineficácia desses propósitos propiciando as seguintes conclusões:

- 1) A ideologia extensionista é do tipo urbano-moderna, que se procura sobrepor ao rural-tradicional. À visão dicotômica da realidade se sobrepõe uma concepção de dependência do rural face ao urbano, traduzida no transplante tecnológico. O rural representaria assim, o atraso que precisa ser superado através da aplicação prática dos conhecimentos vindos da cidade. Nesse contexto, a tecnologia seria a salvação e sua contrapartida é a submissão como o caminho para superar os males crônicos do homem do campo. Essa concepção mecânica traduz os princípios teóricos e ideológicos da modernização que informam o processo de difusão de inovações desencadeado pela Extensão Rural.
- 2) A Extensão Rural, como instrumento de modernização na execução da política agrícola do país, está voltada pa

ra atender antes às necessidades do sistema econômico global e para garantir a estabilidade social segundo os padrões dominantes de organização da sociedade inclusiva, do que para o atendimento das reais necessidades da população rural. Isso significa que, ao nível das formulações do Projeto em estudo, as ações com vistas a atingir os aspectos de saúde e nutrição são considerados com subsidiárias do processo de desenvolvimento, posto que os índices sanitários se relacionam com a produtividade do trabalho. Nesse contexto, os objetivos da ação visam antes o homem enquanto agente produtivo, do que sua atividade. Está implícito um modelo educacional em que as deficiências não estão no sistema, mas antes no homem, que precisaria pois apenas de ser melhor instruído para aumentar a eficácia do sistema.

- 3) Os objetivos de "promoção social do produtor de baixa renda" explícitos nos documentos do Projeto, estão carregados de conteúdo de natureza ideológica e política, segundo os quais a Extensão Rural assume a posição de educadora e integradora desse público, mediante o desencadeamento de um processo de intervenção que se limita às relações de natureza psico-sociais. A concepção que a informa é, de um lado, dualista quanto à estrutura social do meio rural e urbano e, de outro lado, mecânica quanto ao processo de desenvolvimento via transferência de tecnologia. Além disso, os objetivos de caráter humanista envolvem interesses contraditórios, diante dos quais a Extensão Rural, como processo de intervenção junto ao pequeno produtor, assume um caráter ambíguo: os propósitos humanistas estão mais orientados pelos interesses políticos e econômicos do sistema urbano-industrial que pelas necessidades de bem-estar do público-beneficiário.
- 4) A concepção que os agentes técnicos têm da Extensão Ru

ral reflete a ideologia da modernização, incorporada no seu discurso, onde destacam os pressupostos explicativos do atraso do meio rural e da necessidade de transferência de tecnologia agropecuária para uma população carente desses conhecimentos. Isso significa que, como técnica a serviço de objetivos e interesses institucionais definidos, têm sua consciência e sua prática comprometidas com aqueles princípios.

- 5) A concepção que os agentes técnicos têm do público atingido pelo Projeto reflete a caracterização usada pela instituição, que leva em conta apenas o nível de renda e o tamanho da propriedade. Por conseguinte, a visão dos mesmos não supera o critério estático da estratificação social, diante do que as explicações para os impasses surgidos na prática, são buscadas ao nível do público como categoria social isolada e não a partir das relações sociais dinâmicas que se estabelecem entre as diferentes classes ou frações de classes no conjunto da sociedade.
- 6) Segundo os técnicos, tanto a instituição extensionista como o Projeto em estudo são válidos em seus propósitos. Não obstante, ao nível de sua operacionalização, identificam certos impasses para a consecução dos objetivos propostos. Os problemas são porém sempre entendidos ao nível do agricultor, dos órgãos integrantes do Projeto decorrendo ainda das deficiências dos próprios técnicos encarregados da execução e dos métodos de ação extensionista. Eles não se situam nas origens do processo de intervenção enraizado no sistema social mais amplo, onde a Extensão Rural é chamada a desempenhar um papel específico, vinculado aos interesses dominantes no conjunto da sociedade.
- 7) Diante dos propósitos de atuação, a Extensão Rural não

é reconhecida pelo público-beneficiário como órgão de assistência técnica ou de suporte à atividade produtiva, mas primordialmente pela sua função assistencialista, voltada para atender às necessidades sanitárias e alimentares desse mesmo público. Isso significa que a assistência técnica propriamente dita se situa num segundo plano de interesses, visto que, nas condições em que ali se explora a terra e se organiza a produção, a eficácia dos conhecimentos transmitidos é pouco perceptível.

- 8) A auto-concepção do público como categoria social — pequeno produtor ou "lavrador" como se auto-denomina — reflete a consciência da posição que ele ocupa na estrutura produtiva e da situação desigual ao acesso aos instrumentos de política agrícola. Enquanto pequeno produtor o público-beneficiário se identifica na categoria de "nós" em contraposição aos "outros", ou seja, aquelas categorias privilegiadas quanto à riqueza e poder. Nessa situação tem ele plena consciência da dependência que se estabelece diante do usineiro e do comerciante, por parte daquela categoria de "nós" que, não obstante, também se distingue internamente como posseiros, arrendatários e pequenos proprietários.
- 9) A intervenção do Estado no processo produtivo fica nas manifestações periféricas e não se propõe a alterar ou reorganizar o sistema produtivo, nem tampouco a reorientar as atividades dos agentes produtivos com vistas a um interesse social mais amplo. O resultado é pois mais de caráter conservador do que renovador do sistema produtivo.
- 10) O isolamento que a Extensão Rural procedeu do público-alvo, — o pequeno produtor — caracterizando-o como agricultor de baixa renda, não permite que a ação ex-

tensionista penetre no sistema de relações dessa categoria com as demais que atuam na área. Sabe-se que os problemas econômico-sociais residem justamente no tipo de relacionamento que se estabelece entre as várias categorias sociais e envolvem portanto certos mecanismos de controle social aí vigentes. Enfim, aqueles mecanismos novos a que se propõe esta agência intervencionista e que se revestem de um caráter de modernização e de mudança social, não se mostram eficazes para superar o sistema de controle social vigente. E na medida em que deixa de cumprir o papel a que se propõe, acaba na verdade por se constituir num elemento de reforço do sistema vigente, que recebe assim mais uma cobertura oficial e institucional para o seu desideratum. Em outros termos, a Extensão Rural se torna de fato um fator de permanência social.

SUMMARY

In this study, a sociological analysis was made of Rural Extension as a means and tool of intervention toward the small farmer in the State of Maranhão. Under this perspective, an attempt was made to understand the political-ideological orientations which inform this process in the transfer of agricultural technology and social advancement of this specific category.

Two empirical approaches were used in conducting this research: that of the extension institution and that of the beneficiaries, by following the "INAN/EMBRATER Advancement of Low Income Farmers Project", which is being carried out by the Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão (EMATER-MA). Thus, an analysis was made of the formulations included in the Project's document and of the technical agents' interpretation and execution. In a second phase, this was supplemented by the involved people's conception, as expressed in personal communications.

This study was formulated under the assumed orientation that extensionist action, in addition to the purposes of intervention directed clearly to the transfer of technology, also has other wider objectives of interference in mechanisms of social control.

It was concluded that the objectives of a humanistic nature — "social advancement of the low income farmer", involve contradictory interests and that, for this reason, Rural Extension as an intervention process toward the people, takes on an ambiguous character: the so called humanistic purposes are oriented more by political and economic interests of the urban-industrial system than by the well-being of the beneficiaries. It was also concluded that the mechanism of intervencion utilized by the extensionist institution proved to be unable to overcome the control system involving the various social groups since the actions brought about, remain at the psycho-social level of the individuals involved and do not enter the chain of social relations which occur at the structure and social organization of the rural area.

8. BIBLIOGRAFIA

- ANSORENA, I., 1971. La extensión agrícola como instrumento de desarrollo. Desarrollo rural en las Americas, Bogotá, 3(2):26-34.
- ANSORENA, I., 1972. Décadas de extensión rural latino-americano: adopción, adaptación e reflexión. Desarrollo rural en las Americas, Bogotá, 4(3):249-278.
- ANSORENA, I., 1972. La extensión rural en la desarrollo. Desarrollo rural en las Americas, Bogotá, 4(1):80-96.
- BARBOSA FILHO, M., 1969. Impacto da extensão rural nos municípios de Patos e São José do Bonfim, Estado da Paraíba. Viçosa, 113p. [Mestrado - UFV].
- BECHARA, M., 1954. Extensão Agrícola. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 53lp.

- BRASIL, 1974. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Sistema nacional de cadastro rural. Cadastro de imóveis rurais. Brasília, 492p. (Estatísticas cadastrais, v. 1).
- BRASIL, 1975. Ministério da Agricultura. Comissão de Financiamento de Produção. Preços Mínimos - regiões norte e nordeste: safra 1976/1977. Brasília, CFP.
- BRASIL, 1975. Ministério da Agricultura. Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Marco Geral: estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho. Brasília, 76p.
- BRASIL, 1975. Ministério da Agricultura. Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Projeto produção de alimentos e nutrição em áreas rurais de baixa renda no nordeste. Brasília, 143p.
- BRASIL, 1975. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse preliminar do censo agropecuário: Maranhão - Piauí. Rio de Janeiro, v. 3.
- BRASIL, 1975. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário: Maranhão. 1970 Rio de Janeiro, v. 3, t. 5.
- BRASIL, 1975. Ministério da Agricultura. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Relatório final do grupo de trabalho para promoção de agricultores de baixa renda. Brasília, 70p.
- BRASIL, 1978. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil - 1977. Rio de Janeiro, v. 38.

- CARVALHO, C.H., 1976. Avaliação econômica de um serviço de extensão rural: o caso da EMATER-MG em Minas Gerais. Viçosa, 102p. [Mestrado - UFV].
- COSTA, J.O., 1976. Avaliação dos serviços de extensão rural em área típica do Brejo Paraibano. Fortaleza, 83p. [Mestrado - UFC].
- DIAS, G.L., 1975. Avaliação do serviço de extensão rural: considerações gerais sobre o impacto econômico da extensão rural. In: ARAÚJO, P.F.C. e SCHUH, G.E. Desenvolvimento da agricultura. São Paulo, Pioneira, p. 207-38. (Série Estudos Agrícolas, 2).
- DROULERS, M., 1976. Pesquisa polidisciplinar prelázia de Píneiro. São Luiz, IPEI. 141p. (Aspectos Rurais, v. 6).
- FERNANDES, F., 1970. Elementos de Sociologia Teórica. São Paulo, Nacional/EDUSP, 397p.
- FREIRE, P., 1975. Pedagogia do Oprimido. 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 218p.
- FONSECA, L., 1975. Subsídios para a estruturação operacional da EMBRATER, Brasília, EMBRATER, 353p.
- FRANK, A.G., 1975. Sociologia do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento da Sociologia. In: DURAND, J.C.G. e PINHEIRO MACHADO, L. Sociologia do Desenvolvimento II, Rio de Janeiro, Zahar, 1975, p. 109-182.
- IANNI, O., 1977. Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930 - 1970. 2a. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 316p.

- LOPES, R.S., 1976. O modelo brasileiro de extensão rural. [Apresentado ao 4º Congresso Mundial de Sociologia Rural, Torun - Polônia, 1976].
- MANNHEIM, K., 1962. O homem e a sociedade. Rio de Janeiro. Zahar, 389p.
- MANNHEIM, K., 1976. Diagnóstico de nosso tempo. Rio de Janeiro, Zahar. 208p.
- MANNHEIM, K., 1972. Liberdade, Poder e Planificação Democrática, São Paulo, Mestre Jou, 414p.
- MARANHÃO, 1976. Secretaria da Agricultura. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão. Projetos Finalísticos: baixa renda. São Luis, v. 2-B.
- MARANHÃO, 1977. Secretaria de Agricultura. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão. Projeto baixa renda produtor rural INAN/EMBRATER. São Luis, 48p.
- MARANHÃO, 1978. Secretaria da Agricultura. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão. Regulamento geral. São Luis, 64p.
- MARTINS, J.S., 1975. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 161p.
- MOURÃO, L., 1976. A intervenção social e seus agentes: notas para uma discussão. Proposta, Rio de Janeiro, 1(3):7-18.
- PINHEIRO MACHADO, L., 1975. Alcance e limites das teorias da modernização. In: DURAND, J.C.G. e PINHEIRO MACHADO, L. Sociologia do desenvolvimento II. Rio de Janeiro, Zahar, p. 183-206.

- PINTO, J.B., 1973. Extensión e educación: una disyuntiva crítica. Desarrollo rural en las Americas, Bogotá, 5(3):165-86.
- QUEDA, O. e T.SZMRECSANTYI, 1973. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In: ——— e ———. Vida Rural e mudança rural. São Paulo, Nacional, p.268-89.
- SAMANIEGO, C.L., 1971. Aspectos sociológicos para un nuevo enfoque de la extensión rural. Desarrollo rural en las Americas, Bogotá, 3(3):43-54.
- SISTEMAS de produção de arroz: cocais e pré-amazônia. Circular EMBRAPA, Maranhão, n. 72, 24p., 1975.
- STAVENHAGEN, R., 1973. Estratificação social e estrutura de classe. In: VELHO, O.G. et alii. Estrutura de classes e estratificação social. 4a. ed. Rio de Janeiro, Zahar, p. 133-70.
- TONINI, E., 1975. Impacto de um experimento em extensão rural. Faxinal do Soturno - RS. Viçosa, 66p. [Mestrado - UFV].
- TOMPKIN, J.R., 1967. Estatística e métodos de pesquisa em ciências sociais rurais. Piracicaba, ESALQ/USP, 94p., parte 1.

A P P E N D I C E

Tabela 1. Estratificação Fundiária da
Região de Estudos.

Categoria Imóvel	Imóveis (%)	Área (ha) %
Minifúndio	77,6	15,4
Empresa Rural	0,7	1,2
Latifúndio por Dimensão	21,6	83,3

FONTE: INCRA. Cadastro de Imóveis Rurais, 1972.

Minifúndio: imóvel rural de área inferior a do módulo fixado para o tipo de cultura.

Empresa Rural: o imóvel rural explorado "econômica e racionalmente" que tenha de um módulo até 600 vezes esse valor.

Latifúndio por dimensão: o imóvel rural com área superior a 600 módulos.

Latifúndio por exploração: o imóvel rural que, com os mesmos limites da empresa rural "seja mantido inexplorado (...) deficiente ou inadequadamente explorado".

(Estatuto da Terra - artigo 4º)

Tabela 2. Estabelecimentos rurais da Região de Estudos segundo as condições de exploração.

MUNICÍPIOS	PROPRIETARIOS		ARRENDATARIOS		PARCEIROS		OCUPANTES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pres. Dutra	725	11,7	2.142	34,6	6	0,10	3.319	53,6	6.192	100
Dom Pedro	269	17,6	554	36,3	3	0,20	701	45,9	1.527	100
Tuntum	438	10,0	745	17,0	31	0,70	3.169	72,3	4.383	100
São Domingos	579	26,9	2	0,10	2	0,10	1.568	72,9	2.151	100
Colinas	473	13,7	1.568	45,5	4	0,10	1.409	40,7	3.454	100
Gonçalves Dias	172	5,7	2	0,10	202	6,7	2.633	87,5	3.009	100
Gov. Archer	269	15,8	456	26,7	--	--	981	57,5	1.706	100
REGIÃO	2.952	13,0	5.469	24,4	248	1,10	13.780	61,5	22.422	100

Fonte: FIGBE: Censo Agropecuário, 1970.

Tabela 3. Origem da População residente na Região de Estudos.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE				TOTAL	Área (Km ²)	Densidade demográfica Hab/Km ²
	URBANA		RURAL				
	Nº	%	Nº	%			
Presidente Dutra	4.945	16,0	25.811	84,0	30.756	1.311	23,46
Dom Pedro	6.158	37,8	10.157	62,2	16.315	250	65,26
Governador Archer	2.017	18,9	8.705	81,1	10.722	272	39,41
Gonçalves Dias	2.261	13,3	13.620	80,7	16.881	364	43,63
Tuntum	5.092	16,9	25.177	83,1	30.269	4.062	7,45
São Domingos	5.500	26,9	14.940	73,1	20.440	1.267	16,13
Colinas	4.452	19,5	18.372	80,5	22.824	2.215	10,30
REGIÃO	30.425	20,54	116.782	78,84	148.107	9.741	15,20

Fonte: FIBGE: Censo Demográfico Maranhão, 1970.

Tabela 4. Tamanho das Famílias Pesquisadas

Estratos	Famílias		Pessoas	
	Nº	%	Nº	%
2 - 3	12	16,6	33	7,1
4 - 6	25	34,7	130	28,2
7 - 9	29	40,4	232	50,4
10 - 12	06	8,3	66	14,3
TOTAL	72	100,0	461	100,0

Fonte: Dados da pesquisa - 1977

Tabela 5. Composição das Famílias Pesquisadas por Idade e Sexo

Grupos Etários	Masculino		Feminino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
menos de 1	13	5,8	09	3,8	22	4,7
1 - 6	59	26,5	66	27,9	125	27,4
7 - 10	33	14,9	43	18,0	76	16,5
11 - 14	21	9,4	24	10,1	45	9,7
15 - 20	18	8,1	25	10,5	43	9,3
21 - 30	27	12,1	40	16,8	67	14,5
30 - 40	22	9,8	19	7,9	41	8,9
41 - 50	23	10,3	10	4,2	33	7,1
51 - 65	06	2,7	02	0,8	08	1,7
66 e mais	01	0,4	--	--	01	0,2
TOTAL	223	100,0	238	100,0	461	100,0

Fonte: Dados da pesquisa - 1977.

Tabela 6. Local de Nascimento dos Membros
das Famílias Pesquisadas.

Local de Nascimento	Pessoas	
	Nº	%
Município de residência	270	58,6
Micro-regiões do Projeto	10	2,1
Estado do Maranhão	110	23,8
Estado do Piauí	22	4,7
Estado do Ceará	34	7,3
Outros Estados	15	3,5
T O T A L	461	100,0

Fonte: Dados da pesquisa - 1977.

Tabela 7. Grau de Instrução por Idade e Sexo da População Pesquisada (%)

Grupos Etários	ANALFABETO			SEMI-ALFABETIZADO			1º GRAU INCOMPL.			1º GRAU COMPLETO		
	Masc.		Total	Masc.		Total	Masc.		Total	Masc.		Total
	Fem.			Fem.			Fem.			Fem.		
5 - 6	41,86	36,53	38,94	5,63	4,08	5,0	---	---	---	---	---	---
7 - 10	16,27	15,38	15,78	35,21	51,02	36,66	11,66	18,96	15,25	---	---	---
11 - 14	6,97	---	3,15	16,90	10,20	14,16	20,0	24,13	22,03	18,18	41,17	32,14
15 - 20	4,65	3,84	4,21	2,81	4,08	3,33	10,0	17,24	13,55	---	47,05	28,57
21 - 30	9,30	19,23	14,73	14,08	18,36	15,83	25,0	29,31	27,11	36,36	---	14,28
31 - 40	---	15,38	8,42	14,08	6,12	10,83	16,66	6,89	11,86	36,36	11,76	21,42
41 - 50	13,95	7,69	10,52	14,08	6,12	10,83	15,0	3,44	9,32	9,09	---	3,57
51 e mais	6,97	1,92	4,21	5,63	---	3,33	1,66	---	0,84	---	---	---
TOTAL %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº	43	52	95	71	49	120	60	58	118	12	18	30

NOTA: No 1º grau completo, estão dois elementos (um de cada sexo) que estão cursando o 2º grau.

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 8. Proporção da Área Cultivada por Estrato de Área

Área cultivada (%)		1,0 a 10,0	11,0 a 20,0	21,0 a 40,0	41,0 a 70,0	TOTAL
Estratos de Área das propriedades (ha)		Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
21 a 30		13	11	7	5	36
31 a 40		2	3	1	3	9
41 a 50		4	3	3	-	10
57 a 70		2	1	1	-	4
Nº		21	18	12	8	59
%		35,7	30,5	20,3	13,5	100,0

Fonte: Dados da pesquisa - 1977.

Tabela 9. Receita Anual Proveniente da Venda
por Setor de Atividade - Safra 1976/77

Setor de Atividade	VALOR (Cr\$)	%
Agricultura	477.541,00	68,3
Estrativismo (babaçú)	128.829,00	18,3
Suinocultura	46.032,00	6,5
Outros produtos (origem vegetal)	37.125,00	5,2
Outros produtos (origem animal)	12.473,00	1,7
TOTAL	702.000,00	100,0

Fonte: Dados da pesquisa - 1977.

Tabela 10. Receita Proveniente da Venda da Produção
Agrícola - Safra 1976/1977.

Produtos	Valor Total Cr\$	Receita Média por Lavrador Cr\$	%
Arroz	418.268,00	5.809,27	87,8
Feijão	13.568,00	188,44	2,8
Milho	10.346,00	143,69	2,1
Mandioca (Farinha)	8.050,00	111,80	1,6
Algodão	27.309,00	379,29	5,7
TOTAL	477.541,00	6.532,49	

Fonte: Dados da pesquisa - 1977.